

Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



YANDALA AMARAL DAMASCENO DA SILVA



**MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM: UM ESTUDO SOBRE
OS SABERES E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS,
ADULTOS E IDOSOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
POPULAR**

Belém – PA
2024

YANDALA AMARAL DAMASCENO DA SILVA

**MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM: UM ESTUDO SOBRE
OS SABERES E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS,
ADULTOS E IDOSOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
POPULAR**

Dissertação apresentada como requisito para Defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

Linha de pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. João Colares da Mota Neto

Belém – PA

Belém – PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

S586m Silva, Yandala Amaral Damasceno da.

Movimento Alfabetiza Belém: um estudo sobre os saberes e práticas da alfabetização de jovens, adultos e idosos na perspectiva da educação popular / Yandala Amaral Damasceno da Silva; orientador João Colares da Mota Neto. — Belém, 2025.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2025.

1. Educação popular – Belém-PA. 2. Educação de jovens e adultos – Belém-PA. 3. Alfabetização de adultos – Belém-PA. I. Mota Neto, João Colares da (orient). II. Título.

CDD 374.98115

YANDALA AMARAL DAMASCENO DA SILVA

MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM: UM ESTUDO SOBRE OS SABERES E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

Linha de pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. João Colares da Mota Neto
Belém – PA

Data da defesa: 29/01/2025

Banca examinadora

_____ - Orientador

Prof. Dr. João Colares da Mota Neto

Doutorado em Educação – Universidade Federal do Pará.

_____ - Membro Interno

Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa

Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande.

_____ - Membro externo

Profa. Dra. Maria da Conceição dos Santos Costa – Universidade Federal do Pará

Doutorado em Educação – Universidade Federal do Pará

Belém – PA
2024

À minha mãe, Ivani Damasceno, pela dedicação, ensinamentos e superação de uma maternidade solo, és a melhor parte de mim.

À Lúcio Damasceno, meu falecido avô e meu amor de pai, à Deuzinda Damasceno, falecida avó, minha “Deuza” que tanto comandou e ensinou.

À Maria das Graças, avó paterna, por seu papel de pai e insistência em ser tudo o que eu precisava e preciso.

À Adriano Cardoso, meu esposo e melhor amigo, por segurar minhas mãos e enxugar minhas lágrimas, você me fez/faz seguir.

Ao meu coletivo forte e potente, aquelas/es que para além de amigas/os são grandes companheiras/os, por assim como eu acreditar que novos mundos são possíveis a partir de uma educação tão amorosa quanto libertadora.

AGRADECIMENTO

Agradecimento, palavra simples, sentimento potente, que me envolve como um super poder, uma super força. Costumo dizer a quem agradeço, não ter uma forma única de expressar a gratidão. Isso porque, ela surge inesperadamente através de palavras, gestos e ações e nenhum destes, entretanto, efetivam-se suficientes ante a imensidão desta e das consequências de usá-la, senti-la e praticá-la. Minhas vivências, transformadas por pessoas que surgem e ressurgem fazendo nascer e renascer em mim este sentimento poderoso são provas do que digo.

Quando criança, ouvia meu avô falar “minha filha, agradeça por tudo na sua vida”. Eu tinha apenas 10 anos e ainda lembro dessa “orientação” como se fosse hoje. Então, seguindo o conselho do velho Lúcio, eu agradeço:

À Deus primeiramente, pois a ele entrego tudo o que tenho e sou.

Mesmo já mencionados, agradeço ao meu avô Lúcio, pelo pouco, mas, magnífico tempo ao seu lado, pelas tardes embaladas em sua rede, recebendo o maior amor de pai do mundo. À minha avó materna Deuzinda, dona “Deuza”, a tacacazeira briguenta, não alfabetizada que me ensinou a lutar pelo que queria e acreditava.

À uma grande-pequena mulher, cheia de sardinha, amorosa, paciente e de uma humanidade ímpar, a culpada por eu amar tanto abraços. Minha super poderosa mãe! Ivani Damasceno, mulher que me move.

À minha avó doce, cuidadosa e cheia de “Graça”. Ah velha Graça, és meu bem mais precioso, você é melhor que muito pai, não te trocaria por nada.

Ao amor da minha vida, Adriano Cardoso, por esses 10 anos de companheirismo, por todo apoio e incentivo, por enxugar minhas lágrimas e por mostrar que não existe amor jovem ou velho, existe o amor e ele surge leve, intenso e incondicional, surgiu, seguiu e segue.

Às minhas grandes e poderosas professoras do ensino superior, mulheres que me transformaram e acreditaram que eu podia ser mais.

À amorosa, humana e destemida Taissa Barbosa, por segurar minha mão, acalmar e incentivar, o mestrado tornou-se algo possível graças a ela. Aproveito para citar também minha amada equipe da COEJAI, tão experientes, tão dispostos a

ensinar e a humildemente comigo aprender, demonstraram-me na prática o sentido de ser freireana/o.

Ao meu grupinho de “mimadas”, que assim foram chamadas por não baixarem a guarda. “As mimadas”, que possuem expressiva sensibilidade e dialogicidade, que se importam com o coletivo e não soltam a mão de ninguém.

Ao meu grupinho de “princesas”, formado por minhas grandes amigas de infância e de vida. “Princesas” que não tem medo de enfrentar o mundo, de pôr a mão na massa, de se rebelar e lutar. “Princesas” que lutam e também acolhem, apoiam, incentivam, seguram as mãos.

À turma 18 do Mestrado. Sim, essa turma presta! E revolucionou a Universidade do Estado do Pará mostrando que unidos somos mais fortes. Evidenciando que não há paredes acadêmicas que nos limitem, que nos impeça de lutar pelo e por quem nós somos.

Ao João Colares da Mota Neto, educador, militante, humano, profissional, super pai e com orgulho meu orientador. Ser escolhida, orientada por uma de minhas maiores referências na educação popular é algo sem igual, indescritível, ser escolhida por ele, com certeza foi um de meus maiores presentes.

Os agradecimentos são muitos e seguem até meus irmãos, tios e tias, padrinho, primas e primos e sobrinha. A cada um/a neste texto referendado, minha eterna gratidão. Eu sou por/com vocês e prometo seguir firme, agradecendo e me esforçando para orgulha-las/os.

SAMBA DA UTOPIA
(Jonathan Silva)

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra poesia

Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra sabedoria

Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra rebeldia

Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia

Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania

Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra utopia

SILVA, Yandala Amaral Damasceno da. Movimento Alfabetiza Belém: Um estudo sobre os saberes e práticas da alfabetização de jovens, adultos e idosos na perspectiva da educação popular

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre as escrivências do Movimento Alfabetiza Belém, o qual visa declarar Belém, território livre do analfabetismo. O estudo delimita-se em torno dos avanços, limites e desafios postos ao movimento para superar o analfabetismo de jovens, adultos e idosos na capital paraense. Nosso objetivo é analisar os avanços, desafios e contribuições do Movimento Alfabetiza Belém para a superação do analfabetismo na capital paraense. Especificamente, buscamos: a) analisar o nascimento e os primeiros marcos do Movimento Alfabetiza Belém: Plano Municipal de Alfabetização, Turma Piloto de Alfabetização e Centenário Paulo Freire; b) observar os avanços e as dificuldades do processo de alfabetização nas turmas do Movimento Alfabetiza, na voz das/os alfabetizadoras/es e gestoras/es e c) analisar as contribuições do Movimento Alfabetiza Belém para uma educação libertadora/humana, em contexto amazônico. Nossas observações apoiam-se nos autores base: Paulo Freire e Miguel Arroyo. Metodologicamente, caracterizamos a pesquisa como de campo, de abordagem qualitativa, subsidiada na Investigação Ação Participativa – IAP de Orlando Fals Borda. Para coleta de dados empregamos a observação participante articulada a entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. As/os entrevistadas/os foram: a) Alfabetizadoras/es do Movimento Alfabetiza Belém com representação da SEMEC, Universidades e Movimentos Sociais; b) Alfabetizandas/os da turma Piloto de alfabetização e c) coordenação geral do Movimento Alfabetiza Belém. Na investigação realizamos a triangulação de dados, cotejando o referencial teórico com as fontes constituintes do corpus da investigação, como: documentos; bibliografias e pesquisa teórica e dados empíricos. Como resultados, apresentamos a metodologia manifestada dos processos político-pedagógicos do Movimento Alfabetiza Belém sendo: busca ativa + reconhecimento + política de permanência. Conjuntamente sua capacidade de tornar a cidade das mangueiras, território livre do analfabetismo.

Palavras-chave: alfabetização; movimento alfabetiza Belém; educação popular; EJA.

SILVA, Yandala Amaral Damasceno da. Movimento Alfabetiza Belém: A study on the knowledge and practices of literacy among young people, adults and the elderly from the perspective of popular education

ABSTRACT

This research deals with the writings of the Movimento Alfabetiza Belém, which aims to declare Belém a territory free from illiteracy. The study is delimited around the advances, limits and challenges posed to the movement to overcome illiteracy among young people, adults and the elderly in the capital of Pará. Our objective is to understand the evolutions, difficulties and contributions of the Movimento Alfabetiza Belém to the process of overcoming illiteracy in the metropolis. Specifically, we seek to: a) analyze describe the birth and first milestones of the Movimento Alfabetiza Belém: Municipal Literacy Plan, Literacy Pilot Class and Paulo Freire Centenary, b) observe the advances and difficulties of the literacy process in the Movimento Alfabetiza classes, in the voice of literacy teachers and managers and c) analyze the contributions of the Movimento Alfabetiza Belém to a liberating/human education, in an Amazonian context. Our analyzes are supported by the main authors: Paulo Freire and Miguel Arroyo. Methodologically, we characterize the research as field research, with a qualitative approach, supported by Participatory Action Research – IAP to Orlando Fals Borda. To collect data, we used participant observation combined with semi-structured interviews and conversation circles. The interviewees were: a) Literacy teachers from the Movimento Alfabetiza Belém with representation from SEMEC, Universities and Social Movements; b) Literacy students from the Literacy Pilot class c) general coordination of the Movimento Alfabetiza Belém. In the analysis, we carried out data triangulation, comparing the theoretical framework with the constituent sources of the investigation corpus, such as: documents; bibliographies and theoretical research and empirical data. As results, we present the manifested methodology of the political-pedagogical processes of the Movimento Alfabetiza Belém: active search + recognition + policy of permanence. Together, its ability to make the capital of Pará a territory free from illiteracy.

Keywords: literacy, alfabetiza Belém movement, popular education, EJA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais em Belém PNAD	53
Figura 2: Gravação do áudio-vídeo da música “Ciranda de Sonhos” na Escola Municipal Paulo Freire.....	65
Figura 3: Sem Terrinhas do MST em concentração para a caminhada na Escadinha da Estação das Docas	66
Figura 4: “Caminhando e cantando” por entre a Av. Presidente Vargas	66
Figura 5: Culminância da caminhada no anfiteatro da paz, na Praça da República.	67
Figura 6: Entrega do Plano Municipal de Alfabetização ao Prefeito Edmilson Rodrigues	67
Figura 7: educandos da turma do Centro Pop de Icoaraci em sua aula inaugural ...	70
Figura 8: Diálogo com as/os educandas/os durante o lanche das 10h	72
Figura 9: Construção da horta terapêutica com parceria da FUNBOSQUE	74
Figura 10: Turma de alfabetização no Teatro da Paz para assistir a apresentação “Depois da Chuva”.	75
Figura 11: Certificação da turma piloto de alfabetização	76
Figura 12: Aula inaugural na Escola Municipal Alfredo Chaves	77
Figura 13: Distribuição de vagas para alfabetizadores/as – 1ª CHAMADA PÚBLICA - Movimento de Emaús e SEMEC - Movimento Alfabetiza Belém	85
Figura 14: Distribuição de vagas para educadores(as) da Educação Especial e Inclusiva – 1ª CHAMADA PÚBLICA - Movimento de Emaús e SEMEC - Movimento Alfabetiza Belém	85
Figura 15: Distribuição de vagas para coordenadores(as) – 1ª CHAMADA PÚBLICA - Movimento de Emaús e SEMEC - Movimento Alfabetiza Belém	86
Figura 16: Palestra de Pedro Pontual na Formação Inicial do Movimento Alfabetiza Belém	92
Figura 17: Diálogo de João Colares da Mota e Pedro Pontual com mediação de Fátima Rodrigues sobre o Método Paulo Freire: Concepção e práticas	93

Figura 18: Oficina: Levantamento do Universo Vocabular, realizada na Formação Inicial do Movimento Alfabetiza Belém	96
Figura 19: Busca ativa na Feira do Barreiro	99
Figura 20: Busca ativa no Bairro do Benguí	99
Figura 21: Busca Ativa na Comunidade Vila da Barca	100
Figura 22: Busca Ativa no Bairro da Terra Firme	100
Figura 23: Evento de certificação Alfabetiza Belém com a EJAI	117
Figura 24: Evento de certificação do Movimento Alfabetiza Belém e Alfabetiza Belém com a EJAI junto à formatura das/os educandas/os das 4a's totalidades da RME.	117

GRÁFICOS

Gráfico 1: Eleitores autodeclarados não alfabetizados TRE	48
Gráfico 2: Dados analfabetismo Cadúnico	50

LISTA DE SIGLAS

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais
CDS - Coordenadoria da diversidade sexual
COMBEL - Coordenadoria da Mulher
CODERER - Coordenação de Educação para as relações Etnico-Raciais
COECAF - Coordenação de Educação do Campo das Águas e das Florestas
COEJAI – Coordenadoria da Educação de Jovens, Adultos e Idosos
CRIE - Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos
FIBRA - Faculdade Integrada Brasil Amazônia
FUNPAPA - Fundação Papa João XXIII
GT – Grupo de Trabalho
IAP – Investigação Ação Participativa
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituições do Ensino Superior
IFPA – Instituto Federal do Pará
MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos-Professor Paulo Freire
MRE – Movimento República de Emaús
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEP Raimundo Reis – Núcleo de Educação Popular Raimundo Reis
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PMB – Prefeitura Municipal de Belém
PMA – Plano Municipal de Alfabetização
PPGED – Programa de Pós Graduação em Educação
PROALFA - Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos
SEMEC/BEL – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém
SEGEP – Secretaria de Gestão e Planejamento
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

1. PARA COMEÇAR.....	13
1.1. AS “TRAVESSIAS” DE UMA EDUCADORA EM CONSTRUÇÃO	13
1.2. NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UM ALFABETIZA BELÉM	16
1.3. UMA COLETIVA TECITURA METODOLÓGICA.....	22
2. (RE)COMEÇANDO A TAREFA HISTÓRICA DE TRANSFORMAR A “CIDADE DAS MANGUEIRAS”	38
2.1. CAMINHANDO E SEMEANDO UM ALFABETIZA BELÉM... ..	44
2.2. ANDARILHOS DE UMA TURMA PILOTO DE ALFABETIZAÇÃO	68
2.3. UM 2021 PARA NÃO PERDER DE VISTA	77
3. CONSTRUINDO UMA CIDADE EDUCADORA-EDUCANDA E ALFABETIZADORA-ALFABETIZANDA	82
3.1. VOZES QUE ECOAM: EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E SUPERAÇÕES DAS/OS ALFABETIZADORAS/ES POPULARES NO MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM	101
3.1. TRACEJANDO UM FIM, PARA TRAÇAR UM RECOMEÇO.....	114
4. OLHANDO BELÉM, OLHANDO O MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM	119
5. UMA CARTA DE ATÉ LOGO	129
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE 1.....	136
APÊNDICE 2.....	138
APÊNDICE 3.....	140

1. PARA COMEÇAR...

1.1. AS “TRAVESSIAS” DE UMA EDUCADORA EM CONSTRUÇÃO

há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da **travessia**: e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.
(Fernando Teixeira de Andrade)

Começo esta parte introdutória relatando minha/s travessia/s de forma inversa, primeiro pela seleção de mestrado, onde, ouvi por diversas vezes o quanto não seria fácil conseguir. Discursos normais, pois, para àquelas/es pertencentes da classe popular, trabalhadora, a educação sempre foi um caminho árduo, de abdições e perseverança, caminhos em que seria preciso “abandonar as roupas usadas” e “esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre ao mesmo lugar”.

Querendo fugir do mesmo lugar, ousadamente, fui atravessando, não podia ficar à margem de mim mesma, então, perpassei por uma prova escrita que coincidentemente trouxe um tema semelhante a futura proposta do projeto de pesquisa, por uma análise curricular e enfim a sonhada aprovação. Esse percurso me trouxe a este momento introdutório, redigido enquanto observo minha avó em um leito de hospital à espera de uma cirurgia delicada que retirará uma parte dela e uma parte de nós, netos, filhos e noras que sentem o seu sofrimento e as consequências da ausência de políticas públicas, neste caso em especial, de saúde.

A circunstância, todavia, me permitiu vastas reflexões, o difícil, porém necessário entendimento do processo. A compreensão se soma ao estudado e defendido no decorrer de minha vida acadêmica e pessoal, sendo esta a possibilidade de novas vidas e sociedades para a classe historicamente oprimida e invisibilizada.

O estado de Dona Graça (minha avó), apenas reafirma o quanto se faz imprescindível o entendimento de nossos direitos e deveres, do mesmo modo, a defesa destes junto a seu acesso igualitário. Defendê-los, porém, exige mergulhar em um mundo cujos dominadores esforçam-se para manter distante dos “condenados da terra” (Freire, 2019).

O mundo em questão é este, onde a saúde, justiça e educação é para uma pequena elite em que o público nesse caso, tal qual indica Miguel Arroyo (2012 p.50), é semelhante a espaços e serviços demarcadores da presença de alguns

coletivos sociais, raciais, não de todos. Estes a parte são viventes dos percursos pesados da educação, das longas esperas por atendimento à saúde, à assistência e dentre outros compõe o universo paralelo das grandes massas populares. Paulo Freire em seus estudos sensíveis indicará da seguinte forma:

Mas, infelizmente, o que se sente, dia a dia, com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que, voltando-se contra ele, o destroem e aniquilam. É o homem tragicamente assustado, temendo a convivência autêntica e até duvidando de sua possibilidade. (Freire, 2020, p. 62)

Destaco estas palavras para mostrar que a mesma não desvincula-se da vida real e pessoal de resistência da qual igualmente faço parte. Fui espectadora, governada por mitos, vi e senti a asfixia que levou uma sociedade inteira para a UTI da vida. Para eles não fomos valorosos, para ele/s também, dissemos não.

Do mesmo modo, a linha cronológica seguida até este instante, tornou-se base para pensar criticamente o objeto de estudo dessa dissertação. Antes de delimitá-lo, no entanto, demarco um pouco mais minha/s travessia/s.

Agora, posiciono-me como mulher, da periferia, da classe trabalhadora, filha de mãe solteira, neta de um ex aluno da Educação de Jovens e Adultos – EJA, de uma mulher negra e não alfabetizada e de outra cuja boa parte da vida direcionou-se aos serviços domésticos, ao servir. Cada um/a pôde plantar em mim, sementes geradoras de quem sou, como sou e na tentativa de explicitar estas sementeiras reporto-me a Magda Soares (2001, p.39).

Assim, vendo-me no passado, vejo-me de certa forma, como objeto ---- como “outrem” ---- mas, ainda mais do que o historiador, que conta o passado sempre do ponto de vista do presente, vejo o meu passado, vejo – me, não como foi, não como fui, mas como a que sou me mostra ter ele sido e ter eu sido (Soares, 2001, p. 39)

Atravessando entre passado e presente, “sendo”, perpasso pela educação exclusiva de escolas públicas até o ensino médio, pela aprovação em uma universidade pública e a dolorosa escolha de partir para uma faculdade particular pela viabilidade de conciliar com o trabalho, tornando-me a acadêmica que para alguns pagava pelo conhecimento, para outros almejava-o a todo custo, almejei e

mesmo ouvindo que pagava por ele, continuei, valorizando-o e defendendo-o, uma passageira da noite¹ em seu itinerário por uma vida justa, melhor e mais digna. Nesse percurso acadêmico encontrei professoras dialógicas e amorosas, fui guiada particularmente por grandes mulheres.

Nestas forças femininas descobri o significado de ser “freireana”, para além disto, de ser humana. Através delas, de suas histórias, unidas as minhas histórias, estreei minha luta pela educação direcionada a todas/os de minha classe, reveladoras e rebeladoras, estritamente populares. Nessas fortalezas tão femininas quanto acadêmicas me encontrei, senti-me semelhante a elas e a Soares (2001, p.23) em suas travessias como educadora:

assim fui criada, assim fui feita, assim me fiz, e só na vida universitária poderia encontrar --- e encontrei ---- campo para viver (e sofrer) integralmente minha contradição: o inconformismo com a realidade social, que busca expressão na crítica, e o compromisso com a prática social, que obriga à ação nessa mesma realidade que se critica

Sua narrativa sob a óptica da docência, não distanciam-se de minha discência, onde vivi e sofri minha contradição, onde inconformada com a realidade social movimenteiei, debati, questioneei, trabalhei e atravessei até a formação total de minha graduação em Pedagogia.

Atravessando “e cantando e seguindo a canção” fui convidada por uma das mulheres responsáveis por minha transformação na faculdade, para estar como secretária do Grupo de Trabalho Centenário de Paulo Freire e assumir o compromisso de junto a este grupo direcionar todos os esforços para zerar o analfabetismo em minha amada Belém. Minhas travessias até o Movimento Alfabetiza Belém, ratificaram então, o não fechamento de meus olhos para esta realidade tão minha quanto de meus semelhantes, por isto, fui/vou como o doce e verdadeiro poema de Thiago de Mello

A luz que me abriu os olhos
para a dor dos desesperados
e os feridos de injustiça,
não me permite fechá-los
nunca mais, enquanto viva.

¹ O termo vem da obra: Passageiros da noite: Do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. (ARROYO,2017)

De olhos bem abertos para essa dor, para essas/esses sujeitas/os, inserida no coletivo de condução do Movimento Alfabetiza Belém, segurando as mãos de outra grande mulher, que naquele momento se fazia minha coordenadora e responsável por minha evolução profissional, recebi a notícia de aprovação no mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGED, da Universidade do Estado do Pará – UEPA e o projeto denominado prioritário de governo, o qual, a intenção é tornar a cidade de Belém, território livre do analfabetismo converteu-se em meu/nosso projeto (objeto) de pesquisa para essa dissertação, construída por múltiplas mãos e vozes.

A partir desse momento, muita coisa mudou, além do que já era/sou, passo a “ser”, novamente estudante, volto no tempo e me vejo mais uma vez em uma instituição pública, àquela que sempre sonhei, a universidade que admirava da quadra de minha antiga escola do ensino médio, a universidade que olhava e dizia: “um dia chego aí”, cheguei! Dessa vez, sem a terrível escolha de abandoná-la por inviabilidades, almejando e valorizando, não exclusivamente o título de mestre, mas a vitória de ser mais uma cria da periferia a conseguir subir mais um degrau.

1.2. NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UM ALFABETIZA BELÉM

Nunca esquecerei desse acontecimento
 Na vida de minhas retinas tão fadigadas
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 No meio do caminho tinha uma pedra
 (Carlos Drummond de Andrade)

Começamos essa subseção parafraseando Carlos Drummond de Andrade e seu conhecido poema “no meio do caminho”. Em nosso caminho, no entanto, havia um programa de governo chamado Alfabetiza Belém, projeto com a finalidade de tornar a capital do Pará, território livre do analfabetismo. O mesmo tem por base concepções freireanas e de educação popular, pensamentos que veem o analfabetismo não como uma chaga a ser erradicada, mas, como fiel representação de uma sociedade desigual e injusta (Freire, 2019).

Injustiças e desigualdades análogas às vivências apontadas anteriormente, pois as angústias, anseios e inacessibilidade, seja na área da saúde, assistência e educação atinge um grupo de acordo com Miguel Arroyo (2017) de “outros sujeitos”, onde esses são particularmente mulheres e homens, trabalhadoras/es, negras/os, indígenas, LGBTQIA+, sem terras, sem teto, sem empregos, sem educação, sem o direito a uma vida justa.

Neste atingimento, temos os itens capazes de manter tais sujeitas e sujeitos, permanentemente nas mesmas circunstâncias, exemplo, a educação, fonte primordial de criticização, libertação, humanização e politização, mas, igualmente, fonte de memorização, despolitização e desumanização. Sendo assim, possibilitá-la a esses indivíduos de forma transformadora destruiria o lapidado mundo desigual e desumano dos opressores que fingem ser iguais e generosos.

A referida educação, conforme percebe-se, transita na linha tênue entre libertar ou aprisionar, a tenacidade de ser ou não ser, depositar, onde, “na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (Freire, 2019, p.81) ou transformar para a libertação autêntica “que é a humanização em processo, não é uma *coisa* que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2019, p.93).

Por isso, ensinar e/ou aprender passa a ser ato histórico, ato de consciência e resistência. A educação proposta e divulgada pelo Movimento Alfabetiza Belém, é aparentemente esta vinda na contramão do depósito, do oprimir, visa de antemão problematizar, questionar e superar. Para esse fim, o combate a essa educação bancária deve vir desde o princípio do ensinar e aprender, aprender e ensinar, deve configurar-se como a luta por novas possibilidades, pela oportunidade de ler e escrever letras, palavras, textos e mundos. Estas falas fundam-se nas concepções de Paulo Freire, por serem essas, nossa especial referência e por ser igualmente, subsídio do Alfabetiza Belém.

Justificamos ainda que seus pensamentos não poderiam afastar-se de um movimento cujo propósito é a superação não somente do analfabetismo, mas das relações opressores x oprimidos, do movimento que em documentos afirma esforçar-se para garantir uma educação socialmente referenciada, popular e

libertadora. Movimento, que bem como o autor, aponta, além dos sentimentos a respeito dos mundos, onde estes se dividem, a problemática do analfabetismo

O nosso grande desafio, por isso mesmo, nas novas condições da vida brasileira, não era só o alarmante índice de analfabetismo e sua superação. Não seria a exclusiva superação do analfabetismo que levaria a rebelião popular à inserção. A alfabetização puramente mecânica. O problema para nós prosseguia e transcendia a superação do analfabetismo e se situava na necessidade de superarmos também a nossa inexperiência democrática. Ou tentarmos simultaneamente as duas coisas. (Freire, 2020, p. 124)

Freire (2020) em sua época, além da preocupação com a superação do analfabetismo e da democracia, também, apontará a exigência de uma educação para decisão, para a responsabilidade social e política, sob nossa óptica, a mesma permanece imprescindível, dado que as primeiras narrativas de vida e luta unidas a anterior conjuntura da política nacional, promotora de epistemicídios e genocídios, demonstraram a necessidade de nos compreendermos no/com o mundo, sendo responsáveis e decisivos, sujeitos ativos e protagonistas.

Ao rememorarmos a antiga política nacional, sublinhamos conjuntamente estar Paulo Freire incluso nesses massacres, seus pensamentos críticos, reflexivos, construídos na dialogicidade, beirou a expurgação da educação, por conta da distorcida proteção a uma educação tradicional, promotora conjuntamente da preservação do status quo dos mitos conservadores.

O patrono da educação brasileira, todavia acostumara-se em vida com os insultos as suas condutas enquanto educador democrático e explicitamente político. Demonstra isso em suas primeiras palavras na obra Pedagogia da esperança ao salientar: “não percebiam, porém, que, ao negarem a mim a condição de educador, por ser demasiado político, eram tão políticos quanto eu. Certamente, contudo, numa posição contrária à minha. Neutros é que não eram nem poderiam ser”. (Freire, 2013 p. 9).

A semelhança nas críticas em tempos distintos, representam o histórico de embates para manter a classe popular permanentemente em situação desumana e de opressão. Freire ao denunciar as múltiplas formas de opressões estende a bandeira da mudança, da emancipação. O bombardeio, por isto, vem para evitar a revolução e libertação dos “oprimidos”, “esfarrapados do mundo”, “condenados da terra”.

Seus pensamentos, fincados na história e histórico de resistência, para além de serem fonte primordial do movimento, conjuntamente representaram o sopro de esperança de uma sociedade decidida a fazer diferente, isso pois, o Alfabetiza Belém é fruto, como citado, de um governo de esquerda, progressista e controverso a gestão federal daquele momento. A frente “Belém de Novas Ideias”², foi vencedora de uma luta democrática e imprescindível para mostrar a força de uma população exausta de desamor e tiranias, população popular, amazônida decidida a posteriormente dizer não.

A referida gestão municipal geriu anteriormente nossa cidade, nesse período implantou e implementou projetos precedentes relacionados a educação popular enquanto política pública, nestes antigos debates acerca do analfabetismo, tivemos o projeto de alfabetização de jovens e adultos – PROALFA, instituído na primeira gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues nos anos de 1997 a 2000, destinado a alfabetizar servidoras/es não alfabetizadas/os da PMB, tanto quanto, atender alguns bairros com a mesma demanda.

No segundo mandato no período de 2000 a 2004, dando sequência e unindo-se a marcha de alfabetização firmada em diferentes estados, por meio de outros governos populares o Movimento de Alfabetização-Professor Paulo Freire – MOVA, o qual, tinha por objetivo principal alfabetizar jovens e adultos promovendo uma educação para a humanização e libertação.

Estes fatos, aliás, traçam a relevância do objeto de estudo, pois verificamos uma continuidade e nesta linha contínua, questionamentos imprescindíveis à espera de respostas, como: por quais motivos os projetos anteriores não solucionaram os problemas referentes ao analfabetismo em Belém? quais as limitações para esta superação? Quais as evoluções a partir das novas perspectivas do Movimento Alfabetiza Belém?

As respostas para essas indagações, podem ser variadas e nos levam a continuar refletindo sobre a relevância da alfabetização emancipadora para essas/es sujeitas/os afastados de um de seus direitos básicos, a educação. Refletimos porque, para a educação popular, a superação do analfabetismo, transcende o

² Edmilson Rodrigues, apresenta-se como candidato à prefeitura de Belém, pela Frente Cidadã Belém de Novas Ideias. Em seu plano de governo destaca as “ideias nova, que devolvam a esperança”.

aprender a ler e escrever. O ato de alfabetizar, necessita ser também para a democracia, garantindo a travessia da visão ingênua para a crítica.

Ivanilde Apoluceno de Oliveira, estudiosa de Paulo Freire, em seu discurso, expõe a educação segundo os pensamentos do autor, em que este determina-se pela leitura crítica do mundo e da palavra, supondo-se o revelar dos “discursos ideológicos de interesse da classe dominante” (Oliveira, 2015, p.51).

Segundo a autora, tal ato é de “conhecimento, criador, ético e político, cuja prática pressupõe o respeito ao educando como sujeito do conhecimento e da cultura que chega ao ambiente educativo com uma leitura de mundo que antecede a leitura e escrita da palavra” (Oliveira, 2015, p.51).

Assim sendo, superar o analfabetismo em Belém, significa concomitantemente desnudar condutas opressoras e demasiadamente desiguais, rebelar e levar ao movimento das lutas por igualdade e em defesa das classes populares, os que até o presente acreditam no discurso de ser um “esfarrapado do mundo” por vontade divina.

Como se vê, a superação do analfabetismo alinhado à carência de democracia acompanhou o tempo, espaço e história de Freire, contudo, permanece e alcança outros espaços, tempos e histórias. Belém, no século XXI é um destes, pois em levantamentos feitos pelo Movimento Alfabetiza Belém, averiguamos de acordo com Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico do ano de 2019, 11.026 (onze mil e vinte e seis) pessoas a partir de 15 anos não alfabetizadas.

À procura de mais dados e sem a realização do Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pesquisamos outras fontes, desse modo, localizamos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua – PNAD 2019, o total de 2,5% de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas, destacando após cálculos o número de 32.585 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta e cinco) jovens, adultos e idosos analfabetas/os no município.

Vale destacar, todavia, serem os primeiros dados mencionados, a referência do Alfabetiza Belém. Desse modo, o movimento demarca por meta a alfabetização de 11.026 (onze mil e vinte e seis) jovens, adultos e idosos não alfabetizadas/os, aceitando, porém, alterações de quantitativo, uma vez que, comprovamos por meio de caminhadas e busca ativas existir número considerável de pessoas não

alfabetizadas, sem cadastro em programas governamentais, os chamados: “cidadãos invisíveis”³.

Invisíveis e/ou invisibilizados? Dona Graça, alfabetizada, mãe e avó de pessoas alfabetizadas, politizadas e conscientes sofre a espera de uma cirurgia cuja demora acarreta o aumento da bactéria e por isto a perda maior de um membro. Mas, nessa terrível delonga, ao menos pudemos questionar, lutar, criticar e buscar responsáveis.

Imaginemos agora, nossas/os “cidadãs/os invisíveis” nestas circunstâncias, como e quem questionariam? Como e quem responsabilizariam? teriam acesso ao atendimento? Diante das indagações, ratificamos a indispensabilidade da vida permeada por uma educação crítica, uma educação concebida com o povo, humanizadora e emancipadora, destinada a classe popular resistente, re-existente, persistente e sobrevivente, educação para lidar e mudar vidas reais em situações reais, semelhante a que vivi/vivemos. Essa educação é indicada pelo Movimento Alfabetiza Belém, como uma de suas missões.

Faz-se importante também grifar que os levantamentos destas vidas tão ocultas quanto reais foram analisadas e descobertas pelo Grupo de Trabalho Centenário de Paulo Freire, (o qual me faço secretária), composto por secretarias da administração pública municipal, Instituições do Ensino Superior - IES e movimentos sociais. O GT foi instituído em 01 de fevereiro de 2021, por meio da portaria conjunta 001/2021 GBS.PMB por parte da Prefeitura Municipal de Belém - PMB e Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC e seu principal objetivo é transformar vidas, sociedades, nossa cidade, através da alfabetização.

De maneira geral a portaria, foi uma deliberação de governo e o seu conteúdo tomou forma, a partir dos diálogos entre os participantes do processo sendo, um pluriverso coletivo cujo propósito seria de elaborar política de alfabetização de jovens adultos e idosos que culmine na superação do analfabetismo na metrópole.

A narrativa até aqui nos faz entender seu firmamento na/com a história e por consequência delimitar a investigação acerca do movimento particularmente a partir

³ No decorrer das buscas ativas encontramos sujeitos sem cadastros em programas governamentais e dentre estes, indivíduos não cadastrados por não possuírem, documentos básicos de identificação. Para eles, criamos a nomenclatura inicial de “cidadão invisível”.

da seguinte pergunta científica: *Quais os avanços, limites e desafios que se põem ao Movimento Alfabetiza Belém para superar o analfabetismo na cidade de Belém?*

A implantação, junto às concepções e finalidades do Movimento Alfabetiza Belém, demonstram que o mesmo pode ser via para essa superação, contudo não se pode desconsiderar a existência de outros programas com o mesmo propósito cuja meta não foi cumprida e por isso, diluímos estes discursos, questionamentos e análises no *objetivo geral de*: Analisar os avanços, desafios e contribuições do Movimento Alfabetiza Belém para superação do analfabetismo na capital paraense.

Especificamente queremos: a) analisar o nascimento e os primeiros marcos do Movimento Alfabetiza Belém: Plano Municipal de Alfabetização, Turma Piloto de Alfabetização e Centenário Paulo Freire, b) observar os avanços e as dificuldades do processo de alfabetização nas turmas do Movimento Alfabetiza, na voz das/os alfabetizadoras/es e gestoras/es e c) analisar as contribuições do Movimento Alfabetiza Belém para uma educação libertadora/humana, em contexto amazônico.

1.3. UMA COLETIVA TECITURA METODOLÓGICA

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
(João Cabral de Melo Neto)

Na travessia, coletivamente com outros galos, fomos tecendo uma/s manhã/s. Nas manhãs do coletivo GT Centenário de Paulo Freire fui/vou construindo-me e reconstruindo-me como profissional, nas manhãs do coletivo acadêmico construindo-me e reconstruindo-me enquanto pesquisadora. Ações distintas, mas, não distantes, já que, a partir delas formo-me como educadora.

Formando-me, escolhi o Movimento Alfabetiza Belém como objeto de pesquisa e assim, a profissional e pesquisadora presentes em mim precisaram alinhar-se e seguir com um único fim: colaborar e compreender o Movimento e o seu movimentar. Tarefa complexa, dado que, o alinhamento se dá na desvinculação por determinados momentos, do olhar camuflado daquela que convive e vive as vitórias e derrotas, que busca soluções e defende a causa com todas as suas

(im)perfeições, para a óptica acadêmica, analista, crítica, a procura de respostas, contradições e inovações.

Para tanto, essa articulação não seria possível sem o auxílio desses outros galos, que “se encorpando em tela, entre todos, se erguendo tenda, onde entrem todos, se entretendendo para todos, no toldo” lapidaram meus entrelaçamentos acadêmicos e profissionais e segurando minhas mãos deram tom a pesquisa e a estrutura metodológica.

Ademais, a estrutura a ser apresentada representa especificidades e diversidades da pós-graduação e da vida profissional que conjuntamente induziram as práxis da pesquisa, porque, as definições são coletivas, movimentam-se entre orientador/a e orientanda/o, orientações e disciplinas, sugestões docentes e sugestões discente, entre as relações profissionais e as indicações de colegas de trabalho que são/foram da docência e possuem a carga de experiência capaz de renovar uma educadora e um projeto em construção.

O projeto “Movimento Alfabetiza Belém: Um estudo sobre os saberes e práticas da alfabetização de jovens, adultos e idosos na perspectiva da educação popular”, retrata uma tecitura de várias mãos, de vários “galos”.

Posto isto, os primeiros fios a serem tecidos, surgiram da determinação do objeto de estudo, onde o mesmo, levou a pergunta científica, método científico, método da pesquisa e tipo de pesquisa. A partir disso, determinamos os autores base, metodólogos e seus interlocutores, para assim, vermos as pontas se encontrando em forma circular.

Então, para iniciar o círculo e nossos entrelaçamentos, imergimos em todas as instâncias do movimento Alfabetiza Belém nos anos de 2021 e 2022, anos em que compenetrados e o tendo como nossa segunda casa pudemos observar seu nascimento (instituição), bem como, viver suas evoluções (implantação das primeiras turmas de alfabetização), chorar com suas dificuldades e apreender a partir de atos assertivos e/ou errôneos (alfabetização e certificação das/os alfabetizadas/os das turmas de alfabetização).

Essas experiências nos levaram a sublinhar inclusive esta pesquisa como de campo. Cruz Neto (1994 p.51) relata que “o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que

desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”.

Evidenciamos a aproximação como existente, afinal, vivemos o cotidiano do Movimento Alfabetiza Belém e surgiu desse conviver o desejo de estudá-lo, partindo agora, de uma visão acadêmica, de pesquisa. Nossa ligação, por essa razão, se dá nos diferentes pólos dessa relação, duplicando a vontade de criar um novo conhecimento a partir de nossa segunda casa e primeira pesquisa.

Cruz Neto (1994, p.52) ao discorrer sobre o trabalho de campo, também nos atende com a seguinte colocação: “Assim, o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta”.

Ressaltamos, diante da fala, ter sido no campo, no relacionamento com o objeto, na ligação entre nossa vontade e identificação com o tema que percebemos sua relevância (citado na subseção anterior). Tal importância articula-se a linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia cuja fonte de Investigação são estudos de temáticas educacionais atinentes ao contexto brasileiro e amazônico, onde seus objetivos perpassam a contribuição para construção de práticas comprometidas política, social, epistemológica e eticamente com estas/es outras/os sujeitas/os excluídas/os e re-existentes, fortalecendo conjuntamente a identidade cultural amazônica.

Para isso, nos apoiamos e buscamos respostas para nossas práticas em pensamentos e técnicas direcionadas às ciências sociais, em ciências para gente e de gente, visando traduzir a realidade de Maria das Graças, João, Madalena, Raimundo, dos grupos humanos heterogêneos, peculiares e obviamente amazônidas.

Amazônidas de nossa/s Amazônia/s, indivíduos representados pelas misturas, enlaces e junções de culturas, a/o negra/o, indígena, branca/o, quilombola, ribeirinha/o, sem terra, LGBTQIA+, as/os nortistas que só queriam/querem fazer parte da nação. Nossa pluriversidade de vozes, é contemplada, inclusive, na narrativa de Fares (2008, p.86):

Não existe uma cultura, uma identidade amazônica no singular. A concepção deste espaço é plural. As diferentes manifestações culturais trazem marcas do híbrido e da mestiçagem e reconhecem as presenças indígenas, africanas, libanesas, nipônicas, entre tantas outras. São essas

vozes poéticas de múltiplos sotaques e línguas que fundam a Amazônia, mesmo sem ser necessário comprovar quais os desenhos mais fortes e os rascunhos mais claros.

Estas “vozes poéticas” deram sentido à pesquisa, pois sem elas/es, seus tons, suas singularidades, a mesma não existiria e/ou seria mais uma análise exclusiva do observador. Maria Cecília Minayo (2011, p.14) nos instruirá ao afirmar não ser apenas o investigador a dar sentido ao seu trabalho intelectual, mas, também dão significados às suas construções e atos, os seres humanos, grupos e sociedades.

Minayo, igualmente, nos ampara ao afirmarmos ser esta investigação de cunho qualitativo, por considerarmos a realidade concreta da/o sujeita/o e a relevância de sua subjetividade. Para ela, a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares(...), ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (Minayo, 1994, p. 21-22).

Esta profundidade se alicerça na conexão com nossas/os sujeitas/os do Movimento Alfabetiza Belém, da gestão escoando a estas/es mulheres, homens, jovens, adultos e idosos, povos originários, assentadas/os, ribeirinhas/os, privadas/os de liberdade, pessoas em situação de rua ou segundo Freire (2019) “demitidos da vida”.

No convívio com elas/es, seus significados, motivações, crenças, valores e as complexidades humanas que os envolve e movimenta, tentamos captá-las/os como sujeitas/os de sua educação, de valores e culturas, esforçando-nos para agir, semelhante a Paulo Freire em seus atos educativos. Tal como descreve Miguel Arroyo (2012, p.27):

Paulo não inventa metodologias para educar os adultos camponeses ou trabalhadores nem os oprimidos, mas reeduca a sensibilidade pedagógica para captar os oprimidos como sujeitos de sua educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura. Outros sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados e formação.

Não propõe como educá-los, mas como se educam, nem como ensinar-lhes, mas como aprendem, nem como socializa-los, mas como se socializam, como se afirmam e se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos, políticos que são.

Portanto, seguindo estes pensamentos, não propomos nova educação e/ou determinamos uma via fixa de investigação. Caminhamos lado a lado das/os sujeitas/os desta pesquisa em busca de transformação/humanização, daí, o bordado metodológico, não vir das exatidões, mas de concepções teóricas de abordagem e um grupo de técnicas que possibilitaram a construção da realidade, da mesma forma, o “sopro divino” de nossa criatividade (Minayo, 2011, p. 16).

Criatividade para lidar com as adversidades das relações humanas, visto que, as/os sujeitas/os da pesquisa, são mais que meras/os investigadas/os. Elas/es são parte fundamental de uma história de luta, sobrevivência e resistência, possuem perfis distintos, caminham entre gestão e turmas de alfabetização e receberam/receberão nossa abordagem de diferentes maneiras.

Conseqüentemente, na heterogeneidade humana, captando, vivendo e convivendo, nos subsidiamos na Investigação Ação Participativa – IAP. João Colares da Mota Neto (2018, p.7), estudioso de Orlando Falrs Borda, autor criador da citada investigação, em sua paráfrase de Fals Borda (1998) diz ser um método que une “estudo e ação”, “uma filosofia de vida”, fomentada na classe popular e que visa melhorar a vida destas classes exploradas e sua produção de conhecimento se baseia “na convivência com as comunidades”.

Fundados nisso, analisamos a IAP como não limitada à exclusiva sistematização metodológica, não firma-se em resultados pré determinados e/ou pesquisas fechadas, mas, torna-se objeto de luta para estes grupos populares, a base da investigação que pretende através da ação, transformar a realidade, a práxis do investigador que é também ativista social, legítima contribuição para a práxis coletiva. Borda e Rahman (1989, p. 15) nos sustentam nesta compreensão em:

Empezamos a comprender que la IAP no era tan sólo una metodología de investigación con el fin de desarrollar modelos simétricos, sujetos/sujetos, y contraopresivos de la vida social, económica y política, sino también una expresión del activismo social. Llevaba implícito un compromiso ideológico para contribuir a la praxis (colectiva) del pueblo. Resultó ésta ser también, desde luego, la praxis de los propios activistas (los investigadores de la IAP), toda vez que la vida de cada persona es, de manera formal o informal, una surte de praxis.

Os autores entendem o “compromiso ideológico” de contribuição para com a práxis coletiva do povo, do mesmo modo, a práxis dos próprios ativistas “(los investigadores de la IAP)”, como sendo uma metodologia de interação entre ação e reflexão. Apegando-nos a fala de Freire (2019) significa: não apenas o sacrifício da reflexão, em sua inautenticidade, pois então seria verbalismo, não apenas o sacrifício da ação, pois então seria ativismo inautêntico.

Por esse motivo a IAP vem articuladamente ser método e filosofia de vida. E por ser ela, nosso esteio é que não procuramos resultados determinantes e determinados. Investigamos sob a ótica da (in)conclusão, compenetrados nas comunidades e seguimos em progressiva evolução, movimentamos por novas vidas e sociedades possíveis, isso claro, sem nos desvencilharmos da rigorosa busca por conhecimentos científicos. Borda e Rahman (1989, p. 16) nos explicam o seguinte:

Nuestro propósito no ha sido ni es el fabricar un producto terminado, hacer un fácil anteproyecto totalmente definido o proponer una panacea. Recordemos que la IAP, a la vez que hace hincapié en una rigurosa búsqueda de conocimientos, es un proceso abierto de vida y de trabajo, una vivencia, una progresiva evolución hacia una transformación total y estructural de la sociedad y de la cultura con objetivos sucesivos y parcialmente coincidente. Es un proceso que requiere un compromiso, una postura ética y persistencia en todos los niveles. En fin, es una filosofía de la vida en la misma medida en que es un método.

Desta forma, na rigorosa procura por conhecimento, entrelaçamos nossos/deles processos de vida, um trabalho aberto (in)determinado, unido, para uma total transformação. Nosso comprometimento será para/com elas/es, conosco, com a pesquisa. Da ação transformadora à particip-ação, andamos de mãos dadas à também pesquisa participante, por vezes denominada como “IAP”, “pesquisa ação”, “pesquisa participativa” entre outras, porém, com suas particularidades.

Em vista disso, ponderamos de antemão a educação popular como viga do Movimento Alfabetiza Belém e de nossas práticas, logo, nosso compromisso, para além da pesquisa, foi/é ideológico, social e político. Na pesquisa participante, ratificamos essa responsabilidade, da mesma forma, damos sequência a filosofia de vida definida pela IAP. Posto isso, delineamos algumas de suas originalidades para reiterar sua conexão com a pesquisa.

De acordo com Brandão e Borges (2007, p.53):

Elas se originam dentro de diversas unidades de ação social que atuam preferencialmente junto a grupos ou comunidades populares. Em sua

maioria, elas serão postas em prática dentro de movimentos sociais populares emergentes ou se reconhecerão estando a serviço de tais movimentos.

As turmas de alfabetização do Movimento Alfabetiza Belém espalham-se por entre as periferias belenenses, nossa atuação, assim, passou a ser junto a estes grupos e comunidades e este movimentar por/com elas/es, igualmente, nos deixou a disposição para a práxis popular. Paralelamente, no GT gestor somam-se movimentos sociais cuja referência de luta nos instigou e incentivou, estando-nos com isto a serviço de ambos.

Portanto, a práxis investigativa, bem como mencionado, não partiu de precisões, mas de criações e recriações, de re-elaborações para atender as pluralidades de vozes, realidades, territorialidades e culturas presentes no Movimento Alfabetiza Belém. Caminhou na tenacidade da gestão e turmas de alfabetização. Estes dois polos e envolvimento mútuo nos direcionam a outra especificidade da pesquisa participante:

Entre as suas diferentes alternativas, de modo geral, as pesquisas participantes alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular. Assim, geralmente, elas colocam face-a-face pessoas e agências sociais “eruditas” (como um sociólogo, um educador de carreira ou uma ong de direitos humanos) e “populares” (como um indígena tarasco, um operário sindicalizado argentino, um camponês semi-alfabetizado do Centro-Oeste do Brasil ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). De modo geral, elas partem e diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois pólos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes. (Brandão; Borges, 2007, p. 53).

Face-a-face com o Alfabetiza Belém temos representantes da gestão municipal de educação, saúde, assistência e acolhimento, igualmente educadoras/es populares, militantes negras/os, Sem-terra, indígenas, LGBTQIA+, representações sindicais, Pessoas Privadas de Liberdade - PPL, um círculo dialógico, envolvido, interagindo, participando e movimentando por uma causa. A superação do analfabetismo na capital paraense.

Estes diferentes indivíduos, vivem semelhantes histórias, as de luta contra opressão/desumanização, existem ainda, aquelas/es, das quais a realidade se faz camuflada, vivem, mas sem entendê-la, estão na história sem fazer história, devido às várias vendas colocadas e recolocadas em seus olhos pelas mãos “generosas” de opressores. Com eles nos relacionamos e seguimos em enlaces similares ao

demarcado por Brandão e Borges (2007, p. 54) de sujeito/sujeito, um mais o outro, transformando os saberes em outro saber, este, transformador.

A partilha da compreensão da realidade social e o surgimento desse novo saber transformador, para nós, significa/ou juntamente a transitividade das formas de vida mudas para a consciência crítica. Para Freire (2020, p.84) “implica num retorno à matriz verdadeira da democracia”. O autor ratifica:

Daí ser esta transitividade crítica característica dos autênticos regimes democráticos e corresponder a formas de vida altamente permeáveis, interrogadoras, inquietas e dialogais, em oposição às formas de vida “mudas”, quietas e discursivas, das fases rígidas e militarmente autoritárias, como vivemos hoje, no recuo que sofremos e que os grupos usurpadores do poder pretendem apresentar como um reencontro com a democracia. (Freire, 2020, p.84)

Posicionando-nos enquanto pessoas de regime democrático, frisamos imprescindível a inquietação, interrogação e diálogo, não aceitamos e promovemos “mudismos”, uma vez que, mesmo sendo projeto de governo, a gestão municipal o indicou como ação social e não “doação”, pois, se assim fosse, nos desalinharíamos da “verdadeira democracia”.

Nosso posicionamento, dar-se no sentido de reafirmar que mesmo ligados a este trabalho setorial, nosso compromisso social, ideológico e político é com estas/es sujeitas/os, grupos, movimentos e suas causas sociais. Isso pois “o propósito de uma ação social de vocação popular é a autonomia de seus sujeitos na gestão do conhecimento e das ações sociais dele derivadas” (Brandão; Borges, 2007, p. 55).

Se a educação não é neutra a pesquisa tão pouco se enquadra a esta neutralidade e por reconhecermos seu caráter político e ideológico a investigação, então, não será doutrinatória, mas, de consenso modificável. Finalmente, nosso diálogo com a IAP e a Pesquisa Participante veio da verdadeira criação solidária, não da imposição partidária de conhecimentos e valores.

Continuando, os mergulhos por entre os pensamentos de Orlando Fals Borda, Carlos Rodrigues Brandão e Maria Cecília Minayo os solidificaram como nossos metodólogos. Consequentemente, apreendendo a essência da educação popular na investigação, na pesquisa participante que constroi e transforma, dispomos dos seguintes autores base: Paulo Freire e sua pedagogia libertadora, da esperança, da indignação, distante da neutralidade, persistente enquanto ato político e Miguel

Arroyo com suas defesas e lutas por estas/es outras/os sujeitas/os subalternizadas/os, desumanizadas/os que possuem vidas ameaçadas e ainda percorrem longos itinerários por uma vida mais justa.

Na caminhada, alcançamos interlocutores como João Colares da Mota Neto e seus estudos sobre a pedagogia decolonial e as concepções dos autores pilares do Movimento. Suas análises acerca da decolonialidade, igualmente as demais, torna-se base epistemológica da pesquisa, por nos permitir através do estudo, poder ir na contramão de um histórico contexto colonialista. Tal qual explica Mota Neto:

Sendo esta sua origem, a concepção decolonial, como não poderia deixar de ser, revela sua primeira face como constituída pela negação à negação. Ela é, assim, anticolonial, não eurocêntrica, antirracista, antipatriarcal, anticapitalista, em seus devidos desdobramentos, e assume um enfrentamento crítico contra toda e qualquer forma de exclusão que tenha origem na situação colonial e nas suas consequências históricas. (Mota Neto, 2016, p. 44)

Para nós a condição colonial seria nos pôr em posição de colonizadores ao não criticar a realidade opressora e desumana, a qual, vivem nossas/os sujeitas/os, impondo saberes homogêneos, expelindo preconceitos, desvalorizando suas tantas singularidades. Na tentativa de evitar, dissemos não, por meio da investigação, de nossa particip-ação, da união das forças junto à resistência negra, feminina, LGBTQIA+, rural, ribeirinha, trabalhadora e principalmente popular. A fortificação dos nós foi para combater os grandes mitos patriarcais, conservadores, eurocêntricos, opressores e desumanos.

Gostaríamos, além do mais, de acentuar que nosso pensamento restringe-se à colonialidade, pois, parecido ao conceito em questão, dispomos do colonialismo. Os mesmos podem ser relacionados, porém são distintos. Nelson Maldonado Torres (2007) nos esclarece da seguinte forma:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta idéia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros

aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (Torres, 2007, p. 131).

Deste modo, analisamos o colonialismo no sentido macro, a relação entre povos e nações. A colonialidade é intrínseca, se desenvolve e sobrevive no que identificamos ser o micro, o individual em nossa “experiência moderna”. Então, a partir da narrativa de Torres (2007) apreendemos terem colonialidade(s) distribuídas por entre as academias, trabalhos, culturas, na “auto-imagem dos povos”, nossos povos. Por consequência, esses conceitos nos levam a pensar uma pedagogia decolonial com base nessa decolonialidade.

Torna-se crucial, conjuntamente, entender que a educação popular inúmeras vezes elucidada por nós, presente em nossas práticas e nas ações do Movimento Alfabetiza Belém concerne de uma pedagogia em movimento. Mota Neto (2016) continua a nos orientar em sua menção:

Como já afirmou Streck (2013), a educação popular é uma pedagogia em movimento, não só porque, sendo dinâmica, não se deixa enquadrar em esquemas estreitos, mas também porque está umbilicalmente vinculada com os movimentos sociais populares, constituindo-se, cada vez mais, como uma pedagogia indígena, uma pedagogia feminista, uma pedagogia negra, uma pedagogia dos sem-terra e sem-teto. (Mota Neto, 2016, p.143)

Mota Neto (2016) por fim defende

É neste sentido que defendemos a educação popular como uma pedagogia decolonial, isso é, uma pedagogia da subversão, insurgente, de resistência, de luta contra as mais distintas formas de opressão provocadas pela modernidade/colonialidade. (Mota Neto, 2016, p.143)

Pedagogia do movimento, decolonial, da subversão, para nossas/os outras/os sujeitas/os que lutam por uma vida mais justa, menos má. Pedagogia que dilui-se em nossos entrelaçamentos por entre a pedagogia popular urbana, movimentada em meio às periferias com suas vielas, passagens, ruas e seus indivíduos urbanos que na área nobre trabalham e/ou andam e em seus subúrbios vivem, re-existem e sobrevivem.

Por entre a pedagogia popular do campo, movida através de suas matas, roças, contos e encantos e especialmente por essas/es sujeitas/os camponesas/es que fazem do campo seu local de refúgio, trabalho, vivência, lazer, parte fundamental da sua identidade.

Por entre a pedagogia popular das águas e das florestas, vívida pela força de seus ribeiros, por seus imaginários⁴ e suas/seus crianças, mulheres, homens, velhas/os re-existentz desta conexão com a pujança vinda dos rios, das árvores, da terra, de suas ancestralidades.

Pedagogias outras que não ensinamos, vivemos junto a eles, pois já existem, se fazem presente nesses cotidianos e vidas inferiorizadas, ameaçadas e desumanizadas. Se fazem presente nas especificidades do GT gestor do Movimento Alfabetiza Belém e nos espaços de turmas de alfabetização.

Miguel Arroyo (2012, p.37), esclarece ainda: “na diversidade de presenças os Outros Sujeitos são eles e elas tal como feitos e tal como se fazem. As Outras Pedagogias são, de um lado, essas brutais pedagogias de subalternização e, de outro, as pedagogias de libertação de que são sujeitos”. São lados opostos que se encontram, encontramos. É a pedagogia decolonial, urbana, do campo, das águas, das florestas colidindo com a pedagogia da opressão, desumanização e subalternização.

Para estes embates, momentos e vivências, empregamos como procedimentos da pesquisa a observação participante, uma vez que, devido ao compromisso político e social firmado, esse instrumento finda por alinhar-se à episteme-metodológica da IAP e à pesquisa participante. Para Lüdke e André (1986, p.28) “É uma estratégia que envolve, pois, não só a observação direta, mas todo um conjunto de técnicas metodológicas pressupondo um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada”.

Contudo, as autoras, apesar de instruírem sobre a observação participante relatam:

evidentemente, o pesquisador pode decidir desde o início do estudo que atuará como um participante total do grupo, assumindo inclusive um compromisso político de ação conjunta nos moldes da pesquisa participante. Esse tipo específico de envolvimento, entretanto, deve ser analisado no contexto da pesquisa participante, o que fugiria aos objetivos deste livro. (Lüdke e André, 1986, p.28)

⁴ Nesta pesquisa, trabalharemos com o imaginário conceituado por Pitta (1995, p.15) através de sua reflexão e estudos de Durand: “O imaginário, nessa perspectiva, pode ser considerado como essência do espírito, à medida que o ato de criação (tanto artístico, como o de tornar algo significativo), é o impulso oriundo do ser (individual ou coletivo) completo (corpo, alma sentimentos, sensibilidade, emoções..), é a raiz de tudo aquilo que, para o homem existe”.

Aludimos Lüdke e André (1986) previamente para sinalizar não serem todas as observações participantes, adequadas à pesquisa participante. Qual seria a diferença então? Brandão (2007) não usa o termo “observação”, porém, ao nos explicar os quatro propósitos da pesquisa participante diz: “elas pretendem ser instrumentos pedagógicos e dialógicos de aprendizado partilhado; possuem organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora” (Brandão, 2007, p. 57).

Logo, todo instrumento é objeto para executar algo, a observação será este dispositivo, a parte participante, no entanto, apresenta-se na relação sujeito/sujeito e de seus aprendizados partilhados, observador participante e participante observador construindo e reconstruindo percursos metodológicos éticos e políticos.

Nessa relação partilhada, utilizamos, além disso, entrevistas semiestruturadas, sendo a entrevista escolhida por sua capacidade dialógica e interativa, tal qual, nos enuncia (Oliveira et al. 2010, p. 39)

A entrevista, compreendida como um procedimento metodológico dialógico e interativo, possibilita a obtenção de dados sociais e subjetivos, como imaginários, representações, sentimentos, valores e emoções, e se constitui em importante recurso para a pesquisa qualitativa na educação, considerando ter a educação uma dimensão social, histórica e cultural e ser um processo de construção de identidade. Nessa perspectiva, a dialogicidade se constitui como fator fundamental na pesquisa em educação.

Este recurso de coleta de dados reinventa-se, oportunizando processos diferenciados para sua realização sem perder sua finalidade, a qual, “é a de buscar informação entre sujeitos para um determinado fim”. (Oliveira et al. 2010, p. 39). O tipo semiestruturada se enquadra na pesquisa, pois, de acordo com Oliveira et al. (2010, p. 46) “parte de um roteiro pré-estabelecido, mas, na sua aplicação, o entrevistador pode acrescentar novas perguntas, conforme o teor da narrativa do entrevistado”.

Por conseguinte, ao considerarmos as singularidades das/os sujeitas/os, o teor de suas narrativas e de seus contextos, não poderíamos pré estabelecer perguntas prontas, neste trabalho, o pré estabelecimento ocorreu somente entre os critérios de inclusão e exclusão para a entrevista. Posto isso, estipulamos o fazimento desta com: a) Alfabetizadoras/es atuantes do Alfabetiza Belém com

representação da SEMEC, Universidades e Movimentos Sociais; b) Educandas/os participantes da turma piloto de alfabetização c) coordenação geral e coordenações setoriais do Movimento Alfabetiza Belém.

Da mesma maneira, compreendendo os diferentes formatos e espaços, nossa coleta de dados escoou para ademais das entrevistas, chegando às rodas de conversa. Esta apareceu para nós, ao percebermos não poder dialogar e conviver de forma individual com algumas/uns educandas/os do Movimento Alfabetiza Belém, à exemplo os privados de liberdade e/ou pessoas em situação de rua. Suas particularidades, entretanto, são valiosas para nós e como as demais, necessitavam da práxis transformadora/humanizadora, diante da extrema desumanização e prática de distanciamento da ressocialização. À vista disso, buscamos promovê-las inspirados na exemplificação de Maria Lúcia M. Afonso e Flávia Lemos Abade

Uma Roda de Conversa é uma forma de se trabalhar incentivando a participação e a reflexão. Para tal, buscamos construir condições para um diálogo entre os participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo. É um tipo de metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos para promover uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos. (Afonso et al. , 2008, p.19)

Nossa roda de conversa, assentados no exemplo das autoras, obedeceu a perspectiva transformadora da totalidade. Cada mecanismo de coleta teve sua rigorosidade, mas não permeou a inflexibilidade. Dando continuidade, não abriremos mão dos registros fotográficos sob a perspectiva da etnografia. Este recurso narrativo, muito utilizado pelas/os companheiras/os da antropologia, vem corriqueiramente entrelaçando-se pelo campo da educação.

De acordo com Godolphim (1995, p. 7), esta ferramenta vem ser um instrumento de “produção de conhecimento etnográfico, onde a fotografia é tomada como mais uma técnica de documentação, junto com caderno de campo e o gravador, que se usa para registrar seus dados”. Não só isso, afinal a frieza do ato de registrar não caberia em escrituragens carregadas de memórias, histórias e lutas.

As fotografias, também exibem interações, diálogos, sentimentos, refletem o momento-tempo-espaço social em que se dão e contam as/os leitoras/es histórias, nossas histórias de marchas pelo Movimento Alfabetiza Belém. Estas descrê-

vivências fotográficas, nos encaminham para a segunda instância do uso da fotografia na etnografia, sendo, sua utilização como meio de “interação na devolução do material fotográfico, estimulando a relação com o grupo estudado e abrindo um campo de diálogo, de expressão da memória e das reflexões dos informantes sobre as imagens devolvidas”. (Godolphim, 1995, p. 7).

Para finalizar, o campo das coletas, além de tudo, nos reportaremos ao levantamento documental e à revisão bibliográfica.

Salientamos, diante desse bordado metodológico que o alfabetiza Belém, possui em seu GT 25 (vinte e cinco) representações. Com o propósito de acelerar algumas ações, criou-se uma comissão colegiada triangular com um representante Institucional da SEMEC, um representante das IES e um representante dos movimentos sociais. Ademais, para alfabetizar 11.026 (onze mil e vinte e seis) pessoas não alfabetizadas, precisavam ser criadas basicamente 552 (quinhentas e cinquenta e duas) turmas de alfabetização. Até Dezembro de 2022 o Movimento Alfabetiza Belém em articulação com a Coordenadoria da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – COEJAI certificaram 1.416 (hum mil quatrocentos e dezesseis) alfabetizandas/os.

Após análise destes quantitativos, percebemos a probabilidade de repetição de informações e ideias. Com isso, limitamos a recolha de dados apoiados na “saturação teórica”. Uwe Flick ao debater no tocante a amostragem teórica manifesta que “a amostragem e a integração de outros materiais são concluídas quando a “saturação teórica” de uma categoria ou grupo de casos tenha sido atingida (ou seja, quando não surgir mais nada novo)” (Flick, 2009, p.121). Portanto, no caso de não manifestação de novas ideias e/ou informações cessamos as análises.

Diante do exposto, o estudo cruzou a linha da triangulação dos dados. O polígono de três lados é usado como palavra-chave por Flick (2009, p. 361) “para designar a combinação de diversos métodos, grupos de estudo, ambientes locais e temporais e perspectivas teóricas distintas para tratar de um fenômeno”.

Vale evidenciar que a escolha da combinação emergiu não para avaliar os resultados, mas para estear mais ainda os conhecimentos desta pesquisa qualitativa. Esteio, do qual, a finalidade é a ampliação e complementação das

possibilidades de produção do conhecimento. Para culminar estes pensamentos, damos continuidade ao diálogo com Flick, que ratifica:

A triangulação pode ser aplicada como uma abordagem para fundamentar ainda mais o conhecimento obtido por meio dos métodos qualitativos. Fundamentação, aqui, não significa avaliar os resultados, mas ampliar e complementar sistematicamente as possibilidades de produção do conhecimento. A triangulação consiste mais em uma alternativa para a validação (conforme Denzin e Lincoln 2000b; Flick 1992; 2004a,c), a qual amplia o espaço, a profundidade e a coerência nas condutas metodológicas, do que em uma estratégia para validar resultados e procedimentos. (Flick, 2009, p. 361)

Sendo assim, sob essa perspectiva cotejamos diferentes fontes que constituem o corpus da investigação, tais como: *documentos*, a exemplo o Plano municipal de Alfabetização, portaria de criação de grupo de trabalho “centenário de Paulo Freire”, relatórios sobre os processos e práticas pedagógicas do Movimento e planos de trabalho; *bibliografias e pesquisa teórica*: periódicos, teses, dissertações publicadas, e a literatura sobre experiências de alfabetização em Belém e no Brasil na perspectiva da educação popular e *Lócus*: Sede Alfabetiza Belém e turmas do Alfabetiza Belém.

Somado a todas as colocações, não lançamos mão dos critérios éticos balizados como: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorização da coordenação do Movimento Alfabetiza Belém, garantia de anonimato dos entrevistados.

Enfim, sustentados na práxis, no viver humano (in)concluso, (in)definido e pluriverso, vemos nossa tessitura metodológica, encontrar a ponta oposta para fechar-se, sem aparentemente haver outras alterações.

As tecituras expostas até aqui, então, estarão organizadas na dissertação em quatro seções, sendo elas:

1. *Para começar (Introdução)*: na qual expressamos sentimentos, através de minhas/nossas travessias enquanto educadora e pesquisadora em construção, do encontro com o objeto de estudo e seus objetivos, por fim, as tecituras metodológicas de nossa investig-ação.

2. *(Re)começando a tarefa histórica de transformar a “cidade das mangueiras”:*⁵ Sessão com escriturinhas do movimento de criação do Movimento Alfabetiza Belém, suas principais ações do ano de 2021 e marcha para tornar-se um movimento capaz de transformar Belém, em cidade alfabetizada e alfabetizadora.
3. *Construindo uma cidade educadora-educanda e alfabetizadora-alfabetizanda:* esta terceira seção vem narrar a prática educativa do ano de 2022. Logo, atravessa a seleção de alfabetizadoras/es e coordenadoras/es para atuação nas turmas do alfabetiza Belém, suas formações, o processo de busca ativa das/os educandas/os, o desdobrar seus atos de alfabetização e seus percursos até o evento de certificação.
4. *Olhando Belém, Olhando o Movimento Alfabetiza Belém:* Entremeando as marchas do Movimento Alfabetiza Belém, constatamos seus avanços e da mesma forma seus limites. Por isso, aqui analisamos essas constatações para delinear se é concebível imaginar uma Belém, livre do analfabetismo. Mais ainda, se esta educação para a transformação defendida pelo movimento concretizou-se.

⁵ A árvore da mangueira tornou-se patrimônio cultural da capital paraense e sua história com a cidade fez com que, carinhosamente, os belenenses passassem a chamar Belém de “cidade das mangueiras” ou “mangueirosa”.

2. (RE)COMEÇANDO A TAREFA HISTÓRICA DE TRANSFORMAR A “CIDADE DAS MANGUEIRAS”

Transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (Freire, 2019)

A tarefa histórica de transformar a realidade opressora das/dos sujeitas e sujeitos em situação de analfabetismo em Belém, se inicia dois anos após a conturbada eleição para a presidência da república de 2018, quando, a capital do estado do Pará, se une a outras 11 (onze) cidades de 9 (nove) estados que elegeram e reelegeram candidatos de esquerda e centro esquerda, reelegendo pela terceira vez o Professor Edmilson Rodrigues. Essas vitórias foram consideradas resultados das lutas populares em prol de um modelo de sociedade menos desigual e mais democrático e inclusivo.

Partindo deste pressuposto, sob a Frente “Belém de Novas Ideias” o agora prefeito de Belém passa a ter por missão, gerir no quadriênio de 2021-2024 nossa mangueirosa, a partir da implacável defesa dos direitos humanos, da justiça social, econômica, política, ambiental e da educação socialmente referenciada e popular. Educação popular que se embasa em concepções libertadoras e freireanas, tal qual, apresenta-se na Carta-Manifesto de Movimentos e Coletivos de Educação Popular com Propostas para a Política de Educação Popular em Belém, e as Celebrações em Torno do Centenário de Paulo Freire (2021):

A educação popular de orientação libertadora, articulada em torno das ideias do Patrono da Educação Brasileira, o educador Paulo Freire, representa, a um só tempo, uma concepção educacional e um movimento de educadoras e educadores, que expressam a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada para todas e todos. Em seus princípios e fundamentos, a educação popular é uma corrente pedagógica assentada na dialogicidade, na práxis, na transformação social, na autonomia, na participação, na liberdade e na indissociabilidade entre educação, ética e política.

Para além da explicação dos princípios e fundamentos da educação popular de orientação libertadora, vemos intrinsecamente a defesa e pedido para que esta adentre as correntes políticas da gestão. Estando as bases políticas emaranhadas destas concepções, a educação de perspectiva libertadora deixaria de ser apenas

verbalismo e tornaria-se práxis no “Governo da Nossa Gente”⁶. Essa práxis de cunho progressista, então, perpassaria por reformulações, trabalhos de base, organizações e sistematizações de políticas públicas advindas de diálogos e articulações expressivas e direcionadas, bem como, do olhar atento às formações políticas nos territórios de resistência.

Ações e reflexões essenciais para Belém se tornar uma cidade que “educa com inovação e acolhe com amor”, aos moldes do exposto no Programa de Governo da Frente “Belém de Novas Ideias”, tal qual, lê-se:

Belém será uma Cidade que Educa com Inovação e Acolhe com Amor. Um Projeto Educacional para Belém apresenta-se como ato político-pedagógico emancipatório, caracterizado pelo acolhimento e pela amorosidade em contraposição à lógica desumanizadora, seletiva e excludente que supervaloriza o individualismo e a competição. (Belém, 2020, p. 13)

Esse ato político-pedagógico emancipatório, acolhimento e amorosidade em contraposição à práticas opressoras/desumanizadoras caracterizam não apenas um outro educar, mas, conjuntamente um outro ambiente escolar, com uma nova cara, onde esse espaço passa a ser, semelhante aquele em que Freire (1997, p.125) lutou para garantir enquanto secretário de Educação de São Paulo: mais popular e menos má.

Mais popular por entender este espaço como também território da comunidade, do povo e menos má por, sendo conquistada por esse povo, considerar, valorizar e transformar a pluriversidade de vidas viventes, sobreviventes resistentes e re-existentis deste ambiente. Sendo assim, a escola para o projeto viria a ser:

inclusiva e com valores de solidariedade, cooperação e respeito; e reconhecimento das diferentes etnias, gêneros, grupos sociais, culturas, perspectivas de pensamento, saberes e gerações. Será emancipadora de tal modo que combata o racismo, o machismo, o patriarcado, a misoginia, a homofobia, a xenofobia e toda forma de discriminação aos diferentes e à diferença. Uma Escola Aberta à comunidade. (Belém, 2020, p. 14)

⁶ Em seu programa de governo, o Prefeito Edmilson Rodrigues destaca o pronome “nossa”, “nosso”, ao referir-se à cidade de Belém, aos sujeitos que a compõem, suas singularidades e afins. Para além disto se soma ao pronome substantivo “gente” para referir-se ao povo, população, cidadãos belenenses. Assim, cria-se o slogan “Governo da Nossa Gente”

Aberta, possibilitaria humanização/libertação as/os sujeitas/os que compõem os diversos territórios belenenses. Aberta, atenderia de forma inclusiva crianças, jovens, adultos e idosos das periferias, dos campos, das águas e das florestas. Aberta garantiria o direito humano à educação. Direito negado principalmente aos indivíduos que em suas existências e re-existências careceram/carecem de escolhas como: trabalhar para manter ou ter um lar, cuidar de afazeres domésticos da sua casa e da casa a qual serve, dos maridos, das/os filhas/os, netas/os, bisnetas/os e afins.

Para estes indivíduos que as escolas precisavam/precisam estar abertas, para elas/es o programa de governo pretendia garantir a conquista da leitura e da escrita, mas, especialmente a leitura e escrita de um novo mundo. Por isso, a Frente “Belém de Novas Ideias”, também indica em seu programa acerca da Educação de Jovens e Adultos, que a mesma:

terá ambientes escolares, metodologia, currículo diferenciado, insumos materiais e pedagógicos adequados para receber alunos/as que saem das atividades laborais direto para as escolas ou ficaram no meio do caminho do ensino regular. Nesta modalidade, todo o esforço será direcionado para zerar o analfabetismo em Belém, tendo como referência a Pedagogia Freireana. Teremos a meta de que Belém seja reconhecida como Belém, Cidade Alfabetizada! (Belém, 2020, p. 14)

As atividades laborais mencionadas no programa, por vezes, são as atividades domésticas, de construção civil, de artesanato, de venda em feiras e camelôs, da pesca e extrativismo, da coleta de açaí e outros insumos, entre outras. o “meio do caminho” em que alguns ficaram seria especificamente episódios de reprovações, interrupções, início tardio dos estudos ou a combinação dessas situações. São dessas “atividades laborais” que elas/eles partem para a EJA, é a partir dessas atividades que se tornam “Passageiros da Noite”. Passageiras/os de grupos sociais, raciais, sexuais específicos. São:

Os passageiros do fim do dia e do início da noite - não são aqueles/as que se deslocam nos carros para o trabalho, para as faculdades ou para as casas - homens, mulheres brancos/as das classes médias, altas. São outros sujeitos e outros deslocamentos. Vêm de outros trabalhos, e não se deslocam para completar percursos escolares e humanos truncados. As pessoas adultas, jovens ou adolescentes nas filas à espera de ônibus vêm também do trabalho, mas de outros trabalhos e de jornadas longas, cansativas. (Arroyo, 2017, p.22)

São percursos diferentes entre perfis diferentes. Arroyo (2017, p. 22-23) nos afirma que estas/es outras/os sujeitas/os são as/os mesmas/os passageiras/os do amanhecer e entardecer, veem o sol se pôr enquanto se deslocam dos bairros, vilas, periferias para os “bairros-bens” como domésticas, atendentes, vendedores, serventes de escritórios, casas, escolas, espaços públicos e privados. Passageiras/os do dia que no início da noite partem para a EJA, a modalidade de educação destinada aos diferentes, as/os “outras/os” sujeitas/os em outros percursos sociais e humanos.

Sendo uma modalidade de educação para os diferentes, precisa, igualmente, desses ambientes escolares, metodologias e currículos “diferenciados” referidos no programa de governo de Edmilson Rodrigues. Ambientes escolares mais humanos/libertadores e menos desumanos/opressores, ambientes acolhedores ao nível de permitir mesmo brevemente o esquecimento de uma manhã/tarde de “labuta” exaustiva.

Ambientes que se conectem com as metodologias, que da mesma maneira não podem distanciar-se de seus contextos, pois, “CONTEXTO é o MUNDO onde a VIDA vive a sua HISTÓRIA” (Brandão, 2014, p. 24). Significa “aquilo que está com o texto”. Aquilo que está ao seu lado” (Brandão, 2014, p. 25). E o que estava/está ao lado dessas/es outras/os sujeitas/os, são suas culturas, suas lutas, suas resistências e re-existências, suas humanidades e para além disto, suas liberdades.

Contextos que revelam os espaços da cidade, do campo, das águas, e das florestas da qual fazem parte, que revelam suas presenças, seus questionamentos e que merecem ser estudadas/compreendidas com elas/eles. Ainda embasados em Arroyo, indicamos que são:

Olhares, perguntas a enriquecer os currículos e os estudos do espaço a partir de suas vivências, itinerários. Esses passageiros trazem interrogações pedagógicas: toda passagem carrega sentimentos de insatisfação com o lugar social racial e com o viver. Também toda passagem é motivada por um sentimento de esperança, de incerteza. A EJA condensa esses fortes sentimentos de certeza e de esperança (Arroyo, 2017, p.23-24)

O autor ainda complementa ao afirmar que tais sentimentos não são novos e os acompanham desde o primeiro itinerário para a escola na esperança de uma vida melhor. Nos novos trajetos como jovens-adultos, essa esperança se mistura com as incertezas e a luta por novas vidas e novos projetos de sociedade. Se misturam as

suas descobertas de terem “direito a entender os significados de seus itinerários”. (Arroyo, 2017, 24)

Direito de entender além de seus percursos, suas lutas, territórios e pertencimentos, direito também defendido pelos coletivos populares na mencionada Carta Manifesto de Movimentos e Coletivos de Educação Popular ante a gestão municipal, estadual e à sociedade paraense. Direitos que ao serem garantidos tornam-se capazes de transformar Belém, em cidade alfabetizada, educadora e inclusiva. Direitos que não poderiam/podem limitar-se aos muros escolares, pois a libertação, é também movimentação, é marcha que precisa seguir e progredir.

Diante disso, outro pedido da carta manifesto é um amplo movimento de alfabetização de jovens, adultos e idosos, baseado na concepção emancipatória de educação popular. Movimento capaz de ocupar os diversos distritos e bairros de Belém, tal qual, articular-se entre espaços escolares, movimentos sociais, centros comunitários, associações e afins.

Atendendo ao pedido, criou-se preliminarmente o projeto de alfabetização, que futuramente deveria transformar-se em um amplo Movimento de Alfabetização. O ALFABETIZA BELÉM! O mesmo foi construído coletivamente entre gestão municipal, Instituições do Ensino Superior - IES e Organizações da Sociedade Civil para essas/es outras/os sujeitas/os jovens, adultos e idosos, das cidades, dos campos, das águas e das florestas em situação de analfabetismo.

O Alfabetiza Belém, deste modo, seria um movimento destinado aos vistos como “diferentes” por suas condições desumanas. Diferentes e semelhantes entre si encontrados anteriormente por outros programas de governo, do Prefeito Edmilson Rodrigues, isso pois, como referido introdutoriamente, o analfabetismo é assunto evidenciado em anos anteriores, particularmente desde seu primeiro mandato em 1997 quando, neste período, implantou a Escola Cabana. Programa que, de acordo com Souza e Oliveira (2012, p. 41)

surgiu como a principal proposta do Governo Municipal para a área da educação. Uma proposta que se caracterizava por um intenso debate, que envolvia todos os setores do Governo e da sociedade civil na busca de novos paradigmas (BELÉM, 1999, p.3). O programa resumia-se no combate à fragmentação do conhecimento, à rígida estrutura disciplinar do currículo, aos tempos escolares que não respeitavam os ritmos e a dinâmica de aprendizagem dos alunos e à forma de gestão escolar. A concepção Cabana de educação estava pautada nos princípios da democracia e da inclusão social, assumindo em seu bojo, de forma significativa, o

compromisso de repensar a educação de jovens e adultos, que deveria ser garantido por meio do PROALFA e do MOVA.

Os princípios, como se vê, seguem alinhados, mesmo após dezesseis anos. O compromisso com a educação de jovens e adultos, por meio do PROALFA e MOVA (expostos na introdução), atualmente, ressurgiu/recomeça, através do Alfabetiza Belém com este ar de continuidade, almejando chegar onde os precedentes não chegaram, à sonhada Belém, livre do analfabetismo. Este ar de sequência, no entanto, nos leva a refletir sobre por quais motivos não chegaram e especialmente questionar: O Alfabetiza Belém apesar de alinhado com os princípios dos programas anteriores pode ser considerado uma continuidade?

A resposta ao questionamento é imprescindível para que se compreenda as tecituras do programa, afinal começar, distingue-se de recomeçar. E na busca de identificar a denominação correta recorreremos ao colegiado⁷ do Alfabetiza Belém, que por meio do processo de entrevistas nos respondeu se o Alfabetiza Belém poderia ser considerado uma continuidade a exemplo do MOVA. Para tanto, elencamos as respostas a seguir.

Taissa Barbosa, naquele momento coordenadora do Alfabetiza Belém e representante da SEMEC no colegiado, diz:

Eu não considero que seja uma continuidade, pois são realidades diferentes, naquele momento, pelo o que já me falaram e pelo pouco de experiência de troca de informações com algumas pessoas que trabalharam no MOVA. A SEMEC naquele momento tinha a gestão completa do MOVA, então a SEMEC organizava as turmas, fazia as formações de professores, certificava os estudantes que estavam ali se alfabetizando. Já nessa realidade agora, do Alfabetiza Belém, na gestão do professor Edmilson, não, agora é uma realidade bem diferente, são novos tempos e nessa parceria com outras instituições a SEMEC passa a não estar sozinha fazendo a gestão. Ela está em parceria pra dar conta de gerir estes recursos, várias turmas e também de organizar diferentes localidades, diferentes territorialidades, a educação aqui em Belém mesmo, a educação do campo, esses territórios das ilhas, em quilombos. Enfim, é uma diversidade, é uma pluriversidade de realidades diferentes que precisam de uma gestão que tenha essa noção do todo [...]

Para o professor Salomão Hage, representante da Universidade Federal do Pará - UFPA e das IES:

⁷ O colegiado é um GT triangular composto por um representante da administração pública de Belém, especificamente a SEMEC, um representante das Instituições do Ensino Superior e um representante das Universidades, responsável por coordenar e representar as 25 entidades parceiras do Movimento Alfabetiza Belém

Ainda que muitos de nós tenhamos nos envolvido com o MOVA, são experiências diferentes, é outra conjuntura, outros desafios e os sujeitos também são outros, então quando muda os sujeitos muda também a proposta, o coletivo, o tempo. Penso que tem algumas similaridades em função dessas interseções, alguns trabalharam aqui, trabalharam lá.. o desafio era semelhante, tanto antes quanto agora, alfabetizar jovens e adultos, excluídos, explorados, subalternos, mas ainda sim acredito serem experiências diferentes, o mova foi uma experiência liderada muito mais pela SEMEC, pela COEJA, e ainda que tenha estabelecido links, eu acho que não foi esse nível de participação e envolvimento, de compartilhamento de responsabilidades e ações [...]

Beatriz Luz representante do MST e dos Movimentos Sociais na coordenação finaliza dizendo:

Eu não vivenciei o MOVA, então tem essa questão de não ter de fato sido parte dessa história, ao mesmo tempo que não sou a maior estudiosa dessa história, mas do que eu consigo conhecer da nossa referência desse processo de MOVA, que é uma referência pra militância da educação popular é que houve vários elementos que foram muito diferenciados, do que o Alfabetiza pôde experimentar. Primeiro que o MOVA tinha um vínculo orgânico com os movimentos sociais muito forte e o êxito do MOVA, foi o êxito dessa aliança com os movimentos sociais, foi o êxito desse grande encontro de um processo que poderia ser coordenado com os movimentos populares [...].

As narrativas nos levam a infinitas reflexões sobre os processos vividos em anos anteriores com o MOVA e atualmente com o Alfabetiza Belém. Igualmente nos evidenciam que apesar da semelhança são tempos, ações, participações e até mesmo perspectivas distintas. Por isso o Alfabetiza Belém efetiva-se “uma experiência única”, são “experiências diferentes” ou simplesmente “houve vários elementos que foram muito diferenciados”.

Essas diferenças, também trouxeram novas dificuldades, especialmente no eixo relação entre administração pública, universidades e movimentos sociais. Contudo, estas avaliações relacionadas às articulações e demais assuntos virão posteriormente, com maior aprofundamento. Isto pois, estas primeiras questões fugiram à linearidade dos fatos somente para percebermos que existe um ponto de partida para o Alfabetiza e este não vem de uma continuidade, mas de uma nova caminhada.

2.1. CAMINHANDO E SEMEANDO UM ALFABETIZA BELÉM...

O que vale na vida não é ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher.
(Cora Coralina)

É com este ar de caminhada e sementeira (plantando novos frutos para ter o que colher), aludindo à Cora Coralina que narramos o ponto de partida do Alfabetiza Belém. O tom narrativo surge para embasar estas que não são apenas palavras, relatos ou descrições, mas escrituras sentidas, vividas e analisadas do Movimento. São histórias da qual fiz/fizemos parte, em razão disso, pedimos aos leitores que não estranhem o recorrente uso do “nós” nas descrições do Alfabetiza e nos apontamentos das análises críticas, pois, a autora que viveu/vive é a também pesquisadora que refletirá criticamente o percurso do movimento.

Posto isso, iniciamos afirmando que o barco Alfabetiza Belém “zarpou” de fato no dia 01 de Fevereiro de 2021 com o lançamento da Portaria Conjunta 001/2021 GAB.S/PMB, assinada por Prefeitura e Secretaria Municipal de Belém. O documento, já citado introdutoriamente, vem instituir o Grupo de Trabalho Centenário de Paulo Freire. GT composto por 25 (vinte e cinco) entidades com representação e atuação interinstitucional sendo:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC; II – Um representante da Fundação Escola Bosque - FUNBOSQUE/SEMEC; III – Um representante do Conselho Municipal de Educação de Belém – CME; IV – Um representante da Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos; V – Um representante da Coordenadoria de Combate ao Racismo; VI – Um representante da Coordenadoria da Mulher de Belém; VII – Um representante da Coordenadoria de Diversidade Sexual; VIII – Um representante da Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; IX – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde – SESMA; X – Um representante da Fundação Papa João XXIII- FUNPAPA; XI – Um representante da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante – FMAE; XII – Um representante da Universidade do Estado do Pará – UEPA; XIII – Um representante da Universidade Federal do Pará – UFPA; XIV – Um representante da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA; XV – Um representante do Instituto Federal do Pará- IFPA; XVI – Um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Belém - SINTEPP Belém; XVII – Um representante do Movimento Sem Terra – MST; XVIII – Um representante da Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular; XIX – Um representante do Instituto Universidade Popular –UNIPOP; XX – Um representante do Movimento República de Emaús; XXI – Um representante da Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP; XXII – Um representante do Núcleo de Educação Popular Raimundo Reis -NEP Raimundo Reis; XXIII – Um representante da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP; XXIV – Um representante da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD; XXV – Um representante das Faculdades Particulares de Belém (Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA). (Belém, 2021)

O documento, tanto quanto suas representações, concretizam as manifestações e pedidos expostos na Carta Manifesto apresentada na subseção anterior, bem como, passa a ser resposta a lutas de professoras/es da Educação de Jovens, adultos e Idosos contra o anterior desmonte a modalidade de ensino e a desvalorização destas/es outras/os sujeitas/os que compõem a EJA dentro e fora das escolas.

Resposta ao desmonte, por mesmo constituído para viver a dinâmica dos movimentos sociais, ou seja, viver para além dos muros escolares, funcionando em pluriversos territórios, ele não teria um fim em si mesmo. As turmas de alfabetização de concepção popular e libertadora seria apenas o início de uma educação permanente que se estenderia para escolas da rede municipal. Continuando, a portaria da mesma forma demarca, além da união de forças para zerar o analfabetismo em Belém, outras finalidades imprescindíveis ao coletivo que estaria encarregado de transformar Belém em território livre do analfabetismo como:

- I – Planejar, organizar, realizar, acompanhar e avaliar ações alusivas ao Centenário de Paulo Freire na cidade de Belém;
- II – Afirmar o legado de Paulo Freire e da educação popular como matriz de referência para as políticas educacionais em Belém, em diálogo com outras concepções emancipatórias de educação;
- III – Diagnosticar a realidade do analfabetismo de jovens, adultos e idosos em Belém;
- IV – Elaborar um Plano Municipal de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, como referência para a construção de um amplo movimento capaz de declarar “Belém, território livre do analfabetismo”;
- V – Participar da construção e execução de um Plano de Formação de Professores/Alfabetizadores;
- VI – Propor parcerias interinstitucionais e acordos de cooperação técnica para execução do Plano Municipal de Alfabetização;
- VII – Propor ações diversificadas de fomento à educação popular no município de Belém. (Belém, 2021)

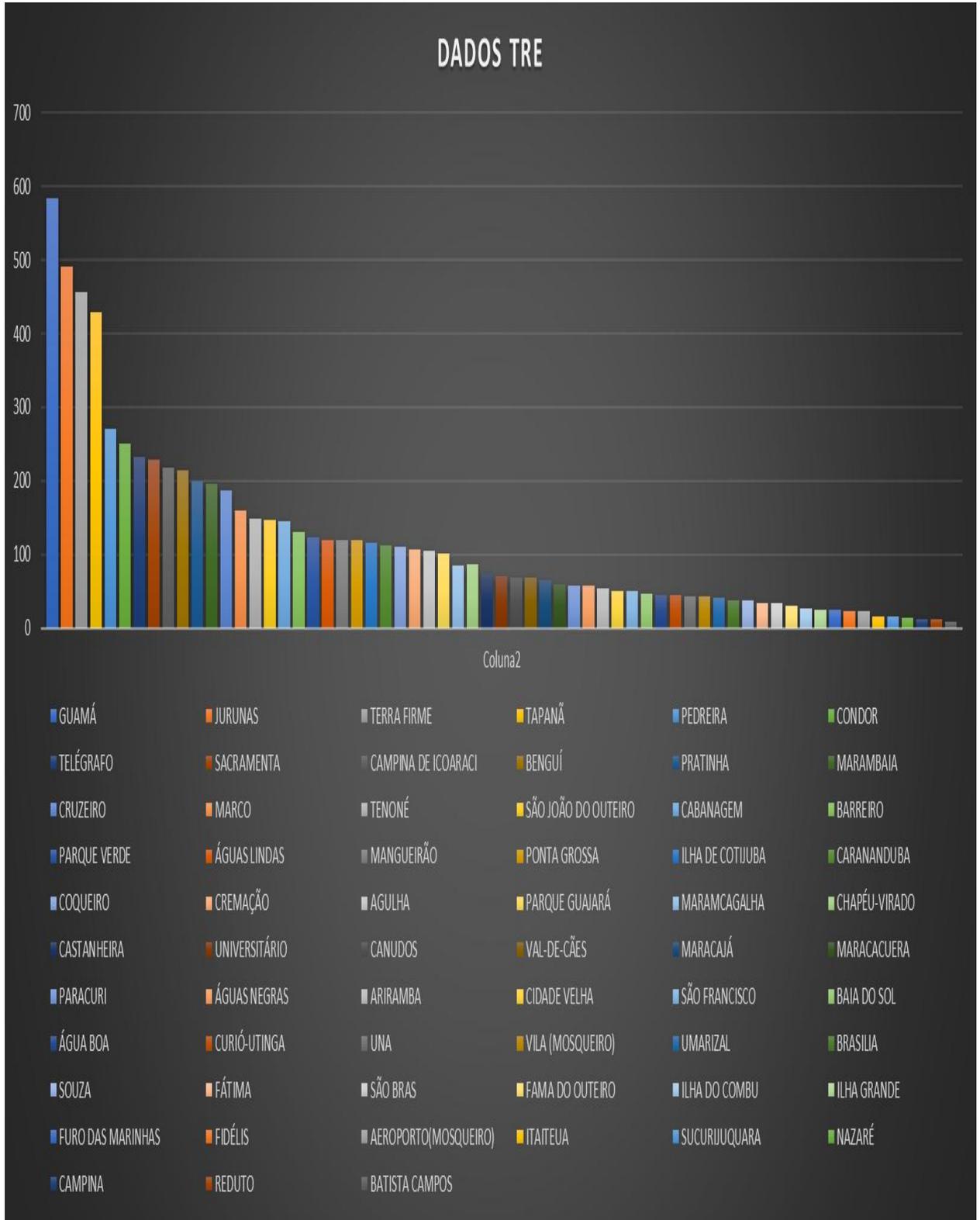
Tais finalidades foram organizadas e sistematizadas pela coordenação colegiada composta por um representante da administração municipal, um representante das universidades e um representante das organizações da sociedade civil, sob coordenação geral da SEMEC. A organicidade advinda de uma coordenação triangular tinha em vista atender as especificidades e princípios de todos os parceiros, pois se enxergando no todo se fundiriam em unidade para atingir a missão do Alfabetiza Belém.

Com portaria publicada, parceiros delimitados e objetivos demarcados, as atividades poderiam começar. De antemão foi preciso ter em conta o contexto de segunda onda da Covid19, compreender o afastamento social e realizar as ações dando importância para a segurança de todas/os, naquele instante. Por isso, diante das circunstâncias e dos objetivos propostos, as primeiras ações do GT foram: a) Diagnóstico da realidade do analfabetismo de jovens, adultos e idosos em Belém; b) Construção do Plano Municipal de alfabetização e c) Caminhada alusiva ao centenário de Paulo Freire.

a) Diagnóstico da realidade do analfabetismo de jovens, adultos e idosos em Belém

O transcurso do levantamento instituiu-se na parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE, onde, encontramos o quantitativo de 7.299 (sete mil, duzentos e noventa e nove) eleitoras/es que se autodeclararam analfabetas/os. O quantitativo estava dividido por bairros e nos mostrará a seguinte realidade:

Gráfico 1: Eleitores autodeclarados não alfabetizados TRE



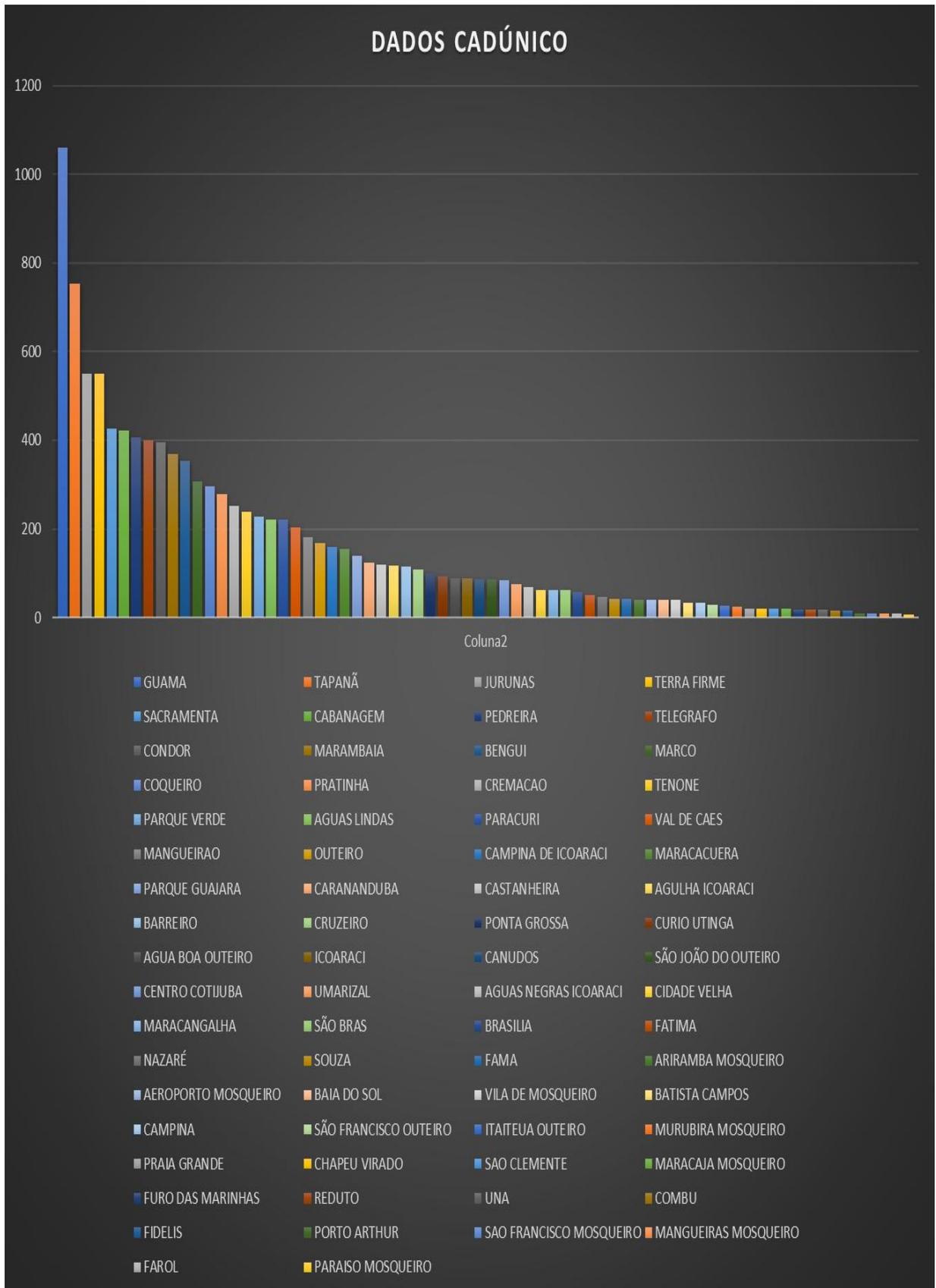
Fonte: Autora,2021

Concomitante aos dados disponibilizados pelo TRE Pará, acessamos, por meio da parceria com a Fundação Papa João XXIII⁸ - FUNPAPA, informações do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico⁹ do ano de 2019. Os materiais, por sua vez, nos apresentaram o número de 11.026 (onze mil e vinte e seis) pessoas que declararam nunca ter frequentado a escola, com isso caracterizadas em situação de analfabetismo. Os dados também diluídos por bairros de Belém nos mostram a conjuntura a seguir:

⁸ A Fundação Papa João XXIII – Funpapa – é responsável pela gestão da Política de Assistência Social no município de Belém. Desenvolve um conjunto de ações para garantir o acesso aos serviços, benefícios e programas socioassistenciais. Além de viabilizar orientação e encaminhamento às demais políticas públicas, tais como Saúde e Educação, objetivando universalizar direitos sociais para os indivíduos e/ou famílias.

⁹ O Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Gráfico 2: Dados analfabetismo Cadúnico



Fonte: Autora,2021

Observando as informações, percebemos que mesmo de fontes distintas, possuem semelhanças. O bairro do Guamá, por exemplo, segue em primeiro lugar em ambos isso pode ser justificado uma vez que, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (censo de 2010) o mesmo é o bairro mais populoso da capital paraense, com população estimada de 94.610 (noventa e quatro mil e seiscentos e dez) moradores.

Outro ponto analisado é que os demais bairros se intercalam entre si com poucas diferenças. Tais distinções podem ser explicadas, ao pressupormos que nem todos os indivíduos cadastrados no CadÚnico são eleitoras/es, isso pois, as/os jovens de 15 anos ainda não possuem poder ao voto, enquanto para as/os maiores de 16 anos e menores de 18 anos, tal qual, para maiores de 70 anos e para pessoas não alfabetizadas se torna facultativo.

Somado a estes pontos focais, ressaltamos outro referente: a “colocação” dos bairros. Os dez primeiros colocados alternam-se entre ambos os dados devido a distinção da finalidade das fontes, porém, a dessemelhança é mínima, indicando portanto que os maiores números de pessoas em situação de analfabetismo encontram-se nos bairros periféricos mais populosos, com os maiores índices de violência cujos moradores em sua maioria são estas/es “outras/os sujeitas/os” em itinerários diurnos, vespertinos e noturnos em busca de uma vida melhor, são estas/es sujeitas/os ocupantes de territórios populares sem regularização de políticas urbanas.

Para Arroyo (2014, p.50) são os “Outros” em relação ao “Nós” dentro dessa distribuição espacial em nossas cidades que “delimita territórios para o Nós regulados por políticas urbanas, de saneamento, de iluminação, de vias públicas, transporte, posse legal. Território de regulamentação urbana”. Sendo o oposto dos “Outros” territórios, dos grupos populares que “vão se conformando em loteamentos clandestinos, ocupações, amontoados humanos sem esgotos, sem água, sem luz, sem direito ao espaço, sem transporte, sem serviços públicos. Sem regulação.” (Arroyo, 2014, p.50)

O “Nós” e os “Outros” ou “Regulados” e “desregulados” podem estar distantes no eixo regulamentação, mas em espacialização, por vezes, encontram-se a pequenos metros de distância. Acerca desta fala cito minha própria realidade. Moradora do bairro do Telégrafo, localidade que está entre os dez com maiores

números de pessoas em situação de analfabetismo, residente a um quarteirão de distância de uma das maiores comunidades em palafita da América Latina: A vila da Barca¹⁰.

A vila, assim chamada pelos seus “chegados” é conhecida por suas casas, em grande maioria de madeira construídas sobre palafitas, suas pontes, estacas em terreno alagado que seguram essas estruturas improvisadas e os estreitos corredores por onde os moradores trafegam. A vila da Barca é igualmente conhecida pela ausência de saneamento básico, pouca distribuição de água encanada e a inexistência de esgotamento sanitário.

Contexto antagônico ao bairro do Umarizal, distante por menos de 1km e com menos de 100 pessoas não alfabetizadas. Simultaneamente é um dos bairros mais valorizados de Belém com moradias avaliadas em mais de um milhão de reais, está entrelaçado por prédios residenciais e comerciais, uma micro cidade completa de tudo aquilo que o “Nós” possa precisar (supermercados, universidades, shopping center, hospitais, restaurantes, bares). Território a parte das periferias amazônicas que por ela fazem fronteira como o próprio Telégrafo, a Sacramento, Pedreira, esses “outros” territórios populares.

O cenário se repete entre os demais bairros como por exemplo o Jurunas, terceiro com maior número de pessoas não alfabetizadas chegando a quase 600 moradores, o mesmo, está entre os mais populosos junto ao Guamá e igualmente está na lista das periferias mais violentas da cidade, faz fronteira com os bairros Batista Campos e Nazaré, considerados bairros nobres e históricos de Belém, o primeiro com 34 pessoas em situação de analfabetismo e o segundo com 46. Indivíduos que segundo dados pessoais do Cadúnico, são em sua maioria negras/os (70%), tanto quanto, domiciliados em seus locais de trabalho, ou seja, moram em bairros “nobres” pela necessidade de trabalhar.

Essas necessidades, assim como as condições, às quais essas/es sujeitas/os se encontram são as problematizações que nos fazem refletir sobre o passado, o

¹⁰ O veículo de comunicação popular, alternativo e independente: Tapajós de Fato, através de texto produzido por Emanuele Corrêa, João Paulo Souza, Julia Mota França e Lucas Duarte vem ratificar a realidade citada e vivida, nos trazem ainda os riscos ambientais da população e a gritante desigualdade no contexto da injustiça climática. Acessar: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/925/populacao-negra-e-de-baixa-renda-em-belem-e-mais-impactada-por-riscos-ambientais-aponta-estudo>

presente e especialmente o futuro. Um passado patriarcal, escravocrata, desigual, um presente herdeiro e um futuro problemático passível de mudanças em caso de não adaptação, mas de grandes revoluções e resistências. Freire (2021, p.91) ao considerar este futuro problemático nos diz:

Na medida porém em que para ele como para mim o futuro é problemático e não inexorável, outra tarefa se nos oferece. A de, discutindo a problematidade do amanhã, tornando-o tão óbvio quanto a carência de tudo na favela, ir tornando igualmente óbvio que a adaptação à dor, à fome, ao desconforto, à falta de higiene que o eu de cada um, como o corpo e alma, experimenta é uma forma de resistência física a que se vai juntando outra, a cultural.

A adaptação destas pessoas a vielas, palafitas, alagados, à fome, a não educação é resistência e/ou re-existência física e cultural. É cultural o não acesso à educação, é doloroso fisicamente suas consequências, por isso a situação de analfabetismo especificamente nas mais populosas e populares periferias amazônidas se soma a dores da violência, da vulnerabilidade e da sobrevivência.

As problemáticas seguem, pois o número de pessoas vivendo estas conjunturas pode ser maior, porque, averiguando outras fontes devido a não realização do Censo, encontramos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD de 2019, o total de 2,5% de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais (imagem 01), este percentual subtraído pelo total da população gera o quantitativo de 32.585 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta e cinco) sujeitas/os, com 15 anos ou mais não alfabetizadas/os na cidade.

Figura 1: Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais em Belém PNAD

Tabela 7113 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade	
Variável - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	
Região Metropolitana - Belém (PA)	
Grupo de idade - 15 anos ou mais	
Ano - 2019	
Sexo - Total	
	2,5
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre	

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Anual – 2º trimestre

A discrepância nos números se torna um alerta para a veracidade dos dados, logo, a desproporção não poderia ser desconsiderada. Sendo assim, mesmo tendo a gestão optado por trabalhar com o quantitativo apresentado pelo CadÚnico, sob a justificativa de se tratar de dados diretos do município com maiores detalhamentos, tanto quanto, maiores possibilidades de acompanhamentos, pois estes voltariam a ser atualizados no retorno das atividades pós segunda onda da Covid19, não se descartou a possibilidade de alteração nos números de pessoas a serem alfabetizadas.

Portanto, sem desprezar a diferença das fontes, enfatizamos a escolha do CadÚnico como fonte base, por apresentar informações pessoais, tais quais, endereços, telefones, idade, deficiência, entre outros. Itens fundamentais, para um direcionamento eficaz dos planejamentos e das práticas.

Para finalizar, o processo de levantamento de pessoas em situação de analfabetismo nos promoveu inúmeras reflexões e nos evidenciou para além disto a desigualdade territorial, o perfil amazônica, periférico e desumanizado destas/es sujeitas/os analfabetas/os, bem como, a importância de se fazer políticas públicas educacionais capazes de causar mudanças e não adaptações, políticas para outras/os sujeitas/os em seus movimentos por outras vidas possíveis .

b) Construção do Plano Municipal de alfabetização

Na busca de concretizar políticas públicas tão educacionais quanto populares seguimos com as atividades consideradas pertinentes para o Alfabetiza, estas concomitantemente foram sendo pensadas considerando a conjuntura pandêmica. Diante dessa apreensão, optamos por partir para a construção do documento base do programa. *O Plano Municipal de Alfabetização*. Plano que em sua totalidade demarca as/os sujeitas/os, a metodologia, o currículo e demais sistematizações para formação das turmas de alfabetização.

Para tanto, a construção do documento, nos exigiu encontros formativos para alinhamentos e demarcações de nossos conceitos base. O primeiro a ser destacado foi a concepção teórico metodológica, onde, embasados nas finalidades da portaria, em especial a que determina o dever de afirmar o legado de Paulo Freire e da educação popular como matriz de referência para as políticas educacionais em

Belém, fomos capazes de delinear o Método Freireano como subsídio das turmas de alfabetização.

O fim supracitado é complementado ao ser sublinhado que a afirmação deste legado deve acontecer em diálogo com outras concepções emancipatórias de educação. E é em função disso que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST apresenta ao GT, bem como, solicita inserção do Método Cubano Sim, eu posso! Método que estes afirmam ser identicamente libertador/humano. Métodos que mesmo com suas concepções emancipadoras, seguem sendo distintos, porém, na visualização de metodologias libertadoras distantes de amarras o coletivo enxergou a possibilidade de sistematização articulada das duas. Essa articulação, no entanto, teria de aparecer no documento e sobretudo na prática.

Por esse motivo, visando enxergar a viabilidade dessa metodização conjunta, as entidades reuniram-se mais algumas vezes para dialogar sobre as especificidades de cada método e então conseguir construir um documento e práxis que se somassem em prol de um fim comum: a alfabetização libertadora e humana de jovens, adultos e idosos. Compreendido isso, destacamos algumas características de ambos os métodos, para que possamos analisar seus mecanismos e assim apreender seus processos dialógicos e emancipadores.

Iniciamos com o método Paulo Freire, constituído de uma sistematização formada por: levantamento do universo vocabular das/os sujeitas/os a serem alfabetizadas/os. Este, é realizado de acordo com Freire (2019, p.147), por meio de encontros informais com as/os sujeitas/os das áreas que pretendemos atingir, nestes não fixamos apenas as pronúncias carregadas de sentido existencial e por consequência carregadas de emocionalidade, mas também as linguagens típicas do povo. Linguagens que indicam suas particularidades, linguagens que trazem consigo suas singularidades amazônicas, periféricas, culturais, sociais e territoriais, trazem ainda suas experiências, das quais também somos parte.

Deste levantamento significativo e socioantropológico é que partimos para a seleção das palavras geradoras, escolhidas a partir desse universo vocabular. Palavras definidas sob 3 critérios básicos: 1) a riqueza fonêmica; 2) as dificuldades fonéticas da língua e 3) a densidade pragmática. Essa última é complementada por (Freire,2019, p.149) ao dizer que “implica uma maior pluralidade de engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural, política etc”. Entendemos este último

critério como sendo a negação ao prévio determinismo de palavras geradoras, sem o levantamento do universo vocabular, afinal como saber se “mangueira”, “manga”, “rio”, “palafita” entre outras palavras compõem a realidade das/os sujeitas/os ou possui uma pluralidade de engajamento sem ouvi-las/os?

Não à toa a seleção antecede a fase seguinte que indica a criação de situações reais típicas para o grupo com quem trabalharemos, situações problemas que soem como desafios. Situações que nos permitam debater sobre, que levem os grupos a se conscientizarem enquanto se alfabetizam.

Por fim, as duas últimas fases consistem em elaborar fichas roteiros que, de acordo com Freire (2019, p. 150), devem auxiliar as/os coordenadoras/es de debate na sua prática. “Estas fichas-roteiro devem ser meros subsídios para os coordenadores, jamais uma prescrição rígida a que devam obedecer e seguir”. Depois a elaboração de outras fichas, estas com a decomposição das famílias fonêmicas condizentes aos vocábulos geradores. Freire nos mostra que a rigidez não faz parte do seu método, e por mais que estejamos aqui, descrevendo a sistematização deste, não perdemos de vista o fato dele sempre enfatizar a importância de reinventá-lo.

Distante de amarras, reinventando e transformando é que pretendíamos nos amparar em sua metodologia. Metodologia que como vemos é tão libertadora quanto sistemática, possui traços, passos e características específicas. Possui início, meio e não um fim, pois para o autor somos seres inacabados em constante aprendizado. Dessa forma temos um inicial levantamento do universo vocabular, mas inúmeras palavras geradoras que na pós alfabetização tornam-se temas geradores, para que se siga alfabetizando/conscientizando, conscientizando/alfabetizando.

Outra especificidade a ser grifada está no foco que o autor dá, não para o processo, mas para as/os sujeitas/os que a/o vivem. A metodologia parte da realidade delas/es, quer transformar a vida delas/es, quer com elas/es aprender/ensinar e ensinar/aprender, tudo de forma horizontal e tais aspectos teóricos metodológicos nos foram explicitados em um momento de formação para o GT por Ivanilde Apoluceno de Oliveira, representante da UEPA, no dia 07 de Junho de 2021 via Youtube. A intenção era demarcar este momento, os ensinamentos e aspectos no Plano Municipal de Alfabetização.

Estes foram destacados então, da seguinte maneira:

De acordo com Oliveira (2021), os procedimentos metodológicos estão contidos no diálogo, no processo de comunicação entre os sujeitos, na pedagogia da pergunta, e num eixo metodológico fundamental que é a Cultura, a qual é uma das principais categorias freireanas e por isso, ele inicia o processo metodológico com o levantamento do universo vocabular, realizado por meio de uma pesquisa socioantropológica, que também acontece nas atividades pedagógicas cotidianas no ambiente alfabetizador. No processo contínuo de alfabetização, a/o alfabetizanda/alfabetizando pode estabelecer uma nova relação com o seu meio sócio – cultural, sendo que o ato de ler converte-se em ação consciente, a partir do desvelamento da realidade por esse indivíduo e da ampliação de sua condição de agente de mudanças. (Belém, 2021, p.23)

Suas falas balizadas em Freire, compõem os entrelaçamentos de saberes e fazeres do PMA e reafirmam a citada ação consciente advinda do ato de ler a partir do “desvelamento da realidade”, ou da leitura do mundo que sempre precederá a leitura da palavra. Precedência que garante conscientização e conjuntamente um ato alfabetizador humano, que valoriza as histórias de vida e dialoga com as/os sujeitas/os protagonistas do processo, por isso termina por ser também ato de amor, de coragem e político.

Em continuidade, estes entrelaçamentos unem-se à segunda metodologia a ser utilizada nas turmas de alfabetização, o Sim, Eu Posso! Método de base cubana que gerou grandes frutos para os companheiros do MST. Para tratar sobre ele e assim evidenciar suas particularidades no PMA, preparamos uma segunda formação no dia 12 de Junho de 2021 com o educador popular Elitiel Guedes. Elitel nos descreve algumas singularidades cruzando estas com a experiência de alfabetização do Maranhão.

Deste modo, dentro dos relatos grifamos as principais características metodológicas a serem postas em prática nas turmas de alfabetização. Primeiramente ressaltamos ante ao descrito no PMA (Belém, 2021), que se trata de um método analítico - sintético, significa dizer que o desenvolvimento de alfabetização parte de uma contextualização, da análise de uma frase que possui uma palavra integradora, de tal palavra retiramos a sílaba a ser estudada, e dela o destaque da letra e sua relação com o número condizente, suas famílias silábicas e a formação de novas palavras e novas frases (Belém, 2021, p.80).

O método, além do mais, exige materiais indispensáveis para que cada etapa possa acontecer. Trata-se do material audiovisual: vídeo aulas divididas em 65 roteiros audiovisuais com duração de até 30 minutos e os materiais impressos: a cartilha da/o educanda/o onde constam informações e exercícios a serem

trabalhados a cada vídeo aula e o caderno da/o educadora/o com orientações para utilização dos recursos.

Partindo para as efetivas fases do método, o momento inicial é indicado como: a preparação, trabalhando habilidades básicas. De acordo com o exposto em (Belém, 2021, p.85)

Fazem parte dessa etapa os dez primeiros roteiros audiovisuais, em que os cinco primeiros estão voltados para a familiarização com o método, promovendo a socialização e interação da turma, desenvolvendo a expressão oral, as habilidades psicomotoras e a leitura e escrita dos números de 0 a 30. Os últimos cinco roteiros dessa etapa são dedicados ao conhecimento e à representação gráfica das vogais. É a partir do roteiro audiovisual de número 06, quando se inicia o estudo das vogais, que a videoaula traz características dos métodos de alfabetização analítico e sintético. A partir de frases são destacadas palavras e a partir delas o estudo das letras e suas possibilidades fonéticas.

Passando-se a fase de preparação, de familiarização com o método, temos o segundo momento que se refere à aprendizagem da leitura e escrita. O formador Elitel nos informa que este é considerado o maior entre as três fases da metodologia e por isso possui características próprias. São elas:

Em vinte roteiros audiovisuais - do nº 11 ao nº 36 – trabalham-se as consoantes, incluindo o W, o K e Y. E dezenove roteiros audiovisuais – do nº 37 ao nº 59 - dedicam-se ao estudo dos dígrafos, dos encontros consonantais, da cedilha e do til. Seguindo o mesmo esquema da Cartilha para o Educando, a vídeo aula se inicia sempre localizando o número já conhecido pelos educandos, que pelo método está associado a uma letra, a partir de uma gravura de fácil identificação. Abaixo da gravura há uma palavra, que contém a letra objeto de estudo de cada dia. Em seguida, há uma sequência de passos, de acordo com a estrutura (frase-palavra-sílaba-letra e vice-versa), que vai conduzindo o(a) educando(a) com instruções para os diferentes exercícios que devem ser realizados na cartilha e no caderno. Esse é em súmula o caminho percorrido para a aprendizagem de cada letra, a cada dia. (Belém, 2021, p. 86)

Para finalizar, vem a terceira e última fase, a qual compreende a consolidação do método, sua solidez. Nela pretende-se fixar a aprendizagem das/os educandas/os e para isso contam com:

dezesseis roteiros audiovisuais, onze deles para a consolidação das letras estudadas em forma de revisão, ocorridas ainda na segunda etapa, e os cinco últimos, destinados à construção de texto. Trata-se aqui de dar subsídios ao instrumento de avaliação final de cada educando, em que este deve demonstrar que adquiriu a habilidade de ler e escrever, através da produção individual de uma carta, seguida de sua leitura para a turma pelo próprio educando. (Belém, 2021, p. 86)

Apesar de salientarmos a terceira fase como a última da metodologia, no Brasil, os companheiros do MST, nos narram que inspirados em Paulo Freire, em um movimento de defesa a educação libertadora e humana que concebe o ato de educar como político, ato, por isso, que não se dá de A para B, mas de A com B, incluem em seus processos formativos, pós alfabetização, os círculos de cultura. O propósito com esta soma é fortalecer os processos de leitura e escrita e ainda a tomada de consciência das/os sujeitas/os envolvidos nos círculos.

Neste momento, convém destacar a presença dos círculos de cultura em todas as fases do método freireano, não apenas na pós alfabetização com os diálogos em torno dos temas geradores, pois, para o mesmo, a educação que não é neutra, deveria ocorrer de forma horizontal, sem fileiras, mas com olhos nos olhos desde o início do ato conscientizador/alfabetizador.

Partindo destas distinções, podemos delinear algumas contradições que inferem nas concepções. Começamos por Paulo Freire, que em seu método, parte da realidade das/os sujeitas/os, focando em suas especificidades. Destas particularidades retira as palavras geradoras, assim chamadas por serem grávidas de significados, ou seja, não são determinadas e determinantes, surgem do diálogo prévio entre alfabetizadora/alfabetizador e alfabetizanda/alfabetizando. Para além disso, o processo conscientizador/alfabetizador não ocorre distante dos círculos de cultura que estão ali para promover a horizontalidade do ato de educar e os debates reflexivos que acompanham o desenrolar desta conscientização/alfabetização. Por isso é que a alfabetização sob a perspectiva freireana é vista como liberta de amarras, pois encaixa-se em quaisquer conjuntura.

Ao olharmos para o método Sim, Eu Posso! percebemos limitações. Este não acontece sem suas cartilhas e vídeo aulas, logo, exige uma estrutura que nem todos os espaços populares possuem. A metodologia é também sequencial, para cada dia uma vídeo aula e uma atividade na cartilha, isto implica uma fixação, que já está moldada e não pode ser alterada, não leva em conta intempéries do dia-a-dia destas/es sujeitas/os que são itinerantes. Essa sistematização, porém, não o caracteriza como não libertador, pois se faz necessário apreender que a prática de alfabetização dialoga com pluriversos cenários em que estão presentes os grupos com quem trabalharemos. Também não deixa de fazê-las/os protagonistas, tal qual, não foge às instigações e reflexões sobre o mundo ao seu redor, sobre esse mundo

do qual elas/es são igualmente parte. Findando, não deixa de ser uma soma importante para o Alfabetiza Belém.

Entendendo essas diferenças, o GT passa a ter por missão garantir o diálogo entre as metodologias, pois mais do que diversidade, valeria a unidade. Afinal, as experiências sejam freireanas ou cubanas, seriam somas e não subtrações ou comparações e ainda que diferentes, teriam a finalidade comum de alfabetizar de forma dialógica e libertadora as/os alfabetizandas/os do Alfabetiza Belém.

Esse denominador comum não se restringiu ao método e seguiu até o currículo para as turmas de alfabetização. Currículo amazônida, que sendo construído coletivamente precisaria ser definido e redefinido com aquelas/es que compõem os processos de alfabetização. Não precisaria de uma construção prévia e nem de experts em currículos, necessitaria apenas ir na contramão das políticas curriculares hegemônicas que acreditam em um pensamento único para a construção curricular.

Por ir nessa contramão hegemônica é que o currículo não pode ser comum, não pode ser único e nem estar afastado do real cenário de nossas territorialidades. Quem nos afirma este discurso é Salomão Hage, representante da UFPA, em explanação da conceituação de currículo e sua amazônização, feita no dia 19 de Junho de 2021 em terceira formação para construção do PMA.

Nesta, Hage (2021) afirma que Freire deixou ensinamentos preciosos que ajudariam a compreender os significados e expressões que os currículos poderiam assumir no movimento de alfabetização. Podemos presumir serem os ensinamentos de que a alfabetização é uma prática social coletiva, não se dá de forma isolada pois acontece na interação e dialogicidade entre as/os sujeitas/os. Outra presunção é imaginar a consideração de que para Freire a leitura do mundo precede a leitura da palavra, leitura de mundo que não pode ser excluída dos currículos. Leitoras/es do mundo que não podem estar à parte dos currículos. Construtoras/es do mundo que não são exclusivos, mas coletivos dos currículos.

Arroyo (2017, p. 133) reforça estes pensamentos ao informar que:

Não é suficiente convidar todos a entrarem na escola, a se aproximarem da mesa e a terem acesso aos pratos do conhecimento que outros prepararam. Os docentes e os educandos têm direito a entrar na cozinha; a conhecer onde, como, quem produz esses pratos curriculares. O direito ao conhecimento fica limitado quando se nega o direito a conhecer a sua produção, seleção, apropriação. Sobretudo, quando se nega o direito a

reconhecê-los e a reconhecer-se como sujeitos de produção, de conhecimentos. Todo conhecimento é construído, seja por razões sociais, econômicas, políticas, de dominação, apropriação, ou de libertação. É produzido, selecionado por alguns. A ideia de um conhecimento neutro, absoluto, abstrato não tem sentido político nem pedagógico. Não é formador passar essa ideia de conhecimento para os sujeitos de seu direito. Essa visão é autoritária, excludente da diversidade de outros conhecimentos e de outros produtores. Restringe, nega a liberdade de abrir-se a outros conhecimentos e, sobretudo, nega o autorreconhecimento de que eles e seus coletivos também são produtores de conhecimento.

São estas correntes que o currículo do Alfabetiza Belém pretende superar, é esta cozinha, são estes conhecimentos, reconhecimentos e auto reconhecimentos que Hage (2021) expõe ser essencial. São estes direitos de conhecer que ficam explícitos no PMA, junto a clareza e detalhamento das compreensões da alfabetização, pois serão elas que orientarão as práticas das/os alfabetizadoras/es - alfabetizadas/os. É a definição desses saberes que serão resultado de um processo de seleção num universo ilimitado de conhecimentos existentes em todas as áreas da ciência e campos sociais. Seleção realizada por exemplo nos círculos de cultura, nas pesquisas socioantropológicas nas comunidades para:

Ouvir as tramas que envolvem a vida, o trabalho, o lazer, os sonhos das alfabetizadas-alfabetizados, indagar sobre o que querem aprender, o que faz sentido para elas, seus nomes, suas histórias de vida e de suas comunidades, suas ancestralidades e tradições, suas canções e poesias, para incluir tudo isso como saberes, experiências e valores a serem ensinados e aprendidos nos encontros formativos, nas práticas coletivas de alfabetização, em que os sujeitos se apropriam da escrita e da leitura e das palavras enquanto refletem sobre sua realidade, seus problemas, angústias, necessidades, interesses e desafios, e constroem possibilidades de intervenção nessa mesma realidade para transformá-la. (Belém, 2021, p. 28)

Esse é o entendimento de currículo para Freire, para Hage, para o GT do Alfabetiza Belém. É este currículo do ouvir, do falar, do sentir, se reconhecer e refletir demarcado no PMA que pretendíamos fazer chegar às turmas de alfabetização e igualmente ao processo de formação inicial e permanente de educadoras/es selecionadas/os para o exercício de educar, de alfabetizar. São estas tramas, vidas, trabalhos, sonhos, itinerários, experiências que serão consideradas no momento de avaliar o processo e não as/os sujeitas/os.

O PMA ao traçar sua metodologia, currículo, formação e avaliação define que estas serão postas para a meta de 11.026 jovens, adultos e idosos não alfabetizados da cidade de Belém. Para atingir o objetivo serão selecionadas/os

alfabetizadoras/es, educadoras/es da educação especial e inclusiva e coordenadoras/es para atuarem nas turmas de alfabetização e nos assessoramentos destas.

As turmas, por sua vez, funcionariam em pluriversos espaços como: escolas, centros comunitários, igrejas, presídios, associações, feiras, mercados, casas de alfabetizadoras/es, assentamentos e etc. Cada uma com 15 a 20 alfabetizadas/os, sendo assessoradas pelas/os coordenadoras/es de base selecionadas/os juntamente com as coordenações gerais da administração pública, IES e Movimentos sociais.

Finalmente, após esta sequência de fatos e definições o PMA é finalizado. Para comemorar sua construção, organizamos um evento de lançamento. Este precisaria ser revolucionário, e tendo em vista tal revolução o lançamos em marcha. Marcha dos oprimidos por educação pública de qualidade, em defesa da educação popular, marcha em comemoração à diminuição de mortes por Covid19, pelas vacinas que sempre salvaram vidas e permitiram a caminhada alusiva ao centenário de Paulo Freire, principal base do documento.

c) Caminhada alusiva ao centenário de Paulo Freire

Paulo Reglus Neves Freire, nascido em 19 de Setembro de 1921 na cidade de Recife, Pernambuco, construiu sua história na defesa de uma educação libertadora e emancipadora. Ele acreditava que a educação não era e não podia ser neutra, mas sim ato político. O ato de educar politicamente, humanamente e dialogicamente era “dizer a palavra verdadeira”, assim, dialeticamente e criticamente mudou a concepção do ato de educar do seu tempo.

Dentre essas mudanças revolucionou ao alfabetizar na cidade de Angicos (RN), em 40 dias, 300 trabalhadores rurais. Esse ato, que naquele instante deveria ser celebrado, acabou trazendo a Freire perseguição, fazendo-o exilar-se na Bolívia, no Chile e em diversos outros países. Os anos longe do seu país de origem, entretanto, não fizeram com que ele parasse a sua produção intelectual, e em seu exílio “pariu” uma de suas obras mais conhecidas: *Pedagogia do Oprimido*.

Freire retorna ao Brasil e segue construindo sua pedagogia educacional, se torna secretário de educação da cidade de São Paulo, e em outra obra chamada

Política e Educação, demarca seu empenho em tornar a escola menos má e por consequência mais popular, para esse empenho deu o nome de “Mudança da cara da escola”, mudança que foi para além dos muros escolares.

Foram inúmeras mudanças, transformações e libertações, até a chegada de seu falecimento em 02 de maio de 1997. Freire nos deixa fisicamente, mas suas lutas e seus ensinamentos permaneceram/permanecem vivos, tanto quanto reconhecidos com a lei Federal nº 12.612 de 13 de abril de 2012, que o declarou Patrono da Educação Brasileira.

Na ocupação deste papel de figura heroica é que reafirmamos seu legado e gritamos, Freire vive! Na entonação destes gritos é que vimos a oportunidade de elevá-lo ainda mais, frente aos “gabinetes do ódio” de governos neoconservadores, governos do “Ele, Não!” Eleva-lo na comemoração de seu centenário. Comemoração que não poderia ser de outra forma, a não ser marchando em prol de seus pensamentos, suas defesas, lutas e contra aqueles que o negam e o atacam, contra o negacionismo e genocídio que corrói sociedades atualmente. Não à toa (Romão et al, 2021, p. 97) relatam que a melhor forma de se comemorar as concepções de alguém é “verificando sua atualidade, isto é, sua persistência, resistente a toda e qualquer forma de violência, de discriminação e de opressão, enfim, sua validade como instrumento de luta, na atualidade, contra a desumanização”.

Freire segue resistindo ao sectarismo de alguns, seus pensamentos persistem e resistem a toda forma de violência e epistemicídio desde o momento que se descobriu educador. Seus ideais por isso são tão atuais, por mostrarem que independente do tempo a opressão e desumanização permanecem evoluindo e contra atacando estes processos de libertação. É um constante movimento de libertação/humanização ante a opressão/desumanização. É uma marcha permanente, que precisa de mãos unidas, de braços dados. Marcha que, no Alfabetiza Belém, se tornou uma ciranda convidativa em favor da defesa de uma Belém, livre do analfabetismo. Ciranda de sonhos que em caminhada cantamos:

CIRANDA DE SONHOS

Entre nesta ciranda
Pelo prazer de ler
Leitura é direito humano
Pra mim e pra você

Livro e diversidade
Movimento e coletividade
Espalhando arte, cultura
pela cidade

Tecendo uma Belém de sonhos
Vamos lá, vamos fazer
Uma cidade leitora
É possível acontecer

Tecendo uma Belém de sonhos
Vamos lá, vamos fazer
Uma cidade educadora
É possível acontecer

Cris Rodrigues e Rita Melém

A canção Ciranda de Sonhos com letra de Rita Melém e melodia de Cris Rodrigues, servidoras da SEMEC e acima de tudo, educadoras populares, foi um convite para todas/os se somarem ao movimento por uma Belém educada, alfabetizada, inclusiva e leitora, convite para entrarem na roda, na ciranda de sonhos que seria possível acontecer.

Figura 2: Gravação do áudio-vídeo da música “Ciranda de Sonhos” na Escola Municipal Paulo Freire



Fonte: SEMEC, 2021

Acreditando ser possível é que cantando e cirandando organizamos e promovemos, no dia 19 de Setembro de 2021, a marcha alusiva ao natalício de Paulo Freire e de entrega do PMA ao Prefeito Edmilson Rodrigues. Sua saída foi da escadinha da Estação das Docas até a praça da República e contou com mais de 700 pessoas, que marchando entoavam as palavras de ordem: “Livros na mão para fazer revolução”. O grito foi criado por Rita Melém e em questão de segundos ecoou pela extensa Presidente Vargas e aos arredores do anfiteatro da Praça da República.

Estes gritos, esta marcha, no entanto, ecoam e ultrapassam as palavras, são sentimentos, defesas, resistências, re-existências esperanças, que precisam ser vistas, para além de lidas e por isso, apresentamos, a vocês leitoras e leitores imagens que retratam esta caminhada comemorativa ao Centenário de Paulo Freire.

Figura 3: Sem Terrinhas do MST em concentração para a caminhada na Escadinha da Estação das Docas



Fonte: ASCOM SEMEC, 2021

Figura 4: “Caminhando e cantando” por entre a Av. Presidente Vargas



Fonte: Autora, 2021

Figura 5: Culminância da caminhada no anfiteatro da paz, na Praça da República



Fonte: Autora, 2021

Figura 6: Entrega do Plano Municipal de Alfabetização ao Prefeito Edmilson Rodrigues



Fonte: Autora, 2021

O Plano Municipal de Alfabetização foi entregue com suas metas e estruturação para funcionamento das turmas de alfabetização, as palavras de ordem foram ecoados com seus diversos tons em defesa da educação popular, de uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada, em defesa do legado de Paulo Freire e dos menos favorecidos, ou como ele costumava dizer: dos

“esfarrapados do mundo”. Feito isto, os sonhos poderiam sair do mundo das ideias e partir para a realidade concreta.

2.2. ANDARILHOS DE UMA TURMA PILOTO DE ALFABETIZAÇÃO

A rua é noiz cumpâdi, quem vê só um lado do mundo
Só sabe uma parte da verdade
Inventando o que somos, minha mão no jogo eu ponho
Vivo do que componho, sou milionário do sonho
(Emicida)

Setembro ficou marcado, não apenas pela histórica caminhada em defesa do legado de Paulo Freire, mas igualmente pela formação da turma que seria base para as posteriores turmas formadas pelo Alfabetiza Belém. Esteio construído devido aos obstáculos burocráticos presentes na travessia do Alfabetiza.

Esses embaraços de cunho institucional, acarretaram o atraso no lançamento das turmas de alfabetização, essa demora somada a ânsia de ver o Alfabetiza Belém ocupando as ruas da cidade, estimularam a então Secretária de educação do Município, a professora Márcia Bittencourt a instigar na equipe técnica da COEJAI, também parte do movimento de alfabetização, a implantação, daquela denominada “turma piloto de alfabetização”¹¹. Acatando o pedido, as servidoras e servidores da SEMEC, partem para diálogos e observações com o objetivo de identificar possíveis locais e indivíduos para a primeira vivência da práxis freireana. Com alguns dias de observação e conversas, definiram, com apoio dos parceiros da FUNPAPA, o espaço e futuras/os educandas/os da “primeira turma a mudar Belém”¹².

O espaço escolhido foi o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop de Icoaraci e a turma atenderia quinze acolhidas/os selecionadas/os sob o critério da situação de analfabetismo.

¹¹ Márcia Bittencourt explana para a equipe do Alfabetiza Belém sua vontade de ver o método freireano ir para além do mundo das ideias e com isso solicita ao grupo a criação de uma “turma piloto de alfabetização” cujo processo alfabetizador precisará seguir precisamente a metodologia do patrono da educação.

¹² Outro termo utilizado pela Secretária de Educação de Belém, que identifica a turma piloto, como a turma que daria o pontapé para a transformação da cidade.

Aproveitamos para destacar que o número de pessoas atendidas no centro é maior, porém, apenas o referido quantitativo enquadrava-se ao critério estabelecido.

Estas/es sujeitas/os que comporiam a turma, ademais da situação de analfabetismo, encontram-se em situação de rua. Elas/es são, para além de suas situações, sujeitas/os amazônidas, homens, mulheres, negras/os, LGBTQIA+, Pessoas com deficiência, adultos, idosos, povo mestiço em condição de extrema pobreza e vulnerabilidade. Sujeitas/os que sentem na pele a ausência de políticas públicas que lhes permitam dignidade e direito humano em sua completude. Indivíduos que vivenciam diariamente os pré-conceitos estabelecidos por sua condição, tanto quanto aguardam e anseiam pelo olhar solidário e humano das/os outras/os sujeitas/os integrantes de um quantitativo de privilegiados, os quais, “só sabe uma parte da verdade”.

São estas/es sujeitas/os, que estavam presentes no dia 29 de Setembro de 2021, no Centro Pop, para a sua aula inaugural. São elas/es que expressaram para nós os seus sonhos e o motivo de aceitarem aprender a ler e escrever. Foi o educando Ronildo, que nos disse: “quero sair da rua e ter um espaço para morar, quero trabalhar, quero ser alguém na vida, quero aprender a ler e escrever e entender melhor as coisas, quero que garantam meus direitos”

Figura 7: educandos da turma do Centro Pop de Icoaraci em sua aula inaugural



Fonte: Autora, 2021

São elas/es, estas/es outras/os sujeitas/os, sobreviventes, resistentes e re-existent, que andarilharam com seus sonhos nas costas, pelas ruas do bairro do cruzeiro (Icoaraci) rumo a turma piloto do Alfabetiza Belém. São elas/es as/os passageiras/os andarilhando “pelo direito a uma vida justa” (Arroyo, 2017 p. 21). São estas andarilhagens que nos mostram quem são e especialmente seus significados, afinal são caminhadas iniciadas bem cedo, quando criança, são passos que nos permitem refletir, “Mas de onde, para onde? Por que e para que ou na espera de quê? Caminham pelo direito à educação [...]” (Arroyo, 2017, p.21).

Em meio a estes porquês percebemos seus percursos árduos, cujas primícias perpassam pelo desamparo econômico, social e político, de alguns desde a infância, de outros a partir da vida adulta, da pandemia da Covid19. São esses percursos que traçaram seus rumos, suas escolhas, são essas travessias seus pontos focais de reflexão na turma de alfabetização. Reflexão que vem do ouvir, do atentar-se a elas/eles.

Compenetrado em suas histórias de vida é que o alfabetizador inicia o processo de alfabetização das/os educandas/os. Estas vidas em suas singularidades foram fonte da pesquisa socioantropológica, que os vê, os sente, os ouve e destes três sentidos apresenta suas palavras geradoras, grávidas de seus pertencimentos, reconhecimentos e auto reconhecimentos. Palavras sementes.

Sendo assim, elas/es plantaram: rua, violência, solidão, medo, assistência, casa, família, entre outras, que a partir daquele instante seriam cultivadas, para que florescessem transformadas.

Tal práxis aconteceu por um período de quatro meses e em cada assessoramento a turma, avaliávamos o cultivo desta alfabetização para a humanização/libertação, analisávamos se estas seguiam as características do método freireano apontadas na subseção anterior. Mas como avaliar essa veracidade se para o método freireano importante mesmo são as/os sujeitas/os e seus processos de humanização/libertação e não o passo a passo da metodologia?

Começamos pelo mundo e cultura destas/es educandas/os enquanto conteúdos vitais para sua alfabetização. Seus mundos e singularidades eram repetidamente evidenciados a cada nova visita e emergiam das conversas do lanche das 10h, durante as oficinas de artesanato e desenho, enquanto almoçavam, no processo de capinagem ou de manutenção da horta que construíram, as palavras surgiam grávidas de sentimentos e significados.

Algumas destas palavras sementes, por exemplo, chegaram até nós a partir das seguintes narrativas:

Educanda Maria: “Saí de casa porque meu padrasto quis me agarrar, ninguém acreditou quando eu disse, então saí daquele inferno e vim pra rua, ninguém me abate não professora, meu santo é forte”.

Educando Adriano: “desde que me entendo por gente a rua é minha casa, o negócio aqui é mil grau...”

Educando José: “Já tenho uma certa idade né, vim pra rua porque não tinha as condição de pagar o aluguel do kit net, mas se Deus quiser vou consegui um canto. Só queria dormi com os dois olhos fechado, a rua não é pra qualquer um não minha filha”.

Os nomes citados são fictícios, pois optamos por zelar pela identidade das/os educandas/os, porém, suas histórias são reais, e foram delas que nasceram as práxis pedagógicas, as reflexões críticas e reconhecimento delas/es como sujeitas/os do mundo, como sujeitas/os que tinham também direito de mudar esse mundo. Dessas palavras elas/es foram realizando sua “transitividade crítica” (Freire,2019)

Figura 8: Diálogo com as/os educandas/os durante o lanche das 10h



Fonte: Autora, 2021

Caminhando e dialogando, presenciamos falas que indicavam autonomia, revelavam momentos de percepção delas/es no mundo, não sendo apontado e sim percebido, pois para cada nova compreensão tinha-se uma indagação, ação que nos rememorou a seguinte fala de Freire (2019, p. 39): “Ao se instalarem na quase, senão trágica, descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas”.

Esses questionamentos, igualmente, mostraram os dois momentos da pedagogia do oprimido como pedagogia libertadora e humana, “o primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação” (Freire, 2019, p. 57). Nesse desvelar foram descobrindo e se redescobrando, perceberam a transformação de suas vidas a partir da educação e por isso já não queriam a rua, na verdade nunca quiseram, aceitaram a condição por acharem que “Deus quis assim”, por acharem as ruas seus lares eternos. Estando elas/es no percurso contrário do achismo, “da vontade divina”, as narrações, passaram a ser outras, como mostraremos:

Educanda Maria: “Agora eu sei que podia denunciar toda a escrotidão do meu padrasto professora, eu posso denunciar todo mundo que vie me fazer mal, essas lei valem pra mim também, só não sei se vão fazer porque ninguém quer fazer alguma coisa pra nós”.

Educando Arthur: “A rua não é pra fracote, ela te ensina muita coisa, mas também aprendi muita coisa aqui, que se eu quiser posso ser até prefeito...”

Educando Rodrigo: “Eu achei que eu só tinha direito a rua, mas ai depois que comecei aqui fui no teatro, no hangar, fui naquela praça a passeio sem ninguém ficar me olhando torto ou enxotando e vi que podemos ir pra aonde quiser, que também temos direitos”.

As/os alfabetizadas/os da turma piloto, perceberam novas vidas possíveis, não apenas em seus sonhos, dos quais descobrimos serem “milionários”, mas, na realidade de políticas públicas que são tão delas/es quanto de qualquer outra/o cidadã/cidadão. As novas experiências não foram doações, eram apenas direitos colocados em prática para aquelas/es que desconheciam o que de fato era tê-los, isso precisará estar claro.

O processo de alfabetização, com isso, foi ocorrendo, se entrelaçando por entre suas histórias, memórias, culturas, sonhos, cantos e encantos. Foi acontecendo enquanto desenhavam, passeavam, semeavam, cozinhavam. A alfabetização/libertação foi desenrolando-se, foi libertando, foi transformando.

Figura 9: Construção da horta terapêutica com parceria da FUNBOSQUE



Fonte: Bibiano, 2021

Transformando-se e vivendo novas experiências elas/es foram vendo o tempo passar. A turma tinha um prazo para finalizar, mas o processo de libertação delas/es não. A turma piloto, assim como as turmas de alfabetização do Movimento Alfabetiza Belém não indicavam um fim em si mesmo. Ao contrário, elas deveriam ser apenas o pontapé inicial de uma educação sem data marcada para acabar. Educação permanente.

Posto isso, o movimento em seus entrelaçamentos deveria chegar ao encantamento para a continuidade, para que a práxis pedagógica escorregasse até o chão da escola. Ambiente que para recebê-los deveria estar de cara nova, em formato mais popular, menos má.

Figura 10: Turma de alfabetização no Teatro da Paz para assistir a apresentação “Depois da Chuva”.



Fonte: Autora,2021

Com essa mudança elas/es poderiam seguir andarilhando, andarilharam! até o chão da Escola Municipal Alfredo Chaves onde prosseguiram com seus itinerários rumo a uma nova vida. Antes, entretanto, receberam das mãos do Prefeito os seus certificados de pessoas alfabetizadas, assim como, ecoaram suas vozes, expuseram seus sonhos e conquistas.

Após este feito, chegamos ao segundo momento da pedagogia do oprimido “em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (Freire, 2019, p. 57).

Figura 11: Certificação da turma piloto de alfabetização



Fonte: Autora, 2021

Acompanhadas/os desta pedagogia dos homens é que elas/es educandas/os da “primeira turma a mudar Belém”, agora alfabetizadas/os, efetivaram suas matrículas na 1ª totalidade da EJA I da mencionada anteriormente, Escola Municipal Alfredo Chaves. O trajeto mudou, o ambiente também, são novos desafios, novas afirmações e reafirmações, mas a luta ainda é a mesma, em prol de uma nova vida possível.

Figura 12: Aula inaugural na Escola Municipal Alfredo Chaves



Fonte: Autora, 2021

Por fim, neste evento de certificação e em suas novas turmas da EJAII elas/es foram/são os protagonistas, em ambos expuseram/expõem seus sonhos. O principal? Sair das ruas! Sonho que não está distante da realidade (alguns já conseguiram), pois, em suas leituras e escritas da palavra, em suas releituras do mundo, entenderam que “mudar é difícil, mas é possível” (Freire, 2021, p.112). Diante destas palavras podemos dizer que a concepção freireana não só alfabetizou, como igualmente conscientizou e transformou a vida das/os educandas/os do Centro Pop de Icoaraci, estas transformações, porém, precisavam se expandir e chegar até as demais pessoas da cidade de Belém, na mesma situação de analfabetismo.

2.3. UM 2021 PARA NÃO PERDER DE VISTA

Tem que ser selado, registrado, carimbado
 Avaliado, rotulado se quiser voar
 Se quiser voar (é)
 Pra Lua a taxa é alta
 Pro Sol identidade
 Mas já pro seu foguete viajar pelo universo
 É preciso meu carimbo dando o sim, sim, sim
 (Raul Seixas)

A turma piloto de alfabetização do Centro Pop de Icoaraci ficou sendo a última ação do Alfabetiza Belém no ano de 2021. Muitos foram os questionamentos sobre os motivos de não haver turmas de alfabetização neste ano, uma vez que a meta de alfabetizar 11.026 pessoas em situação de analfabetismo foi dividida entre os quatro anos de gestão. Uma primeira resposta é repetirmos que as primeiras ações do GT ocorreram em meio a segunda onda da Covid19, essa por sua vez, foi perdendo força somente a partir de junho, quando as campanhas de vacinação ganharam as ruas e chegaram a quase 100% da população.

Logo, nesse primeiro semestre, foram realizados somente levantamentos, construções de documentos base como o Plano Municipal de Alfabetização e planejamentos. Atividades que prezavam pela segurança de todas e todos no momento de afastamento social. Ações e planos que no segundo semestre encontraram a liberdade de expandir-se, devido às liberações das secretarias de saúde. Liberdade que se deparou com o obstáculo chamado: “burocracias institucionais”, descobrimos que a liberdade do fazer precisava ser “selada, registrada, carimbada, avaliada, rotulada” se quiséssemos voar. Esse entrave foi fundamental para impedir o movimento de fazer aquilo que de fato deveria. Movimentar a capital paraense com um grande movimento de alfabetização.

Posto isso, para ademais do viver as pendências dos “sim’s” para voarmos, temos as narrações dos três representantes do colegiado do Alfabetiza Belém que ao serem questionados sobre limites e desafios do movimento de alfabetização relataram o seguinte:

Taissa Barbosa (SEMEC) explana que um dos principais desafios é aparar algumas arestas no campo da gestão, ela enuncia:

muitas vezes o que nos atrapalhou foi essa burocracia de ter que passar um processo por vários setores da SEMEC e aí acaba que passa um semestre todo, passa um ano todo e o processo está ali parado, a gente não conseguiu dar seguimento, a gente não consegue dar andamento em seleção de professores, compra de materiais, em formação de professores, compra de equipamentos por que o processo está ali travado.

Na sequência Salomão Hage (UFPA) opina:

acho que nos perdemos um pouco nesse processo de materialização do programa porque levou muito tempo para aprovarmos o edital tentando atender a todas as exigências burocráticas, foi a questão do financiamento

do programa e a maneira como foi solucionado, meio assim de supetão pelo atraso inclusive da definição de como que se daria o financiamento, acho que isso atropelou o processo, pois tivemos que fazer as coisas com prazos apertados para a realização

Por fim Beatriz Luz (MST) relata:

Um das causas e são múltiplas, não é possível a gente identificar só uma, mas uma das questões que veio bastante à tona foi uma dificuldade da gestão pública municipal incorporar as especificidades de ambos os métodos e conseguir dar cabo, conseguir dar consequência as nossas propostas de forma viável, de forma a viabilizar a realização dos dois métodos, e aí vou citar um exemplo, que foi de fato quase um divisor de águas que foi o lançamento do edital para seleção dos educadores [...]

As narrações coadunam, expressam embaraços da gestão ante as necessidades do Alfabetiza Belém que esperava “o carimbo”, “a validação” para tocar os processos citados por Taissa Barbosa. E se “pra lua a taxa é alta” para o Alfabetiza também era, por isso as adversidades relatadas por Salomão Hage com o “financiamento do programa”. Se para “o sol identidade” para o Movimento idem, essa identificação em razão das exigências “dos carimbos” foi esvaindo ocasionando a dificuldade em “dar cabo” das propostas dos métodos de forma viável e assim, o inviável ia se fazendo presente como mostra a fala de Beatriz Luz.

Inviável capaz de retirar do Alfabetiza Belém essa característica de grande movimento. Fato que nos relembra o exposto por Adelaide Brasileiro (referência do MOVA na primeira gestão de Edmilson Rodrigues) em uma formação interna, onde nos disse que um movimento não se faz de amarras burocráticas, ao contrário, é preciso ir para fora e pisar na lama, sentir a lama, marchar com essa lama nos pés para que ele aconteça, “não existe movimento na institucionalização das coisas” (Brasileiro,2021)¹³ A institucionalização mencionada por Brasileiro e o desafio burocrático externado pelos representantes do Alfabetiza Belém é o sistema administrativo racional, também burocracia que Abrucio e Loureiro (2018, p.31) afirmam embasados em Weber ser uma excepcional estrutura de poder, comprimida exatamente em suas específicas características constitutivas que perpassam:

¹³ Adelaide Brasileiro em formação interna para SEMEC, explana os passos a serem dados para que um Movimento Popular ganhe força e tome as ruas. Destaca os entraves burocráticos e as formas de vencê-los.

a habilidade de coordenar ações em grandes empreendimentos ou estruturas; a continuidade de suas operações; a hegemonia do saber especializado; o controle que exerce sobre seus membros; o sentimento comum de moralidade; e a coesão interna em suas fileiras. (Abrucio et al. 2018 p.31)

Essa burocracia hegemônica, percorre via contrária as concepções de movimentos sociais de educação popular. Os movimentos populares refletem a militância, a mobilização que valoriza a prática política pedagógica e não as hierarquias representadas no texto pela “coesão interna em suas fileiras”. Freire ampara o comparativo ao afirmar que:

Educadores e grupos populares descobriram que educação popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. (Freire, 2020, p. 34)

A estreiteza burocrática por isso não coexiste às presenças afirmativas dos movimentos sociais. Não à toa (Abrucio et. al 2018, p.33) demarcam que o poder burocrático é igualmente um problema em função do predomínio da técnica, “da lógica dos meios ou dos valores instrumentais diante dos fins últimos”. Particularmente, são os valores de ordem e segurança que amparam esses espaços burocráticos, dos quais tudo é muito bem regulado, regulação essa que tende “a prevalecer sobre a conduta criativa, disposta a assumir riscos, tanto no mundo dos empreendimentos econômicos, como no mundo das decisões políticas”. (Abrucio et. al 2018, p.33)

Esse prevalecer da regulamentação sobre as condutas criativas foi objeto de tensões ante as presenças afirmativas inclusas no Alfabetiza Belém. Isso pois os movimentos sociais têm esta característica de marcha, de mobilização, para Arroyo (2014, p.79) “Cada movimento é uma marcha para vidas possíveis. Outra sociedade possível. É um movimento, não um ficar nos valores e concepções tradicionais. É uma luta por outro projeto de sociedade, de campo, de cidade”.

Esse não ficar de valores e concepções tradicionais significa transformar e movimentar espaços, lutar por outro projeto de sociedade que acontece semelhantemente na internalidade das repartições públicas. Sendo assim, essa

dinâmica de movimentos careceria de entrar nos muros institucionais da SEMEC para que movimentando a sua organicidade as coisas se desenrolassem e o foguete, assim viajasse pelo universo.

Esse decolar não estava distante de uma realidade, pois, outras experiências de alfabetização se deram no mesmo espaço e sem perder a característica de movimento, articularam-se às tradicionais burocracias. Isto só foi factível quando se delimitou os papeis. Brasileiro (2021) nos deixa claro que a fusão institucionalização x movimento somente acontece quando cada um entende seu papel. A instituição compreende as perspectivas do movimento e exerce sua função mapeando possibilidades de “acontecer”, já os movimentos sociais exercem seu papel de movimentar, de estarem presentes marchando propondo políticas públicas afirmativas que “acontecem”. Cada um em seu espaço cruzando-se sem perder sua essência. Enfim, para ver o Alfabetiza Belém “acontecer” a organicidade teria de se entrelaçar às concepções políticas pedagógicas populares que “acontecem”. Esse entrelaçamento seria/foi a esperança para mudar a cara da instituição.

Com isso, entrelaçando/esperançando, finalmente, fomos mudando a cara da gestão. Isso porque a partir das novas ideias e proposições colocadas à mesa, outras oportunidades surgiram. Dentre elas, o termo de cooperação com a Organização da Sociedade Civil Movimento República de Emaús - MRE. O termo, assinado por PMB, através da SEMEC e MRE, representa a superação dos obstáculos que acompanham a tradicional burocracia institucionalizada.

Posto isso, esse contexto mostra igualmente, uma nova repartição pública, pois a SEMEC, ao “desburocratizar a burocracia” lança um novo modelo processual capaz de alinhar-se aos pensamentos populares e trazendo para a prática o que antes era apenas teoria. A práxis desburocratizada, sendo assim, atinge o Movimento Alfabetiza Belém, que enfim, passa a seguir marchando, agora rumo a seleção das/os alfabetizadoras/es, coordenadoras/es e educadoras/es da educação especial e inclusiva que se somaram ao movimento por uma Belém livre do analfabetismo.

3. CONSTRUINDO UMA CIDADE EDUCADORA-EDUCANDA E ALFABETIZADORA-ALFABETIZANDA

É a partir deste saber fundamental: *mudar é difícil mas é possível*, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se de evangelização, se de formação de mão de obra técnica. (Freire, 2021, p.92)

Foi a partir deste saber fundamental, de que “mudar é difícil mas é possível” que o Movimento Alfabetiza Belém, atravessou as margens de 2021, passando a navegar pelos rios de 2022 rumo à construção de uma Belém educada e alfabetizada. Nessa navegação, foi superando a estreiteza burocrática no entrelaçamento com uma Organização da Sociedade Civil – OSC composta por pessoas, inclusive crianças, jovens, adultos e idosos que constroem um projeto de vida na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Não só isso, após o entrecruzamento nas margens, estendem suas filosofias de vida para os jovens, adultos e idosos, igualmente alijados de seus direitos.

Estamos falando do Movimento República de Emaús (RME), cuja história se inicia em 1970, com a criação do Restaurante do pequeno vendedor, um espaço destinado a partilha de comida, experiências, desenvolvimento de ideias e afins. Espaço semelhante a uma República. A República do Pequeno Vendedor, da qual, o interior era ponto de encontro dos grupos de pequenas cooperativas como: jornaleiros, sacoleiros, engraxates entre outros, que organizados em assembleias, definiam as coisas e até escolhiam seus dirigentes.

As definições e os sonhos eram grandes, sonhavam em especial com “uma cidade diferente, com escola, saúde, casas, criações de pequenos animais, plantações. Uma cidade onde as crianças sejam crianças de verdade”¹⁴. Estes sonhos, ao tornarem-se práxis, transformaram a República em um movimento: Movimento República do Pequeno Vendedor.

Este movimento, movimentando-se deixa de ser Movimento República do Pequeno Vendedor, passando a chamar-se Movimento República de Emaús – MRE. O significado da expressão, foi sendo construído ao passar dos anos e de acordo com o MRE, representa:

¹⁴ Os sonhos e a história do MRE aqui narrados, podem ser encontrados no site da entidade: <https://www.movimentodeemaus.org/v2/emaus/?id=118>

Um sonho que não para (MOVIMENTO) acontecendo em suas expressões concretas (República do Pequeno Vendedor, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente-CEDECA/Emaús e Campanha de Emaús-CPE) construídas democraticamente (REPÚBLICA) e animadas pela mística cristã (EMAÚS). (Emaús, 2024)

Sonhando sem parar, através de suas expressões concretas e animadas por esta mística cristã, o MRE se junta ao Movimento Alfabetiza Belém. A expressão concreta, desse sonho que não para, viria agora de turmas de alfabetização, espalhadas pelos oito distritos administrativos de Belém, destinadas a jovens, adultos e idosos, em situação de analfabetismo.

São turmas, cujos pilares, não poderiam perder-se na tradicionalidade das coisas. São turmas de bases populares, para populares sujeitas/os. Estas/es, já conhecidas/os pelo MRE, pelo Movimento Alfabetiza Belém e por aquelas/es que firmam-se na/da militância pela EJA, pela educação como direito básico, educação democrática, politizada e humana, pela alfabetização que não quer apenas ensinar o B-A-BA, mas sim, aprender a ler e escrever mangueira, açaí, Amazônia e afins, tanto quanto, compreender de onde vêm, para onde vão, como são extraídos, produzidos, vendidos, explorados e desmatados.

Estes conhecimentos, advindos de nossa própria cidade, de nossa existência, ancestralidade e amazônidade, nos leva a refletir também, sobre o ato de humanizar, Dickmann (2020) ao tratar sobre a pedagogia do inacabamento narra que “conhecer é humanizar”. Para o autor, “quanto mais sabe de si, mais humano é o ser humano, e quanto mais questiona, mais aprende de si e do mundo que o rodeia” (Dickmann, 2020, p.29).

Aprendendo e questionando sobre esta Belém que nos rodeia, também adentramos em outra reflexão, sendo esta, as cidades educativas narradas por Freire (2020). O mesmo, ao analisá-las, nos afirma que, “enquanto educadora, a Cidade é também educanda” (Freire, 2020, p. 29). Ou seja, uma Belém educadora e igualmente educanda nós temos, e mesmo na busca de fazê-la alfabetizada e educada, suas posições de aprendentes e ensinantes não se alteram, pois, do mesmo modo, também cruzam a linha do inacabamento, da inconclusão.

Essa busca permanente pela educação, por isso, pode edificar uma Belém, alfabetizada e educadora. Uma Belém que impõe o reexame do papel da educação “que, não sendo fazedora de tudo, é um fator fundamental de reinvenção do mundo” (Freire, 2020, p. 18). Reinventando e (re)conhecendo a capital paraense, a gestão

pública, conjuntamente com organizações da sociedade civil como o MRE e outros movimentos sociais parceiros, a exemplo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o Núcleo de Educação Popular – NEP Raimundo Reis, foram então, construindo o processo de formação das turmas de alfabetização.

Essa construção, no decorrer da travessia, teve uma sequência, a começar pelo firmamento do convênio entre MRE e Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Feito isto, o MRE passa a ter como atribuição a gestão administrativa do Movimento Alfabetiza Belém, em parceria com a SEMEC. De forma clara, a entidade deveria gerir processos como: contrato admissional e demissional das/os alfabetizadoras/es, coordenadoras/es e educadoras/es inclusivas das turmas de alfabetização; monitoramento dos cadastros das/os educandas/os participantes das turmas de alfabetização; compras, acompanhamento, recebimento e distribuição de materiais de natureza permanente, de consumo, jurídico, pessoa física e doação; entre outros.

Na cronologia do remar de ações pós consolidação de parceria, tivemos como precedente o lançamento do chamamento público no período de 21 a 25 de abril de 2022 para seleção de 08 coordenadoras/es de turmas, 12 educadoras/es da Educação Especial e Inclusiva e 80 alfabetizadoras/es por um período de 5 meses¹⁵. O quantitativo delimitado precisará atender a demanda de 80 turmas e seguir a distribuição demonstrada nas imagens abaixo:

¹⁵ O chamamento público pode ser encontrado no site do MRE, em: [https://www.movimentodeemaus.org/data/material/CHAMADA-PUBLICA-DO-MOVIMENTO-ALFABETIZA-BELEM-20ABR22\[1\]](https://www.movimentodeemaus.org/data/material/CHAMADA-PUBLICA-DO-MOVIMENTO-ALFABETIZA-BELEM-20ABR22[1]).

Figura 13: Distribuição de vagas para alfabetizadores/as – 1ª CHAMADA PÚBLICA - Movimento de Emaús e SEMEC - Movimento Alfabetiza Belém

3. Da distribuição de vagas para Alfabetizadores(as):

DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS ALFABETIZADORES	DISTRITO DE ATUAÇÃO	AMPLA CONCORRÊNCIA	FILHO DE SERVIDOR	TOTAL DE VAGAS	CADASTRO DE RESERVA
SEMEC	Todos os distritos	14	13	27	15
FUNBOSQUE	DAOUT	03	-	03	01
UFPA	DAGUA	15	-	15	07
UEPA	DASAC	15	-	15	07
IFPA	DABEL	06	-	06	03
FIBRA	DASAC e DAICO	06	-	06	03
NEP RAIMUNDO REIS E EMAÚS	DABEN	06	-	06	03
REDE EMANCIPA	DAOUT	02	-	02	01
TOTAL DE VAGAS:		67	13	80	40

Fonte: Emaús, 2022

Figura 14: Distribuição de vagas para educadores(as) da Educação Especial e Inclusiva – 1ª CHAMADA PÚBLICA - Movimento de Emaús e SEMEC - Movimento Alfabetiza Belém

4. Da distribuição de vagas para Educadores(as) da Educação Especial e Inclusiva:

VAGAS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	DISTRITO DE ATUAÇÃO	AMPLA CONCORRÊNCIA	CADASTRO DE RESERVA
Educador da Educação Especial e Inclusiva	Todos os distritos	12	06

Fonte: Emaús, 2022

Figura 15: Distribuição de vagas para coordenadores(as) – 1ª CHAMADA PÚBLICA - Movimento de Emaús e SEMEC - Movimento Alfabetiza Belém

5. Da distribuição de vagas para Coordenadores(as):

DISTRIBUIÇÃO PARA COORDENADORES	DISTRITO DE ATUAÇÃO	AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE VAGAS	CADASTRO RESERVA
SEMEC	Todos os distritos	03	03	01
UFPA	DAGUA	01	01	01
UEPA	DASAC	01	01	01
IFPA	DABEL	01	01	01
FIBRA	DASAC e DAICO	01	01	01
NEP RAIMUNDO REIS, REDE EMANCIPA E EMAÚS	DABEN e DAOUT	01	01	01
TOTAL DE VAGAS:		08	08	06

Fonte: Emaús,2022

Percebe-se a partir dos quadros, que a distribuição de vagas e os distritos administrativos de funcionamento das turmas seguiu indicações subjetivas dos entes parceiros. Cada um, pôde destacar os números de turmas, tanto quanto, as localidades ideais para funcionamento, levando em conta suas particularidades.

Nas demandas apresentadas, contudo, não consta o quantitativo a ser gerido pelo MST. Isso porque, as/os companheiras/os do Movimento Sem Terra, teriam um cronograma de chamamento, formações, buscas e por consequência de início de atividades distintas, uma vez que, o método sim, eu posso! devido às suas singularidades, necessitaria de um cronograma específico.

Por este motivo e levando em conta a linearidade da pesquisa, o trabalho finda por não atingir as sequências de suas ações, tendo por resultado a ausência de narrativa acerca do desenvolvimento das atividades das turmas de alfabetização do Sim, eu posso! A diferença entre calendários resultou na divisão dos processos de alfabetização entre método freireano e método cubano Sim, eu posso! Por isso, suas vozes ressoam nesta dissertação, somente no âmbito das construções de documentos bases e da organicidade até fechamento de convênio com MRE, conforme apresentamos nas subseções antecedentes.

Seguindo, o resultado da seleção dos entes apresentados nos quadros anteriores, foi publicado no dia 02 de Maio de 2022. No documento supracitado,

igualmente, encontramos a convocação das/os candidatas/os para a formação inicial de 40 horas, nos dias 09 a 14 de Maio de 2022. A participação neste momento, foi sublinhada como imprescindível e indispensável. À vista disso, detalharemos, a seguir a) Formação Inicial do Movimento Alfabetiza Belém: Diálogos para uma Belém alfabetizada, educadora, inclusiva e leitora e a b) Busca ativa das/os alfabetizandas/os do Movimento Alfabetiza Belém, realizada logo após a formação inicial.

a) Formação Inicial do Movimento Alfabetiza Belém: Diálogos para uma Belém alfabetizada, educadora, inclusiva e leitora.

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado (Freire, 2019, p. 25)

A formação inicial do Movimento Alfabetiza Belém, deu-se após convocação das/os alfabetizadoras/es populares, coordenadoras/es e educadoras/es inclusivas/os. De acordo com a convocatória e programação publicadas, a mesma teve por objetivo dialogar acerca do legado de Paulo Freire e da educação popular como matriz de referência para as políticas educacionais em Belém. Para a comissão do Movimento Alfabetiza Belém, apreender sobre ambas, significaria mergulhar nas bases para uma Belém, de fato, alfabetizada, educadora, inclusiva e leitora.

Dentre estas bases, estava Freire (2019, p.25) que narra: “ensinar inexistente sem aprender e vice e versa e foi aprendendo socialmente que historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar”. Sendo assim, a formação inicial, visava alinhar-se a este ciclo, isso porque, seria necessário entender na práxis, a troca entre o ensinar e aprender, aprender e ensinar, visualizar este social que nos ensina.

Freire (2019, p.26), ainda afirma, ter sido “socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar”. Essa concepção é pilar para ratificar a importância da formação inicial que para além de dialogar sobre uma Belém alfabetizada, educadora, inclusiva e leitora, também, visava promover a

compreensão da concepção freireana, através de seus conceitos, princípios, fundamentos e metodologias.

Posto isto, as teorias até aqui expostas, na prática, foram organizadas em cinco encontros no período de 09 a 14 de maio de 2022, no horário de 14h às 20h, perfazendo um total de 40 horas. Nestes entremeios da formação inicial do Movimento, percebemos a articulação entre teoria (palestras) e prática (oficinas). Para todos os dias um acolhimento, para todos os dias um tema diferente que ao final comporia uma totalidade.

Partindo para uma análise minuciosa, gostaríamos de acentuar inicialmente a mística do primeiro dia. O destaque se faz relevante, uma vez que, um dos parceiros do Movimento Alfabetiza Belém, como já mencionado, é o MST, e em todas as atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a mística faz-se presente. A mesma, não é um momento solto, feito no vazio das coisas, apenas para ser “bonito”.

A mística, de acordo com as/os companheiras/os Sem Terra (1993, p.3), “anima a ação”. Ela carrega emoções e significados que são representados pelas performances das/os militantes, ela envolve todas e todos. Sendo assim, é uma perfeita interação onde deixa-se de perceber quem realiza a performance e quem a assiste. Essa conexão do interagir acontece, pois, segundo o MST “a mística nasce do coração”.

Para o Movimento Sem Terra (1993, p.3) “É a dimensão do sentir, do querer, do amor e do ódio, do sonho e da rebeldia, da alegria e da esperança. Mas não se pode limitar a isso. Precisa ser atravessada pela razão”. Precisa ser atravessada pela coerência dos atos simbólicos, que surgem para demonstrar a crença nos projetos e ideais de vida, seu simbolismo precisa entrelaçar-se ao concretismo dos valores, comportamentos, atitudes, em nossos jeitos de ser e viver.

Esta crença, em concordância com Arroyo (2014), é um dos ensinamentos que os coletivos de trabalhadoras/es em movimento apresentam para o pensamento pedagógico. Estes coletivos populares, mostram em “rituais e símbolos a força pedagógica da terra, do trabalho, dos processos de produção da vida. Pedagogia da terra, do trabalho, da vida produtiva.” (Arroyo, 2014, p. 85). Em vista disso, também é que o foco em seu caráter didático, não é suficiente ante suas virtualidades formadoras.

As místicas se formam através de suas forças pedagógicas do real. “Terra, trabalho, esforço humano, coletivo, por transformar a terra, produzir a vida construindo valores, culturas, identidades. Humanizando.” (Arroyo, 2014, p. 85). Humanizando os processos formativos. Humanizando o olhar do nós, em relação aos outros. Humanizando os processos de ensino-aprendizagem, os saberes-fazer, o ato amoroso e esperançoso de educar, de libertar e esperar. Ato que nos envolve, nos faz refletir, agir, imaginar uma nova vida, uma nova sociedade. Enfatizando Arroyo (2014)

As místicas e tantos rituais socializadores dos trabalhadores(as), dos povos do campo, indígenas, quilombolas, sem teto, sem lugar, trazem essas pedagogias e aprendizados, saberes, modos de pensar inerentes ao trabalho, ao fazer-se fazendo a história coletiva. Todos os rituais dos movimentos sociais estão colados aos tempos de produção e de trabalho, ora da perda da colheita, da fome, do sofrimento, ora da celebração da boa colheita, da vida, da ocupação da terra, do mutirão na construção da casa, da reprodução digna e justa da existência desde criança. As místicas como tantos rituais da diversidade de coletivos trabalhadores(as) celebram a vida fruto do trabalho, a luta por terra, trabalho, por justiça, por outro projeto de campo e de cidade. (Arroyo, 2014, p. 86)

A mística, na formação inicial do Movimento Alfabetiza Belém, celebrará a educação, a possibilidade de superação do analfabetismo, de quebra deste retrato da desigualdade social que carregamos em nossas estantes desumanizadoras. A mística coletiva dos movimentos sociais (MST, NEP Raimundo Reis, Emancipa, MRE) visava chamar as/os educadoras/es populares, para a marcha, por outro projeto de nossa Mangueirosa.

Esta marcha, chamativa, celebrativa, do Movimento, se expressou no dia 09 de Maio de 2022, primeiro dia da Formação Inicial. Nesse dia, as/os companheiras/os dos Movimentos Sociais (MST, NEP Raimundo Reis, Emancipa, MRE) as/os representantes das Instituições do Ensino Superior (UFPA, UEPA, UFRA, IFPA, FIBRA) e a Comissão do Alfabetiza Belém (SEMEC), de braços dados, convidaram todas/os para a marcha e caminharam pelo corredor do auditório Ismael Nery do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves – CENTUR cantando “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré.

Se na formação todas/os foram chamadas/os a caminhar e cantar, a marchar, vendo essa ação como ato político, aqui, igualmente chamamos as/os leitoras/es a se juntarem a nós no canto:

**“Pra não dizer que não falei das flores”
Geraldo Vandré**

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não

Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer (2x)

Pelos campos, há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas, marchando
Indecisos cordões

Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer (2x)

Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão

Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição
De morrer pela pátria
E viver sem razão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer (2x)

Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não

Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer (3x)

“Aprendendo e ensinando uma nova lição”, todas/os as/os presentes formadoras/es-formandas/os, formandas/os-formadoras/es partiram para os próximos pontos, dentre eles, a escuta do Professor Pedro Pontual e seu relato sobre parte do legado de Paulo Freire e sua experiência no MOVA/SP.

Pontual (2022), narra o convite feito a ele por Paulo Freire, naquele instante (1989) Secretário Municipal de Educação, para exercer a função de coordenador do MOVA/SP, este, exercido durante o ano de 1989 até 1990. O discurso de Pontual, retrata o concreto e o percurso de um Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, que assim, como o Alfabetiza Belém, surge de envolvimento e convênios entre entidades populares e gestão municipal.

A experiência mostra contextos semelhantes, em tempos diferentes, não apenas isto, também, reafirma articulações históricas em defesa da alfabetização de jovens, adultos e idosos. Não à toa, Pontual as menciona, afinal, a certeza da efetivação de ações análogas, seria o impulsionamento e esperança de que as peças para superação do analfabetismo se encaixariam.

Figura 16: Palestra de Pedro Pontual na Formação Inicial do Movimento Alfabetiza Belém



Fonte: Autora, 2022

O esperar e impulso advindo do relato de Pedro Pontual, representava, entretanto, um fio, dentre os vários desta tessitura, por uma cidade livre do analfabetismo. Por isso, ademais da narrativa de outras experiências, as/os formandas/os – formadoras/es, formadoras/es – formandas/os careciam apreender as práxis pedagógicas indispensáveis no chão das turmas de alfabetização.

Sobre esta soma da reflexão + ação, sobre a horizontalidade de um saber construído e inacabado, de humanização e politização para a superação, debruçou-se João Colares da Mota Neto em conjunto com Pedro Pontual. O diálogo dos professores abraçou práticas de educação popular e aspectos teórico metodológicos da Pedagogia Freireana.

Para Mota Neto (2022) esta pedagogia do humanizar, dialógica, tem o poder de não apenas superar o analfabetismo na capital, mas de fortalecer o movimento em favor de uma nova sociedade. Mota Neto e Pontual (2022) concordam que este ato humano de alfabetizar, apoiado nestas concepções freireanas, populares, garantiria a capacidade destas/es sujeitas/os intervirem no mundo, deixando de apenas estar nele, passando a estar “com” ele.

Estando e aprendendo “com”, podiam transpor a simples leitura da palavra e mergulhar na leitura crítica do mundo. Essa leitura crítica do mundo, que precede a leitura da palavra, ainda, é para Freire (2021) “um quefazer pedagógico-político indicotomizável do quefazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve

a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade”.

O Movimento Alfabetiza Belém representa este quefazer, o ato de alfabetizar jovens, adultos e idosos não alfabetizados, (sujeitas/os estas/es de grupos e classes populares), é a ação política para intervir na reinvenção da sociedade, na reinvenção de Belém.

Figura 17: Diálogo de João Colares da Mota e Pedro Pontual com mediação de Fátima Rodrigues sobre o Método Paulo Freire: Concepção e práticas



Fonte: Autora, 2022

A reinvenção para a ação política em turmas de alfabetização, assim, nasce da relação entre educadora/or – educanda/o, educanda/o – educadora/or. Tal relação, por sua vez, se fortalece na semelhança dos diálogos, na valorização e reconhecimento de suas identidades. Estas identidades, da mesma forma, foram refletidas, pelo professor Salomão Hage e pela professora Letícia Carneiro, a partir das seguintes perguntas geradoras: Quem são estas/es sujeitas/os em situação de analfabetismo? Onde estão e quais seus itinerários?

As respostas aos questionamentos, foram analisadas primeiramente, considerando os dados que o GT possuía. Sendo assim, coincidindo com o apresentado na segunda sessão desta dissertação, Hage reiterou que estas/es sujeitas/os, estão em sua maioria nas periferias belenenses. Os bairros cujos índices de violência são elevados, igualmente “ganham” a disputa do analfabetismo. Estes

territórios revelam conjuntamente os grupos sociais, raciais e sexuais aos quais pertencem.

Portanto, estas/es sujeitas/os são: periféricas/os, moradoras/es das vielas, passagens, ruas, palafitas de maior esquecimento do poder público. Não só isso, são também ribeirinhas/os, moradoras/es das beiras dos rios, cujos ouvidos escutam dos que não estão à margem que “este rio é minha rua”, mas esta mesma rua é esquecida quando trata-se de acessibilidade a direitos humanos imprescindíveis. São assentadas/os, moradoras/es de assentamentos cujas lutas ultrapassam a defesa por terra, pão e água. São quilombolas, moradoras/es dos territórios construídos para sobrevivência. São as/os pluriversas/os moradoras/es de espaços cujas políticas públicas de assistência, saneamento básico, urbanismo, segurança e afins não chegam facilmente e/ou nem chegam.

Carneiro (2022) segue revelando estas identidades e complementa observando a juvenilização destas/es sujeitas/os da EJA e/ou em situação de analfabetismo. Esta revelação, mostra marcas de violências e desumanizações que os acompanham desde a infância e só vai aprofundando seus cortes. Na análise das falas, Hage (2022), igualmente, expõe as cicatrizes do “abandono” precoce das escolas, desta exclusão direcionada a estas/es jovens passageiras/os periféricas/os.

Carneiro e Hage (2022) nos levam a recordar Arroyo (2017, p.44) que diz:

lembrávamos que o trabalho chega às escolas nos corpos-trabalho de milhares de crianças-adolescentes marcados desde cedo por processos de desumanização-humanização, socializados nas vivências da família trabalhadora e nas próprias vivências de trabalhadores infantis e adolescentes. Suas experiências desde a infância, têm o trabalho, o sem-trabalho, o ganhar a vida, o sobreviver como uma constante. Como uma condição de classe, de raça. Ganhar a vida, fugir da morte. Bem cedo, na infância, aprendem-se membros da classe trabalhadora empobrecida. Explorada desde a infância (ARROYO, 2015a)

Os corpos-trabalho explorados, violentados desde a infância, são os responsáveis pelas “cascas” quase impenetráveis dos jovens, adultos e idosos que escolheram sobreviver, a ler e a escrever. Esses corpos-trabalho precisam ser reconhecidos, acolhidos, transformados, ou nada valerá e a “casca” seguirá “grossa”, impenetrável.

Para essa ação que abraça estes corpos lanhados, exaustos, violentados chamamos também de inclusão. Inclusão para uma pluralidade de vozes e de corpos. Inclusão para os corpos negros, trans, femininos, masculinos, agredidos,

segregados, para todos estes corpos resistentes e re-existent. A reflexão sobre estes corpos e suas pluralidades, foi conduzida pela Coordenadoria da Diversidade Sexual de Belém – CDS, Coordenadoria da Mulher de Belém– COMBEL, Coordenação de Educação para as relações Etnico-Raciais – CODERER, Coordenação de Educação do Campo das Águas e das Florestas – COECAF e Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes – CRIE.

Analisando o debate em relação a inclusão destas/es sujeitas/os, percebemos suas semelhanças através de suas vidas ameaçadas. Para Arroyo (2019, p. 87):

Os coletivos criminalizados, em vidas ameaçadas, em identidades inferiorizadas são os mesmos coletivos vitimados com deficiência de humanidade em nossa história – coletivos étnicos, raciais, de gênero, de classe. São as mesmas infâncias, adolescências que as mães negras, das periferias, ou mães indígenas, quilombolas, das águas ou das florestas levam às escolas. São os mesmos Passageiros da Noite do Trabalho para a EJA à procura de uma vida mais justa.

Elas e eles são as/os mesmas/os! A deficiência histórica de nossa humanidade também. E foi a partir destas semelhanças, de suas histórias, violências, resistências e re-existências, advindas de suas afirmações e de um processo dolorido de inclusão contra as mais diversas exclusões que se construiu as oficinas de: levantamento do universo vocabular, palavras geradoras e tema gerador.

As/os formadoras/es – formandas/os, formandas/os – formadoras/es dedicaram-se nos três dias seguintes de formação a compreensão do olhar sensível para estas/es “outras/os sujeitas/os” desumanizadas/os/violentadas/os, para entender baseados nos discursos que ainda ouviriam delas/es, quais as palavras selecionariam no levantamento vocabular, como essa se tornaria uma palavra geradora e quais os temas geradores que dela surgiriam.

Figura 18: Oficina: Levantamento do Universo Vocabular, realizada na Formação Inicial do Movimento Alfabetiza Belém



Fonte: Autora, 2022

Por fim, a formação inicial de 40 horas atravessou suas margens entre teoria e prática. A mesma, assim como a alfabetização, precisava distanciar-se do depósito, pois, o que importa de fato, na formação, segundo Freire (201 p.45) “não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, as emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando coragem”. Refletindo-a percebemos a valorização desta compreensão dos valores, sentimentos. A formação, gerou coragem para os próximos passos, coragem, para após formar-se, buscar as/os futuras/os educandas/os do Alfabetiza Belém.

b) Busca ativa das/os alfabetizandas/os do Movimento Alfabetiza Belém.

Nem todos os corpos chegaram às escolas. Os corpos das crianças de rua, dos adolescentes e jovens no trabalho, dos pobres, negros, deficientes, dos campos, dos territórios, das periferias urbanas, corpos idosos, de mulheres, não chegavam. (Arroyo, 2017, p.268)

Os corpos, destas/es outras/os sujeitas/os, não chegaram às escolas, não acessaram o direito humano à educação. Alguns, conseguiram ultrapassar suas situações limites e caminharam rumo a uma vida mais justa, foram adentrando espaços escolares, turmas de alfabetização e projetos que lhes permitissem um novo viver. Alguns, não todos.

Os outros corpos, igualmente marcados pelas violências do trabalho, dos padrões, das desigualdades, ainda precisavam chegar, e como ir em direção ao seu direito básico? Como escolher entre fonte de renda e aquisição da leitura e escrita? Como esquecer as marcas de uma vida de exclusão para buscar a inclusão, a superação? As respostas se voltam para o Estado, para as/os educadoras/es populares, para nós.

As respostas estão presentes no compromisso do poder público, dos Movimentos Sociais, do Movimento Alfabetiza Belém, na execução das políticas afirmativas direcionadas às/os sujeitas/os em situação de analfabetismo. O compromisso exige estratégias eficazes, dentre elas a Busca Ativa destas/destes educandas/os que comporiam as turmas de alfabetização.

Acerca desta busca, destacamos não haver documentos, leituras que mergulhem neste processo, que apresentem uma metodologia do “ir buscar”. Não apenas isto, “do encantar”, “reencantar”. Isso porque, seria fácil somente sair para buscá-las/os, o desafio mesmo, é convencê-las/os a voltarem, a chegarem às turmas de alfabetização.

Sendo assim, para buscar estas/es outras/os sujeitas/os, estes corpos marcados, primeiramente, retomamos as análises em Freire, sobre os vários momentos da investigação das palavras geradoras e temas geradores. Freire, apesar de não usar o conceito busca ativa nos narra os processos da investigação temática, primeiro passo para a alfabetização libertadora. O autor, instrui a seguinte metodologia:

Delimitada a área em que se vai trabalhar, conhecida através de fontes secundárias, começam os investigadores a primeira etapa da investigação. Esta, como todo começo em qualquer atividade no domínio do humano, pode apresentar dificuldades e riscos. Riscos e dificuldades normais, até certo ponto, ainda que nem sempre existentes, na aproximação primeira que fazem os investigadores aos indivíduos da área. É que, neste encontro, os investigadores necessitam obter que um número significativo de pessoas aceite uma conversa informal com eles, em que lhes falarão dos objetivos de sua presença na área. Na qual dirão o porquê, o como e o para quê da investigação que pretendem realizar e que não podem fazê-lo se não se estabelece uma relação de simpatia e confiança mútuas. (Freire, 2019, p. 143-144)

Nossas áreas estavam delimitadas, os percursos estavam traçados para que entrássemos por entre vielas, ruas, palafitas, rios e todo e qualquer outro espaço em que estivessem as/os futuras/os educandas/os do Movimento Alfabetiza Belém.

Demarcar e ler, no entanto, enquadra-se ao âmbito da reflexão e precisaríamos, ademais, unir isto à prática.

Essa junção da reflexão+ação, foi feita a partir dos relatos de experiência dos Movimentos Sociais. De suas marchas, que chamam, convidam, encantam e incluem estas/estes sujeitas/sujeitos populares. Arroyo (2017, p. 118) reflete ser “extremamente significativo que encontremos nos movimentos sociais, em suas ações coletivas, propostas mais corajosas de EJA”. Uma destas é a de não esquecer que EJA, se faz também da busca.

EJA, não efetiva-se apenas nos espaços escolares, para o MST, EJA é maior que alfabetização e não precisa existir só na escola. De acordo com o Movimento Sem Terra, para a EJA ser de fato educação popular, “ela precisa estar inserida na caminhada da comunidade e do movimento social popular; e deve estar centrada nas pessoas (seres humanos) que vivem, fazem, sentem esta caminhada e nela aprendem” (MST, 2003, p. 36).

E foi inserindo a EJA, na caminhada da/na comunidade e do/no movimento social popular, centrado nos seres humanos, que unidos, comissão do Movimento Alfabetiza Belém e suas/seus representantes, alfabetizadoras/es populares, coordenadoras/es e educadoras/es inclusivas/os, movimentos sociais como MRE, NEP Raimundo Reis, MST e Instituições do Ensino Superior como UEPA, UFPA, UFRA, IFPA e FIBRA, saíram em busca destas pessoas em situação de analfabetismo. Buscamos e encontramos, neste encontro, fomos criando a relação de simpatia e confiança destacados por Freire (2019).

No fortalecimento dessas relações é que as turmas de alfabetização foram sendo formadas e este processo, apresentou ao movimento uma nova metodologia, essa, criada coletivamente, tecida em prol da garantia do direito destas/es sujeitas/os não alfabetizadas/os, de estarem nas turmas de alfabetização realizando suas leituras de mundo. A metodologia do buscar, surgiu e tomou conta dos oito distritos administrativos de Belém. Nestas caminhadas houveram altos e baixos, negativas e conquistas, encantamentos e reencantamentos. Neste caminhar, houve amor, humildade, fé e esperança.

Os pilares da educação libertadora foram, igualmente, suporte da Busca Ativa. Estas bases, podem ser notadas nas imagens a seguir, as quais, convidamos

as/os leitoras/es a apreciarem, para então imergirem, nos sentimentos e força do buscar, que representa a esperança que não espera.

Figura 19: Busca ativa na Feira do Barreiro



Fonte: Secretaria Alfabetiza Belém, 2022

Figura 20: Busca ativa no Bairro do Benguí



Fonte: Secretaria Alfabetiza Belém, 2022

Figura 21: Busca Ativa na Comunidade Vila da Barca



Fonte: Autora, 2022

Figura 22: Busca Ativa no Bairro da Terra Firme



Fonte: Secretaria Alfabetiza Belém, 2022

A caminhada foi incessante, coletiva, por vezes exaustiva e desafiadora. Foi fonte de inspiração para criação de uma metodologia própria de busca, metodologia construída por várias mãos, representando uma atividade e não passividade. Representando o poder de ir atrás, de fazer acontecer, por meio de uma marcha, a marcha em busca de uma nova Belém possível.

Portanto, a Busca Ativa, perdurou um pouco mais de um mês, até que as/os alfabetizadoras/es formassem suas turmas com o quantitativo mínimo de 15 pessoas nas turmas da região continental e 10 nas turmas da região insular. Feito isto, poderiam dar início ao ato de alfabetizar.

3.1. VOZES QUE ECOAM: EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E SUPERAÇÕES DAS/OS ALFABETIZADORAS/ES POPULARES NO MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM

Enquanto presença na História e no mundo, esperançadamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança, na perspectiva de uma Pedagogia crítica. E esta não é uma luta vã. (Freire, 2021, p. 134)

Uma das coisas evidentes no movimentar do Alfabetiza Belém, é a importância do trabalho coletivo. Um movimento, seja de alfabetização de jovens e adultos, de proteção às crianças e adolescentes, de educação popular, de trabalhadores rurais sem terra e afins, não se dá de forma solitária. São sonhos, lutas, utopias e esperanças coletivas.

Sendo assim, neste trabalho, que trata sobre desafios, limites, superações, não caberia nos limitar, exclusivamente às vozes dos que geriam, daquelas/daqueles que movimentaram para “o processo caminhar”, cabe, nesta pesquisa, igualmente as vozes daquelas/daqueles que mergulharam fundo na missão de alfabetizar jovens, adultos e idosos não alfabetizados, daquelas/daqueles que coletivamente sonharam e esperançaram através de suas práxis pedagógicas, cabe ecoar suas experiências, seus desafios, suas superações, cabe ecoar o ato de amor de educar na perspectiva de uma Pedagogia crítica, democrática.

Esta pedagogia crítica, democrática será um dos pontos chave de nossas análises, somada às vivências das/os alfabetizadoras/es-alfabetizadas/os e suas/seus alfabetizadas/os-alfabetizadoras/es. A conexão, se firma a certeza de uma não caminhar sem a outra, a ação política do projeto, não engendra sem a ação educativa. Paulo Freire (2021, p.104), nos ensina que, se do projeto de ação política, elimino a ação educativa, por me preocupar com educação só depois da transformação, inviabilizo o projeto.

Não só isso, se inversamente dou ênfase exclusivamente à educação “com programas de natureza técnica e/ou espiritual e moral não mobilizo e organizo forças políticas indispensáveis à mudança, o projeto se perde em blá-blá-blá ou vira puro assistencialismo”. (Freire, 2021, p. 104-105).

Nossa questão problema diante desta narrativa é: o Movimento Alfabetiza Belém conseguiu unir projeto político e educação? O projeto político com sua política de transformação, de acordo com o exposto, foi desenvolvendo-se. A educação, neste caso, também precisaria juntar-se a estas ações. A resposta sobre esta junção viria das falas e afirmações, daquelas/es que puseram em prática o ato político de educar e alfabetizar, viria das vozes das/os alfabetizadoras/es-alfabetizadas/os do Movimento Alfabetiza Belém. Logo, demos início a nossa escuta, perguntando a uma/um alfabetizadora/or representante da SEMEC, dos Movimentos Sociais e das IES o que tinham a dizer sobre a suas experiências com o Movimento Alfabetiza Belém, no ano de 2022.

A alfabetizadora representante da SEMEC, Maria da Conceição, nos narra o seguinte:

Foi uma experiência muito boa, uma experiência excelente, diferente do MOVA. Quando comecei no MOVA, comecei trabalhando a história de vida, nesse eu também trouxe a experiência com a história de vida, mas fomos a fundo em outras questões, conheci novas pessoas e fomos atidos a fazer coisas novas, a reinventar nossas experiências na sala de aula. (Maria da Conceição, 2024)

O Alfabetizador representante dos Movimentos Sociais, singularmente, do NEP Raimundo Reis, Gustavo Moura nos expõe que:

Como experiência, eu era muito vago, não conhecia o projeto, não fazia nem ideia desse processo de alfabetização e como ele se dava. Na verdade, pra Belém é um projeto novo, eu acho que pra maioria dos estudantes e aí quando eu li o edital, vim tentando entender como é que funcionava e fui buscar, realmente conhecer como é que era o processo. Conheci pessoas que já tinham participado de projetos anteriores, que foi a Livramento, a Carlinda e me explicaram, e eu disse, não, esse projeto, realmente, tem muito haver comigo. O processo de alfabetização, de ensino, de idosos principalmente, que eu amo idosos, eu amo trabalhar com as idosas, e aí parece que a gente casou, o meu gostar e o projeto. A partir disso eu consegui entender, busquei conhecer, vi que realmente todo o processo de alfabetização pela metodologia de Paulo Freire, na prática, pra fazer realmente acontecer e eu consegui desenvolver, realmente esse trabalho de fazer acontecer a alfabetização. E pra mim como educador o melhor resultado, o mais gratificante foi ver meus alunos assinarem o nome, porque eles não conseguiam escrever o nome, então é uma das maiores realizações, eu ver que ao final todos conseguiram assinar o nome, porque

vir com um aluno e ouvir: “professor não sei escrever meu nome”, “não sei assinar”, “professor, fui no médico e aí vi aquele monte de papel e não sei o que fazer”, e aí às vezes é um vizinho, é um familiar, algum colega, que ajuda, mas a pessoa tem aquela vergonha. E aí quando a gente ouve, professor, consegui marcar uma consulta, consegui pegar um ônibus, consegui ler o que estava escrito, consegui passar um troco, esse é o maior resultado que como educador, eu pude ter dentro do programa, o mais importante. (Gustavo Moura, 2024)

Para a alfabetizadora Angélica Foro, representante das IES, especificamente do Instituto Federal do Pará – IFPA, a experiência foi:

maravilhosa, porque além de ter muito aprendido a gente pôde descobrir pessoas que não sabiam ler e nem escrever dentro da própria capital, bem do lado da minha casa, e a gente foi atrás desses sujeitos, foi no Barreiro, foi lá no comércio, foi também lá no CRAS da Mauriti, fui também pro Utinga, que teve lá um evento, também fomos lá. Então pra mim foi uma experiência maravilhosa, que a gente conseguiu né, trazer esse pessoal que estava lá nos bastidores, pra frente do holofote, pra dizer: “olha, eu existo”, “eu tô aqui”. (Angélica Foro, 2024)

Os discursos, nos apresentaram pontos imprescindíveis de uma educação para a liberdade, para a transformação, começando pela necessidade de reinventar, demonstrada na fala da Maria da Conceição, em sua percepção de não poder acomodar-se, mesmo possuindo experiência, mesmo com suas vivências do MOVA. Sua narrativa, aliás, dialoga com Freire (2020, p.56) que enfatiza: “uma mesma compreensão da prática educativa, uma mesma metodologia de trabalho, não operam necessariamente de forma idêntica em contextos diferentes”.

Não operam da mesma forma, pois seus tempos, histórias, culturas e sujeitas/sujeitos não são as/os mesmas/os, são outras/os, em busca de outras possibilidades. Não à toa, Freire (2020, p.56) indica também ser a intervenção histórica, cultural e política. Ele insiste, “as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventadas” (Freire, 2020, p.56). E foi assim, na base da reinvenção, sem transplantes, que Maria da Conceição conceituou inicialmente sua experiência com o Movimento Alfabetiza Belém.

Prosseguindo, os relatos trouxeram da mesma forma, a instigação para o novo e o descobrimento de outras possibilidades por meio de um projeto de alfabetização, da cotidianidade das/os educandas/os, tal qual mostra a fala do educador Gustavo. Analisando sua narrativa, identificamos ter o mesmo, intervido na realidade. Freire discorre: “sem intervenção do educador, sem intervenção democrática, não há educação progressista” (Freire, 2020, p. 60). Posto isso,

conseguimos evidenciar em seu relato, não apenas a intervenção, mas conjuntamente um ato educacional progressista.

Cabe ressaltar, que este ato não dá-se solto, no ar, mas na relação estabelecida, com as/os educandas/os em um contexto maior. Freire (2020, p. 60-61) reitera ser o contexto em que “os educandos vivem sua cotidianidade, na qual se cria um conhecimento de pura experiência feito”. As descrições do educador, apresentam essa relação, essa cotidianidade capaz de criar um conhecimento de pura experiência feito, através dos exemplos de superação mencionados como: conseguir pegar o ônibus, passar o troco, marcar uma consulta e afins.

Por fim, ao partirmos para o discurso da educadora Angélica, constatamos a surpresa de perceber-se em uma capital, que ainda carrega o peso do analfabetismo. Elas/eles estão aqui, estão ali ao lado dela, deixaram de estar invisíveis, vieram para o centro dos holofotes, para o princípio de suas descobertas no/com o mundo, isso claro, após um olhar atento, sensível, de busca, olhar de quem passa a enxergar a realidade a sua volta.

Elas/eles são os outros em relação ao nós, referidos por Arroyo (2021), são os corpos, rostos, vidas ameaçadas que não chegaram às escolas, a EJA. Por isso, em consonância com Arroyo (2021 p.29), grifamos ser “obrigatório olhar esses corpos, esses rostos dos educandos para entender que são eles, elas crianças, adolescentes, jovens, adultos em vidas ameaçadas”. Ao imergirem nas turmas de alfabetização, seria obrigatório reconhecer a esperança de vidas melhores, mais justas, a esperança da proteção das/os educadoras/es às suas vidas ameaçadas.

Estas vidas ameaçadas, carregam histórias, memórias, desafios e nenhum destes pode ser desconsiderado. Por isso, no intuito de ir a fundo nos detalhes, continuamos com os questionamentos. Afinal, uma experiência exclusivamente “boa”, “maravilhosa”, foge a realidade dos movimentos afirmativos e firmados nos desafios de uma educação popular crítica, democrática, libertadora. Em vista disso, a segunda pergunta a ser feita para as/os educadoras/es foi sobre os desafios enfrentados no decorrer do movimento.

Para a alfabetizadora Maria da Conceição:

o maior desafio, é a busca, eu vou ser sincera com você, a área daqui da Cabanagem é uma área vermelha, e aí a gente se depara com muito analfabetismo, não pessoas que são daqui, são pessoas que vêm de outros lugares em busca de uma vida melhor, de uma melhora, com um objetivo e

quando chegam aqui, que se deparam com essa realidade que não é o que eles pensam. Então, o índice de analfabetismo é grande, porém mesmo com o limite de 20, eu consegui, no ano de 2022, 25 alunos, mas tinham outras dificuldades pra lidar, é venda de drogas, e outras coisas, a dificuldade é isso também, a evasão, por causa dessas coisas. (Maria da Conceição, 2024)

O alfabetizador Gustavo, pontua:

Vou te passar uma geral, desde o processo de busca ativa, o maior desafio é trazer o aluno para a sala de aula, é convencer ele de que realmente: “bora lá”, tu utilizas de todas as tuas falas possíveis, você promete um monte de coisa, promete caderno, lápis, enfim, tudo mais, mas esse é o maior desafio. Nem digo o da sala de aula, porque a gente consegue fazer acontecer, mas fazer o processo, pra que esse aluno chegue até a gente, ele é o mais desafiador de todos, aí ele chega e manter ele também até o final do programa é outro desafio, porque a gente precisa ser inovador, então se você vier com uma educação regular, você não vai conseguir manter esse aluno, se você fizer algo novo todos os dias, através das conversas, através das brincadeiras, através de um todo, dentro do que Paulo Freire nos traz, aí a gente consegue. (Gustavo Moura, 2024)

A alfabetizadora Angélica, discorre:

O maior desafio foi mantê-los em sala de aula. Por que bate o desânimo, bate o cansaço, as pessoas dizem que não precisa, fala assim: “olha, papagaio velho não aprende a falar”, “Pra que tu tá nessa aula?”, “ela tá te enganando, só quer o dinheiro”, entendeu. Então eu precisei sempre dar aquela injeção, “não, vamo lá”, “vai chegar, vai chegar”, aí a gente teve a Elizabeth, 77 anos, que aprendeu a ler e também escrever, tanto é que tirou uma identidade nova, foi o maior prazer dela, escrever o nome dela lá na identidade. (Angélica Foro, 2024)

Os desafios expostos se cruzam entre o buscar e permanecer. Entre o acreditar ser possível e o medo de ser mais uma falcatrua dos “falsos generosos”. Separando os obstáculos, atentemo-nos primeiramente para o de busca. Este, escancara o cenário da EJA enunciando que nem todos chegam. Parte considerável, precisamos “buscar”, encantar, re-encantar.

Vale ratificar ainda, não ser o ato de buscar algo a parte da educação, da EJA, ao contrário, o mesmo, é elemento fundamental. Trata-se, na verdade, do primeiro momento da caminhada pelo ser mais. Momento de ajuda à ação de busca pela liberdade. Contudo, nesta ajuda, o importante de fato, segundo Freire, (2020, p.79), “ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se. (E aos povos também). É fazê-

lo agente de sua própria recuperação. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas”.

Para colocá-los diante desta postura crítica, faz-se necessário ir ao encontro desse povo vivente dos centros urbanos, dos campos, dos assentamentos, dos quilombos, das águas e das florestas. Ir, como de fato foram as/os educadoras/es populares. Ir e ajudá-los a inserir-se no processo, no projeto, no movimento. Esta ação, indispensável à humanização destas/es sujeitas/os, de acordo com Freire (2020) não é feita pelo engodo, medo ou força, mas, “por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição” (Freire, 2020, p. 80).

Educação corajosa, guiada pela rebeldia daquelas e daqueles que não limitam-se ao nós e querem chegar as/os outras/os, seja atravessando a linha vermelha da Cabanagem, para convencer as/os sujeitas/os daquele território a aceitarem o desafio de alfabetizarem-se, seja utilizando “de todas as falas possíveis”, para encantar e re-encantar as/os outras/os moradoras/es do Benguí ou andarihando pelas feiras da Pedreira, do Barreiro, pelo Bairro do Curió-Utinga, dialogando sobre novas leituras de mundo.

Essa educação corajosa, também estenderia-se para o segundo desafio. O de fazê-los permanecer. Essa permanência, do mesmo modo, está condicionada, ao olhar das/os educadoras/es para as/os educandas/os. Está condicionada às suas ações humanas contra as desumanas das quais elas/eles são vítimas.

Arroyo (2021, p. 76), em suas reflexões questionará:

Como vítimas desses espaços do viver tão desumanos chegam os educandos aos encontros e às escolas populares. Como trabalhar essas vivências tão desumanas e como fazer com que ao menos o tempo/espaço da escola seja tempos/espaços de um digno e justo viver?

O autor, a princípio avalia: “há coletivos de docentes/educadores(as) que reagem às pedagogias desumanizadoras de que os educandos são vítimas, tornando os espaços escolares mais humanos”. (Arroyo, 2021, p. 76). Apoiados em suas observações refletimos: teriam nossas/os educadoras/es reagido de forma humana nos espaços de alfabetização? A resposta a esta pergunta, viria a ser também, solução ao segundo obstáculo. Logo, nossa próxima indagação as/os

educadoras/es foi sobre suas práticas pedagógicas com estes jovens, adultos e idosos.

Então, Maria da Conceição nos contou:

A prática é desafiadora, porque, eles sempre dizem assim: “ah eu sou burro”, eles falam isso, eu sou burro, e eu agarro, eu vou nessa tecla de burro, que não existe. Que burro é o animal, e eu vou secando. É que eles já têm o conhecimento de vida, é uma história que nossa! É um aprendizado muito bom. Eles vêm com a história deles e eu tenho a minha história, então ela não se depara assim, ah a história, vamos dizer, da Dona Dalva uma aluna, é igual a minha. Não! Talvez em alguma parte sim, mas é uma história diferente. Eu tenho um relato pra te fazer de uma história, de uma aluna, a dona Cristina, ela veio do interior de Breves, era ribeirinha e aí, ela fazia, paneiros e até hoje faz, num é paneiro, é cesto, essas rasas né. E aí ela veio, quando eu fui fazer a busca, ela tinha casa na época na invasão do sabão e quando eu cheguei, eu bati na porta dela e ela disse assim: “eu quero”. Ela tem 7 filhos, e desses 7 filhos tinha uma bebê e ela ia pra casa, e eu fazia leite e dava pra ela, dava aula em casa e ela aprendeu a fazer o nome e começou a soletrar, ainda não sabia ler, ela começou a soletrar e fez o nome. Nossa, ela ficou muito feliz, e eu também. Um tempo depois, mataram o sobrinho dela, o tráfico, matou o sobrinho dela e aí quando foram levar, acho que a polícia que levou um documento, a esposa dele não estava, aí ela disse: “a esposa dele não está”, e eles perguntaram: “a senhora pode receber?” e ela disse: “sim”, e perguntaram: “a senhora pode assinar?” e ela: “sim, eu assino”. Ela disse que olhou para um lado, olhou para o outro e não viu ninguém, pegou o documento e assinou. Quando foi, com um pouco mais de uma semana, incendiaram a casa dela. Foi televisado isso, incendiaram a casa dela e ela perdeu tudo. Eu e minha antiga coordenadora fomos fazer uma visita pra ela, incendiaram a casa dela por causa disso. Deram cheque moradia pra ela construir a casa, mas ela disse que não tinha como construir mais lá. Hoje ela vive de aluguel. Foi a prática mexendo com a história de vida dela, foi o peso de aprender a escrever. (Maria da Conceição, 2024)

Seguindo para o educador Gustavo, o mesmo expôs:

A partir da primeira formação foi que eu fui entender todo o processo da metodologia de Paulo Freire e aí a partir disso aplicar de fato em sala de aula. Aí, fiz todo esse processo de aprendizado, estudei, pesquisei, e a partir da formação realmente consegui compreender melhor como funcionava e vim pra prática. Por que a gente só sabe realmente como vai acontecer, como todo o trabalho, todo o processo, na prática. E aí a partir das rodas de conversa, dos temas geradores, pra que a partir dos temas geradores a gente conseguisse desenvolver realmente formação de palavras, a partir do conhecimento popular, a partir do conhecimento deles, porque na verdade eu aprendo muito mais com eles e aí a partir desse conhecimento popular, histórico é que a gente trazia temas preciosos de aula. De culinária, principalmente de culinária, falando de açaí, de pupunha, de tapioca, tudo o que realmente faça parte do contexto deles. Por exemplo, alguns relatavam que não conseguiam fazer compras, que não sabiam fazer feira, e eu dizia: “então bora trabalhar o que a gente compra na feira”. Tudo isso a partir dos círculos de cultura. A gente sentava e fazia essas rodas de

conversa, a partir de todo esse processo do círculo de cultura prévio é que eu consegui desenvolver com base na metodologia as aulas. Foi a partir disso que vi a vida deles e a minha sendo transformadas. Eu senti suas angustias, mas consegui superar com eles. (Gustavo Moura, 2024)

Da alfabetizadora Angélica, ouvimos o seguinte:

Foi transformador, primeiro porque eu entendia a realidade deles, eu também sofri preconceito na faculdade, da própria professora. Ela disse que passavam a mão na minha cabeça, pela minha idade e acabou que não me aprovou, tive que atrasar a minha conclusão. Então eu não podia e não ia fazer o mesmo. Eu me esforcei pra trabalhar a realidade, a primeira palavra que uma das minhas alunas leu foi banana, por que é o que ela via na feira onde trabalha. Dona Elizabeth queria parar, dizia que estava cansada, porque tinha idade, e eu dizia que eu também, então ia buscar eles, incentivava, e o maior presente que tivemos foi ver eles assinando o nome deles. Eles não sabiam. Criamos um laço tão grande que eles aceitaram até se matricular na escola Palmira, por um pedido meu, os professores queriam fazer uma vaquinha pra que eu continuasse com eles mesmo depois de o projeto acabar. Tivemos muitos desafios, mas o cuidado com eles e deles comigo fez com que conseguíssemos finalizar e eles estão lá, indo pra terceira totalidade. (Angélica Foro, 2024)

As histórias da prática, chegam a nós como um soco no estômago. O ato de alfabetizar influenciando a história de vida da dona Cristina, o peso de sua assinatura, nos relembra as vidas ameaçadas, as resistências e re-existências das/os outras/outros sujeitas/sujeitos da EJA. As dores são amenizadas pela superação detalhada pelo Gustavo, a culinária foi tema precioso, isso porque comer é precioso, é humano, é resistência. As dores ficam brandas mais uma vez com a felicidade estampada não só na fala, mas no rosto que as/os leitoras/es não viram de Angélica, ao narrar a relação construída com suas/seus educandas/os. Essa mesma dor nos atinge novamente ao compreendermos a sua luta para não ser o que foram com ela. Desumanos.

Os relatos da prática, nos levaram ao fundo, na base dessa pedagogia como prática da Liberdade, do oprimido, que sim, os acompanhou. Suas palavras revelaram concepções e ações advindas destas pedagogias de cunho progressista, humanas, democráticas. Revelaram a reflexão+ação, a práxis pedagógica transformadora. Estas particularidades, foram observadas primeiramente ao evidenciarmos o processo de humanização em suas atividades. Calado (2021, p.54-55) entende como ato de humanização:

o conjunto de práticas e reflexões características de uma sociabilidade alternativa ao sistema dominante, protagonizada por sujeitos coletivos e individuais, visando ao desenvolvimento das mais distintas potencialidades do ser humano, ser consciente de seu inacabamento e de seu caráter relacional, historicamente condicionado, mas não determinado, por isso mesmo vocacionado à Liberdade. (Calado, 2021, p.54-55)

Esse sociável alternativo ao sistema dominante, é essa relação construída entre as/os educadoras/es-educandas/os e as/os educandas/os-educadoras/es na contramão da relação determinada entre elas/es enquanto sujeitas/os in-humanos e o nós humano. A relação estabelecida no espaço de alfabetização as/os posiciona como sujeitas/os coletivas/os e individuais, suas individualidades misturam-se às demais criando-se com isso, objetivos e concepções comuns. A vida ameaçada, a fome, a idade e a vergonha são comuns. Suas superações, afirmações e re-afirmações são as potencialidades desenvolvidas individual e coletivamente. A percepção de suas condições em vidas violentadas, desumanizadas, dá fim ao determinismo imposto a elas/eles sobre quem e o que são.

O segundo ponto perceptível nas experiências das/os educadoras/es, foi o foco direcionado as/os educandas/os das turmas. Repetindo o citado introdutoriamente, reiteramos nossa análise embasados em Arroyo (2021), ao destacar que na pedagogia como prática da liberdade, do oprimido, o importante não são os métodos ou conteúdos, mas as/os sujeitas e sujeitos que delas fazem parte. Não há nelas, proposições de como educá-las/os, ensina-las/os, socializá-las/os, mas o mergulho na análise e na prática partindo do como se educam, aprendem e socializam. Cada uma destas especificidades, são apreendidas, “estando atento às suas presenças e a seus movimentos sociais e culturais, a suas práticas de liberdade e de recuperação da humanidade roubada” (Arroyo, 2021, p.27).

As/os educadoras/es atentaram-se a essas histórias de vida. À história da dona Cristina e seus sete filhos, assim como, a sua necessidade de alimentá-los, à importância de fazer o leite, enquanto alfabetizava. Atentaram-se ao fato de alguns não saberem fazer feira e transformaram o espaço de alfabetização em uma. Construíram uma feira farta de pupunha, açaí, tapioca e tudo mais que estivesse ali, na realidade delas/es. Atentaram-se aos seus cansaços, devido à idade e fizeram da semelhança a justificativa para seguirem, juntas/os. Atentaram-se aos seus saberes, seus fazeres, suas culturas, seus valores, aos seus corpos em movimento, que falam e traduzem vidas violentadas, ameaçadas, resistentes e re-existent.

Essa atenção amorosa, esperançosa, límpida, direcionada a estas/es sujeitas e sujeitos, compõe a soma desta pedagogia humanista freireana, que segundo Chacon (2021, p.105) preocupa-se em pensar com atenção e transparência questões de “recorte antropológico-filosófico”. Com efeito, o autor revalida nossos pensamentos, ao descrever que esta pedagogia humanista com seus olhares atentos e límpidos, enquanto pedagogia do oprimido, nasce de problemas atinentes “ao sofrimento humano, isto é, a partir de realidades concretas de desigualdade, opressão, violência, de coisificação humana, de negação da liberdade e do próprio ser do(a) outro(a), de sua condição de pessoa plenamente humana” (Chacon, 2021, p. 105).

Nasceu dos problemas relativos ao sofrimento humano, ao sofrimento da Cristina, da Elizabeth, das Marias, dos Joões. Nasceu das realidades ameaçadas, violentadas dessas/desses outras/os que não fazem parte do nós. Realidades essas que não deixam de ser refletidas, questionadas, isso pois, na pedagogia do oprimido, a dialogicidade do real conduz a prática. Estes diálogos, fizeram-se presentes nos relatos. Do mesmo modo, estão presentes na pedagogia freireana, sendo seu pilar, afinal, sem diálogo, não há educação humana, libertadora.

O diálogo, segundo Dickmann (2020, p. 44-45), faz homens e mulheres comunicarem-se com a realidade levando-os a “entender cada vez mais a sua inconclusão e sua vocação ontológica, despertando a sua consciência crítica até perceber qual deve ser a sua intervenção-práxis na realidade desumanizadora para transformá-la” (Dickmann, 2020, p. 44-45). Para ele, esse é o itinerário da desumanização para a humanização.

Nesse itinerário de superação a desumanização, estas/estes jovens, adultas/os e idosas/os vão descobrindo-se, vão sabendo-se vivendo opressões, desumanizações, despolitizações, vão sabendo-se vivendo vidas ameaçadas. Por esse motivo, essa educação libertadora é do mesmo modo reveladora e carrega em si, um segundo princípio fundamental, o da politização. Isso pois, nos embasando em Dickmann (2020):

Se educar é um ato de mudança – das pessoas e dos contextos onde estão inseridos – então, a educação é política, não porque assim queria Freire, mas porque ela implica numa rede de relações sociais e, portanto, interligadas ao todo da realidade. Há uma ligação política na relação entre quem ensina e quem aprende, assim como há relação política entre as pessoas nas demais esferas da vida pública. A negação da politicidade da

educação já é um ato político-ideológico, em torno de uma visão de mundo-distinta desta, obviamente. (Dickmann, 2020, p. 122)

Há ligação política entre Conceição e suas/seus educandas/os, entre Gustavo e suas/seus educandas/os, entre Angélica e suas/seus educandas/os. E se a educação é política por suas redes de relações sociais, interligadas ao todo do contexto, ela igualmente não pode ser neutra. Não existe, por isso, neutralidade nas práticas pedagógicas. Não há neutralidade na horizontalidade do saber entre educadora/or–educanda/o e educanda/o–educadora/or. Não há neutralidade no ato de educar, independente de quem o execute. Não há neutralidade no ato de educar, mesmo que este seja de cunho desumano e opressor, bancário.

Freire (2020, p. 44) corrobora com o pensamento ao ponderar que uma das bonitezas da prática educativa “está exatamente no reconhecimento e na assunção de sua politicidade que nos leva a viver o respeito real aos educandos ao não tratar, de forma sub-reptícia ou de forma grosseira, de impor-lhes nossos pontos de vista” (Freire,2020, p. 44).

O reconhecimento a essa politicidade, nos faz reconhecer e respeitar suas histórias e identidades. O respeito, a valorização, o cuidado com suas dores e sonhos, para além de ato político, é também política de permanência. Elas e eles buscam espaços humanos, para aprender-ensinar, ensinar-aprender, para estar, para ficar. Sem isso, elas/eles vão, evadem, abandonam, pois de opressões, de desumanizações, estão fartas/os.

A política de permanência foi exposta nas narrações. Suas falas são humanas, humanizadas e nos permitem com isso, responder ao questionamento se elas/eles enquanto educadoras/es fizeram dos espaços/tempos das turmas de alfabetização, tempos/espaços de um digno e justo viver, espaço humano. Fizeram!

Nossa resposta, entretanto, permeia a linearidade da teoria. Sendo assim, visando a certeza, as/os indagamos se os desafios apresentados foram superados ao longo do movimento.

Maria da Conceição destaca:

O de buscar não, porque essa busca ela é constante, de início vinham 12, 13, depois deu uma queda, aí eu tinha que continuar, porque eu precisava levar a frequência e não só a frequência como as produções. Então eu precisava ter aluno, eu não ia falsificar, então essa busca, ela é constante, não ia dizer a parou, quando chegou junho era uma quantidade, em Agosto veio a queda. Eu precisei de novo correr atrás. (Maria da Conceição, 2024)

Gustavo Moura, enfatiza:

Não foi superado, a busca ainda é um desafio, porque a gente vai bate de porta em porta e realmente, ele só faz acontecer quando explica, e um detalhe muito importante. Conseguimos um número maior por estarmos em grupo, unimos forças, mas a professora Livramento e a comissão fomos juntos, então eles viam o movimento acontecer. Sozinho, eles não querem nem abrir a porta. Então essa é uma sugestão, que o trabalho de divulgação seja efetivamente nos bairros periféricos, que venha esse movimento, mas que seja um movimento em quantidade, com carro som, bike som e que esse grupo realmente vá ali pra fazer esse chamamento. Eu acho que o resultado vai ser maior assim.

Por fim, Angélica Foro expõe:

Foi superado, porque conseguimos criar um elo de amizade, de respeito, então a gente tava sempre em contato um com o outro. Às vezes eu ia buscar um na casa do outro, então foi muito importante esse acolhimento em que a gente chegou mesmo e conversou. Tanto é professora, que esses meus educandos, seguiram na escola, se matricularam na 1ª totalidade e já vão passar para a 3ª.

As descrições deixam claro a não superação de um dos desafios, o da busca. O da permanência, fica subentendido devido a não menção de Gustavo e Maria da Conceição e explícito na fala de Angélica. Porém, analisemos atentamente as falas! A busca ativa para Maria da Conceição é constante, em Junho a turma possuía um quantitativo, em Agosto esvaziamento, o que a fez “correr atrás” novamente. Gustavo, seguiu precisando bater de porta em porta, não se referiu ao permanecer das/os educandas/os, mas seguiu buscando e avaliando a relevância do trabalho coletivo. Angélica alegra-se de ter superado a dificuldade, mas não extinguiu a necessidade de ir “buscar um na casa do outro”.

Diante disto, podemos atestar ante ao exposto, que busca e permanência ao se tratar de EJA, caminham juntas. Torna-se fato, não existir permanência sem busca, sem inovações, sem encantamentos e re-encantamentos. E se a busca não foi superada, a permanência destas outras/outros sujeitas/sujeitos nas turmas de alfabetização também não foi. Suas trajetórias, histórias pesam. Seus itinerários, do trabalho para a EJA, para as turmas de alfabetização pesam. Por isso, criar um ambiente humano de políticas afirmativas, de acolhimento e segurança às suas vidas marcadas, violentadas, ameaçadas não é o suficiente para mantê-los. Para mantê-los é preciso buscá-los.

Buscando-os é preciso reafirmá-los, valorizá-los. É preciso buscá-los até que elas/eles tenham autonomia para buscar a si mesmos e encontrá-los presentes no mundo. A busca é constante e incessante, é indispensável, é ato de amor, de fé, de esperança, de humildade. A busca é política. É pedagógica. A busca revela a valorização do tempo, dos percursos e caminhadas destas outras/outros sujeitas/os. A busca tem significado radical e sua radicalidade reconhece esses seus itinerários por uma vida mais justa.

Nossas bases teóricas, a exemplo Arroyo (2019, 2020, 2021), evidencia em seus escritos o verbo chegar. Para ele estas/estes sujeitas/sujeitos com vidas ameaçadas, violentadas, em situação de opressão/desumanização/despolíticação “chegam” a EJA. Elas/eles vão chegando. Neste trabalho, prezaremos pelo verbo buscar. Nós os “buscamos”. Tal palavra não pode ser extinta, pois escancara mais um desafio da EJA, das turmas de alfabetização, do Movimento Alfabetiza Belém. Tal verbo, aliás, não ecoa exclusivamente de nossas vozes, mas, das vozes das/os educadoras/es, de suas práxis pedagógicas, de suas histórias.

Portanto, finalizamos esta seção com a certeza de ser a busca o maior desafio do Movimento Alfabetiza Belém. Esta, da mesma forma, está longe de ser superada, pois é evidente que as/os educandas/os da EJA, não apenas chegam, muitas/os delas/es buscamos para que possam chegar, não uma ou duas vezes, mas todas as vezes em que suas vidas, suas histórias, suas realidades pesarem e estas, pesam cotidianamente.

Reforçamos, não existe EJA sem busca. Ela é o primeiro e último passo da ação educativa. E se ela está do começo ao fim, afirmamos, ser ela também, pilar desta pedagogia crítica, democrática. Nossas observações vão além e diante da escuta das/os alfabetizadoras/es, atestamos não ser possível uma Belém, livre do analfabetismo, sem um movimento intenso de busca ativa. Buscas humanas, que reconheçam as identidades, culturas, territórios, os corpos em movimento dessas pessoas não alfabetizadas.

3.1. TRACEJANDO UM FIM, PARA TRAÇAR UM RECOMEÇO

Será que essa minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir
Por mais zil anos
(Caetano Veloso)

As vozes das/dos educadoras/es populares ecoaram e reafirmaram não existir EJA sem busca, sem marchas chamativas. Caminhando, estas mesmas vozes junto aos corpos das/os educandas/os do Movimento Alfabetiza Belém chegaram ao evento de certificação, realizado no dia 29 de Novembro, segundo dia do 19º Diálogos de Saberes cuja temática foi: “Educação libertadora para uma Belém alfabetizada, Educada, Leitora, Inclusiva e Antirracista”.

Seus corpos, seus sonhos e suas histórias chegam para receber seus certificados de pessoas alfabetizadas. Antes de falar do evento, entretanto, cabe o destaque lacônico das ações paralelas realizadas por comissão do Movimento Alfabetiza Belém e Coordenadoria da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – COEJAI/SEMEC.

As duas articulavam-se em prol da garantia de direito das/os educandas/os da EJA, fazendo existir com isso, dois movimentos: o de alfabetização por fora das escolas (turmas do Alfabetiza Belém) e o de alfabetização por dentro das escolas (1ª e 2ª totalidade da EJA). A metodologia criada para o cruzamento das ações era: ao delimitar-se o território da busca, identificaria-se neste e/ou em suas proximidades escolas com EJA, tanto quanto, os possíveis espaços de funcionamento das turmas de alfabetização.

Feito isto, engrenava-se a caminhada de diálogos para encantamento e convencimento das/os pessoas em situação de analfabetismo a matricularem-se na escola, ou turma de alfabetização mais próxima. No caso de inscrição primeira nas turmas de alfabetização, a segunda ação seria o re-encantamento fundado nas reflexões críticas exercidas nas turmas, para que estas/estes ocupassem o espaço escolar, do qual, as/os mesmas/os possuem direito.

Foram ocupando. Algumas/uns de imediato, outras/os após uma sequência de diálogos, reflexões e debates. Elas/eles estavam lá, imergindo na dinâmica escolar, retornando, re-lutando pelo seu justo viver. Para Arroyo (2017, p. 110) “reconhecer esses vínculos entre ida e volta à escola e lutar pelo reconhecimento

como sujeitos do direito a um justo viver confere novos significados político-pedagógicos à escola, à EJA e à docência”.

A ressignificação política e pedagógica, entretanto, depende de um reconhecimento conjunto daquelas/es que compõem o espaço escolar. O novo tempo de ressignificações depende das práticas educacionais/educativas, que segundo Paiva (2006, p. 522-523):

Por muito tempo, e até hoje, continuam compreendidas no âmbito do atendimento aos que não sabem ler e escrever, privados da rede de conhecimentos que se produz, se organiza, se dissemina, se socializa por meio da escrita, sem que o acúmulo de experiências se associe a sucesso, na luta “contra o analfabetismo”.

As práticas capazes de ressignificar, posto isto, não são estas no âmbito do atendimento, do assistencialismo, mas, estas da esfera da transformação. As mesmas que representam o nadar contra a correnteza, que representam a educação popular ultrapassando os muros escolares. E essa educação popular nas escolas, na rede pública é “exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade”. (Freire, 2020, p.118).

Desvelando tais cenários e contextos, compreende a complexidade da vida humana, dessas vidas ameaçadas. Freire (2020) ao refletir a educação popular implementada em sociedade, nos auxilia no pensar estas ações de ressignificação política e pedagógica da escola, da EJA, da docência. Segundo ele, efetivada em sociedade, não nega a importância das presenças afirmativas ali presentes, da comunidade, dos movimentos populares, destas/es outras/os sujeitas/os, mas aproxima-se destas/es, para com elas/eles aprender e assim para elas/es poder ensinar também.

Além disso, enxerga a escola como um espaço aberto à comunidade. Não fechada, trancada no egoísmo da comunidade docente e não docente que vê nestas presenças afirmativas uma ameaça à escola. A escola e suas práticas educativas, sendo populares, não podem estar “imunes ao que se passa nas ruas do mundo”. (Freire, 2020, p.120).

As afirmações demonstram ser a EJA, um importante espaço de educação popular, onde nesta, de acordo com Calado (20, p. 135) são construídas “múltiplas e fecundas interconexões, das quais sublinhamos algumas de passagem: interconexões de caráter epistemológico, de natureza política e de feição

pedagógica”. Essas interconexões entre educação popular e EJA, das quais somos chamados a exercitar, fundados nesta pedagogia freireana, democrática e humana, entretanto, exigem um efetivo trabalho de base.

Por isso, pensando este quefazer e intencionando materializar estas concepções, criou-se um roteiro de estratégias por parte da COEJAI, a fim de, ao traçar o fim das turmas de alfabetização do Movimento Alfabetiza Belém, pudesse-se traçar um recomeço nas escolas com EJA da RME. A sistematização desse recomeçar galgou por assessoramentos contínuos, formações permanentes, rodas de conversa abertas com educadoras/es, educandas/os, gestoras/es, equipe escolar e comunidade. Atravessou pelo trabalho paralelo de ir buscando as/os novas/os educandas/os daqueles espaços.

A consequência ao exercício da tarefa, foi ver elas/eles chegando das turmas de alfabetização, das comunidades próximas, de seus trabalhos, de seus itinerários para a EJA, para as escolas. E estes meios utilizados para suas chegadas, foram apresentados antes de tratarmos sobre o evento de certificação, referido a princípio, para justificar a divisão no número de pessoas certificadas, entre, as/os educandas/os certificadas/os pelo Movimento Alfabetiza Belém e as/os educandas/os certificadas/os pelo Alfabetiza Belém com a EJA.

Assim sendo, após o exposto, em um primeiro momento, como ato de comemoração ao dia mundial da alfabetização, em 08 de Setembro de 2022, aconteceu a primeira certificação, onde 365 educandas/os da EJA da Rede Municipal de Ensino, receberam seus certificados de pessoas alfabetizadas. O segundo e último momento, foi no previamente mencionado 19º Diálogos de Saberes, no qual, certificou-se mais 690 alfabetizandas/os, sendo, 366 pela EJA e 324 pelo movimento Alfabetiza Belém por fora das escolas. Neste evento, somava-se o total de 1.055 pessoas certificadas como alfabetizadas/os.

Figura 23: Evento de certificação Alfabetiza Belém com a EJA



Fonte: Autora, 2022

Figura 24: Evento de certificação do Movimento Alfabetiza Belém e Alfabetiza Belém com a EJA junto à formatura das/os educandas/os das 4a's totalidades da RME.



Fonte: Autora, 2022

Os momentos, arriscando uma repetição, tracejaram um fim, para traçar um recomeço. Os certificados entregues, representavam a ressignificação das práticas, mas não anularam a complexidade da continuidade, do inacabamento humano, de suas lutas por uma vida mais justa. Não anularam suas vidas ameaçadas e violentadas que precisariam seguir sendo afirmadas, reafirmadas. Precisariam seguir sendo resistentes, re-existent, transgressoras, a fim de garantir esse direito à

esperança, para que, elas/eles minorias que são maioria, “operando o presente, tenham futuro”. (Freire, 2020, p.125).

4. OLHANDO BELÉM, OLHANDO O MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM

O sol da manhã rasga o céu da Amazônia
 Eu olho Belém da janela do hotel
 As aves que passam fazendo uma zona
 Mostrando pra mim que a Amazônia sou eu
 (Nilson Chaves)

Para esta última sessão, queremos, tal qual Nilson Chaves, olhar Belém. Olhar a totalidade do percurso do Movimento Alfabetiza Belém. Nilson, entretanto, olhou Belém da janela do hotel, nós, olharemos da janela de nossos movimentos, de nossas escrituras, de nossas práxis. Olharemos o Movimento Alfabetiza Belém sob o contexto da Amazônia, afinal, “a Amazônia sou eu”, somos nós, todas e todos nós que por suas terras andarilhamos.

Essa realidade amazônica é percebida primeiramente nos itinerários das pessoas que dela fazem parte. São percursos de bairros periféricos, para bairros nobres, travessias dos rios para a cidade, das ilhas para a capital. São percursos históricos que destacam o selo de certa época, dos gostos e dos estilos de certo tempo. Neste tempo, carregamos ainda o selo da desigualdade social, econômica, cultural. Carregamos o selo de ainda “não fazer parte da nação”.

Não fazemos, somente no olhar individualizado e egoísta do nós. Isso porque, as/os outras/os sujeitas/os desumanizadas/os, violentadas/os, excluídas/os conectam-se através de suas similaridades. O analfabetismo conecta a Amazônia ao Brasil. O analfabetismo não é assunto isolado de uma região, não é problemática exclusiva da Amazônia, do Norte, do Pará, de Belém ou do Movimento Alfabetiza Belém. O analfabetismo é retrato de uma desigualdade nacional, possui ênfase nas regiões Norte e Nordeste, porém, ainda sim, nacional.

A análise sequencial deste macro (Brasil) para o micro (região) nos revela singularidades indispensáveis ao olhar para esta educação na Amazônia, para a EJA na capital paraense, para a totalidade do percurso do Movimento Alfabetiza Belém. Deste modo, começamos pela primeira revelação: o número total de pessoas em situação de analfabetismo com 15 (quinze) anos ou mais.

De acordo Nery (2022) o Censo Demográfico de 2022¹⁶, mostra que, de 163 (cento e sessenta e três) milhões de pessoas de 15 (quinze) anos ou mais, 11,4 (onze milhões e quatrocentos mil) não sabiam ler e escrever um bilhete simples. Somando então, uma taxa de analfabetismo de 7%. Vale grifar, que no Censo 2010, a taxa de analfabetismo era de 9,6%.

A diferença representa um número de 4,2 (quatro milhões e duzentos mil) pessoas. Nosso questionamento, diante desta diminuição, gira em torno das considerações aplicadas à análise dos dados. Refletimos a expansão do investimento na educação, a garantia do acesso à educação em caráter universal, tanto quanto, a garantia de acesso a programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos. No entanto, ainda nos questionamos: teriam os analistas ponderado questões específicas como óbitos? Quem são essas/es sujeitas/os que passam a compor a lista de pessoas alfabetizadas? Quais seus territórios, raças e gêneros? Como chegaram a EJA? chegaram de fato ou foram buscados?

Muito mais que números, nos importa saber suas trajetórias, histórias e itinerários. Sabemos, todavia, que os percursos são os mesmos, do trabalho, da “labuta”, dos centros de acolhimento e assistência, dos assentamentos, dos quilombos, dos rios para a EJA. Suas histórias, compostas por heterogeneidades, se esbarram na semelhança da humanidade roubada. Os trajetos são familiares, carregam em si o cansaço, o medo, a ameaça, a resistência e re-existência.

Mais de quatro milhões de sujeitas e sujeitos andarilhando por seus territórios, seus estados, suas cidades e suas periferias, com suas vidas ameaçadas, em busca de um justo e digno viver, em busca da garantia de seus direitos básicos, humanos. O reconhecimento dessa humanidade, de suas dignidades humanas, entretanto, de acordo com Arroyo (2017, p.107) está condicionada a sua escolarização. E é alicerçado nessa afirmação que o autor, nos apresenta ainda, a visão abissal que acompanha a tensa história da EJA, cujas raízes são a “resistência do pensamento social, político e até pedagógico a vê-los e a reconhecê-los como humanos,

¹⁶ Os dados apresentados, encontram-se disponíveis em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdadespersistem#:~:text=Em%202022%2C%20havia%2C%20no%20pa%C3%ADs,%2C%25%20deste%20contingente%20populacional](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdadespersistem#:~:text=Em%202022%2C%20havia%2C%20no%20pa%C3%ADs,%2C%25%20deste%20contingente%20populacional.). Acesso em 10 de Set. 2024

cidadãos plenos. “Já” ou a “continuar” vendo-os como ainda não cidadãos, ainda não humanos plenos porque não escolarizados” (Arroyo, 2017, p.107).

Sem escolarização e por isso desumanos? Por isso dignos das precariedades sociais, econômicas e políticas? O Movimento Alfabetiza Belém, a EJAI, nos escancara essa debilidade. São andarilhas/os que percorrem vielas, becos, florestas, águas almejando o reconhecimento de suas vidas ameaçadas. São andarilhas/os acorrentadas/os entre as quatro paredes dos centros de recuperação, almejando marchar, por meio das letras, das leituras de mundo, precedentes das leituras das palavras.

Os sem escolarização e por isso desumanos, conforme o Censo de 2022, estão em sua maioria nas regiões Norte e Nordeste. Esses dados reafirmam as persistentes desigualdades regionais. O Norte e Nordeste só queriam fazer parte da Nação. De nossas janelas, pedimos licença para direcionar o foco ao Norte, nosso território. Porém, deixemos claro, do Norte, não deixaremos de olhar para o Nordeste, pois nossas semelhanças nos unem, em favor destas/es outras/os sujeitas/os contra o nós opressor, que insistentemente, durante e após o “ele não”, ressurgiu vozeando seu Deus acima de todas/os. Acima de nós, nortistas e nordestinos.

Do Norte, estampamos a porcentagem de 8,16%¹⁷ de pessoas de 15 anos ou mais em situação de analfabetismo. Esta taxa equivale ao número aproximado 1,4 (um milhão e quatrocentos mil). Afunilando os dados, identificamos em Unidade de Federação, Estado do Pará a taxa de 7,4%, aproximadamente 600.000,00 (seiscentos mil) pessoas. Estreitando um pouco mais, partimos para a região metropolitana, cuja taxa de analfabetismo apresentada em 2022 foi de 2,5%. Índice que, ao considerar-se a estimativa populacional do município de Belém, corresponde a 32.585 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta e cinco) pessoas em condição de analfabetismo.

Da janela de nossa pesquisa, que se faz vizinha a janela do Movimento Alfabetiza Belém, porém, questionamos as inconsistências dos dados apresentados pelo setor de planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém – SEMEC, tanto quanto, da Prefeitura Municipal em documentos oficiais como o

¹⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=39980&t=resultados>. Acesso em 15 de Set. 2024.

Plano Plurianual de Gestão, pilares do Movimento Alfabetiza Belém. Antes de nos contrapormos, nesta última análise, cabe, rememorar algumas palavras.

Na segunda seção desta dissertação, destacamos as escrevivências dos levantamentos realizados pelo Movimento Alfabetiza Belém. A pesquisa perpassou pelos dados disponibilizados pelo TRE/PA, destacando-se neste, o número de 7.299 (sete mil duzentos e noventa e nove) eleitoras/es de 15 anos ou mais, autodeclaradas/os em situação de analfabetismo. Na sequência, índices do CadÚnico de 2019, cujos números apresentados foram: 11.026 (onze mil e vinte e seis) pessoas que declararam nunca ter frequentado a escola. Por fim, somou-se aos anteriores a PNAD de 2019, indicando 2,5% de pessoas de 15 anos ou mais em situação de analfabetismo na região metropolitana de Belém. Gerando um total de 32.585 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta e cinco) pessoas de 15 anos ou mais nessa condição.

São estes dados, que ao analisarmos a totalidade do Movimento Alfabetiza Belém, cotejaremos e/ou se necessário contraporemos. Sendo assim, grifamos que já nas escrevivências dos levantamentos, notamos a inviabilidade de limitar-nos exclusivamente aos números do TRE/PA, isso pois, jovens de 15 anos não detêm poder de voto e para maiores de 16 anos a menores de 18 anos, maiores de 70 anos e pessoas não alfabetizadas o voto é facultativo.

Partindo para o CadÚnico, ressaltamos alguns pontos, a exemplo, a não contemplação de toda a população belenense ao cadastro único para programas sociais. Da mesma forma, a existência das/os cidadãs/os invisíveis. São elas/eles, sujeitas/os que se quer possuem documentos básicos como carteira de identidade, tanto quanto, aquelas/es que desconhecem a possibilidade de cadastro ao instrumento de coleta de dados.

Igualmente, ponderamos o fato de não levar-se em conta o número de óbitos pela Covid19, uma vez que, trata-se de dados anteriores à pandemia. Ao fim, ainda grifamos o ano de realização da pesquisa e instituição do movimento, 2021. Neste ano, jovens de 13 anos em situação de analfabetismo entrariam na faixa etária dos 15 anos, passando a compor a idade mínima da EJAI, da mesma forma, os jovens de 14 anos que em 2021 passariam para o intervalo etático de 16 anos.

Os contrapontos seguem e chegam a PNAD de 2019. Os quantitativos permanecem congêneres aos de 2022. Contudo, evidenciamos o fato dos dados se

referirem à Região Metropolitana e não ao Município. A distinção na rotulação expõe nova inconsistência, isso pois, região metropolitana é um recorte espacial formado por metrópole e municípios integrados a ela. Logo, Região Metropolitana de Belém é o agrupamento dos seguintes municípios: Belém, Ananindeua, Castanhal, Marituba, Santa Izabel do Pará, Benevides e Santa Bárbara do Pará.

Logo, considerando novamente a PNAD, a população estimada da Região Metropolitana de Belém é de 2.463.988¹⁸ (dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e novecentos e oitenta e oito). Sendo a taxa de analfabetismo fundada no quantitativo populacional da Região Metropolitana, o número real, ante ao destrinchamento da porcentagem, seria de 61.600 (Sessenta e um mil e seiscentos) pessoas em situação de analfabetismo.

Sob a posse dessa informação, retomamos o questionamento: Qual seria então o dado real de pessoas em situação de analfabetismo no município de Belém? Apesar dos contrapontos, os dados de maior limítrofe são do Cadúnico. Tal contraste, igualmente, pode somar-se às justificativas apresentadas pela gestão municipal para utilização das informações deste instrumento de coleta de dados. As contradições, ainda, nos fazem ratificar a essencialidade da busca ativa. O buscar nos apresenta sujeitas/os reais à espera apenas deste “encontrar”, para então marchar, para tornarem-se evidência quantitativa em busca de uma vida qualitativa.

A busca ativa é o primeiro passo de uma sequência metodológica que abraça os reconhecimentos necessários destas vidas resistentes e re-existentis da EJAI. Sem busca, não se tem acesso a dados reais, sem busca não se tem a certeza de superação do analfabetismo na cidade das mangueiras. Sem busca não reconheceremos estas/es outras/os sujeitas/os diferentes, que vivem em meio ao nós “iguais”.

O reconhecimento é outro verbo indissociável do buscar. Ambos, ainda, possuem uma necessidade em comum: só podem ser postos em práticas por aquelas/es que acreditam em novas vidas e sociedades possíveis. As/os militantes, educadoras/es populares das escolas e movimentos são a esperança de um novo

¹⁸ Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9605#resultado>. Acesso em 20 de Set. 2024

que fazer pedagógico que inicia-se com o buscar. Arroyo, acompanha nossos pensamentos sobre este esperar, que não espera.

Enquanto as teorias e políticas educacionais não reconhecerem os diferentes como iguais elas não se reconhecerão a si mesmas como espaços de igualdade. Continuarão sonhando. Curtos e perturbados sonhos pedagógicos. A esperança está no aumento de militantes, de docentes/educadores nas escolas e nos movimentos populares que afirmam identidades positivas. As reconhecem. Esse reconhecimento é a exigência radical que vem dos movimentos sociais para que as teorias pedagógicas sejam outras. (Arroyo, 2014, p. 129)

A exigência radical que vem dos movimentos sociais, para o que fazer destas outras pedagogias parte deste reconhecer. Sequencialmente, após a busca, torna-se emergencial distinguir estas vidas em constante resistência e re-existência. Não reconhecê-los de tal modo, não permitir a elas/eles outras pedagogias humanizadoras, nos leva a outra ação presente na inquietante história da EJAI, as evasões. Lembremo-nos dos desafios vozeados pelas/os alfabetizadoras/es na seção anterior. São eles, busca e permanência.

O verbo evadir, está junto a EJAI desde que esta se efetivou direito básico, humano. Isso porque, ela está ligada diretamente ao sobre(viver), destas/es outras/os sujeitas/os em vidas resistentes e re-existent. Não há como superar o analfabetismo em Belém, quiçá no Brasil, se de antemão, não superarmos as evasões. Não há como superar evasões sem antes compreender e reconhecer todas as singularidades presentes no espaço-tempo da EJAI.

A não compreensão e reconhecimento, terá como consequências, saídas. Justificáveis saídas. Expressadas, inclusive em alguns discursos de educandas/os do Movimento Alfabetiza Belém ao falarem sobre o retorno à escola, a EJAI: “como estar ali se minha história não é ouvida?”, “Ali meus saberes não são levados em conta!”, “Eu tinha medo e ninguém entendia”. Suas dores, medos, angústias, ressentimentos, regem seu viver e este viver-sobre(viver) significa para elas/es segundo Arroyo (2017, p. 57): “ter o que comer, ter um salário, ter uns trocados. Quando até essas bases do viver e do trabalhar são incertas, a incerteza invade seu viver no presente e no futuro. Destrói suas identidades sociais. A incerteza invade até sua volta aos estudos”.

Como desconsiderar todas estas particularidades? Como não compreender ou saber se o lanche antes das aulas é a única refeição delas/es? Como evitar ouvir

suas histórias, memórias se isso representa o que elas/es são? Como não reconhecer o cansaço de um dia intenso de trabalho somado ao longo itinerário até a EJAII ao observar a/o educanda/o que luta contra o sono em sala? Os questionamentos afligem, ecoam, mas as reflexões críticas relativas a eles, nos apresentam respostas irrefutáveis relacionadas às dimensões antiéticas da docência.

Arroyo, (2019) nos apresenta a dimensão ética da pedagogia, da docência, entre elas está o reconhecimento de que toda a vida merece ser vivida. O contrário disso é antiético, desumano. O contrário disso, são as respostas para as evasões na EJAII, que não são abandonos, são expulsões. A vista disso é que corroboramos o pensamento de Freire (2021) ao frisar que “o que vale mesmo é a realidade que é e não o sonho que joga como que gostaríamos que fosse.”

Esta é a realidade delas/es, nossa realidade. São estas realidades, suas essências, as outras pedagogias fundadas nelas, as responsáveis por garantir a permanência, inquietação, curiosidade, inconformidade, humanização delas/es. Perante essa metodologia de valorização e reconhecimento da EJAII e das vidas nela presentes, nos cabe delinear: após o buscar, efetiva-se indispensável reconhecer as vidas que buscamos e de suas essências criar os vínculos necessários para condução das práxis pedagógicas construídas com elas/es e não para elas/es. Por tudo isso, é que Paulo Freire nos estampa que:

a educação de que precisamos em tempo de tão rápidas e às vezes inesperadas mudanças não pode ser a que nos deixe *quietos, conformados, discretos, e indiferentes* mas, pelo contrário, a que nos abra a porta à inquietação, à inconformidade, à curiosidade incontida, à impaciente paciência. Educação da e para uma democracia crítica que implica rigorosa fundamentação ética, respeito de uns pelos outros, gosto da solidariedade, por tudo isto, uma democracia que ultrapasse os estreitos limites éticos da chamada “lei do mercado”, onde só há espaço para o lucro. (Freire, 2021, p. 117)

A educação da e para democracia crítica mencionada por Freire, permeia as dimensões éticas supracitadas. Não poderia ser diferente, afinal, ações antiéticas e imorais, não cabem em uma pedagogia caracterizada do oprimido, libertadora. É preciso, por isso, de antemão, superar estes sublinhados estreitos limites éticos das “leis do mercado”, para então se superar as evasões. Para assim, superar o analfabetismo. Enquanto o contrapoder destas pedagogias, da educação popular

não imergirem de fato nas turmas de alfabetização, na EJAI, seguiremos apenas fazendo buscas ativas sem resultados eficazes posteriores.

A proeminência feita, cabe para analisarmos os quantitativos ainda existentes de pessoas em situação de analfabetismo. Ao final da terceira sessão informamos terem sido alfabetizadas/os um total de 1.055 sujeitas/os em situação de analfabetismo pela Prefeitura de Belém através do Movimento Alfabetiza Belém e EJAI da Rede Municipal de Ensino - RME. Ao fim do primeiro semestre de 2024, este número havia aumentado para 3.292 jovens, adultas/os e idosas/os alfabetizadas/os. Ao levar-se em conta os números delimitados como base pela PMB e comissão do Movimento Alfabetiza Belém, sendo este o quantitativo de 11.026 (onze mil e vinte e seis) do Cadúnico, chegamos à estimativa de 7.734 (sete mil setecentos e trinta e quatro) pessoas a serem alfabetizadas.

A conjectura, para além de números, representa pessoas que ainda serão buscadas, encantadas, re-encantadas, reconhecidas em suas vidas ameaçadas, desumanizadas, violentadas, resistentes. Para elas/es, tal qual, para todas/os as/os jovens, adultas/os, idosas/os que compõem a EJAI perpassando as ainda em processo de alfabetização, até as que chegam ao Ensino superior, deverão ser apresentados os conceitos fundantes da EJAI. Direito e democracia. Caso contrário, as/os perderemos. Caso contrário não chegaremos a almejada superação do analfabetismo e esta afirmação não é exclusivamente nossa. As/os alfabetizadoras/es populares do Movimento Alfabetizam Belém nos trazem reflexões sobre esta possibilidade da Mangueirosa vir a ser, uma capital livre do analfabetismo.

Para Maria da Conceição conseguimos:

Em conjunto, é como eu falei, em conjunto consegue, porque só uma Conceição em uma periferia, não consegue. Eu consigo alfabetizar o que eu consigo trazer pra cá, mas e esses outros? Mas a gente consegue, juntos. A prefeitura faz um bom trabalho, mas a gente fica muito só, a gente corre atrás só, a gente se arrisca mesmo só. E tem isso, mas a gente consegue sim, eu já consegui, mas precisamos de mais. (Maria da Conceição, 2024)

Gustavo, se soma e diz:

Conseguimos, é o primeiro programa que eu faço parte, que realmente faz acontecer. Infelizmente por muitos anos, tivemos inúmeros governantes que não se importavam com a educação e hoje com todas as dificuldades, onde a gente vem fazendo gradativamente acontecer o programa sim, vai conseguir, não vou dizer que 100%, mas já avançamos muito durante os

últimos anos pra que a gente consiga superar o analfabetismo. (Gustavo, 2024)

Por fim, Angélica explica:

Acredito que conseguimos superar, desde a coordenação, até os alfabetizadores. Você viu o quanto nos esforçamos pra conseguir. Mas ainda tem alunos escondidos, com vergonha de falar que não sabem ler e escrever, eles ainda estão por aí. E a gente vê que vale a pena o esforço, por eles. Eu vi alguém comentar que quando chega na hora de pedir pra políticos, pede transporte, tijolos, mas não pede educação, precisamos pedir educação, mais turmas, investimentos pra superarmos. (Angélica, 2024)

Os discursos reafirmam nossos posicionamentos, se somam as nossas perspectivas, tanto quanto, as nossas coadunam com as delas/es ao evidenciarmos ser possível, desde que coletivamente. Somando esforços. Declarar Belém, cidade livre do analfabetismo, “é difícil, mas é possível.” (Freire, 2021). Para tanto, é também preciso sistematizar a metodologia apresentada pelo próprio movimento que resume-se em: Busca ativa + reconhecimento + política de permanência.

A sequência metodológica nos responde, igualmente, se o Movimento Alfabetiza Belém se tornou de fato movimento ou se perdeu na institucionalização. Neste fim, da janela de nossas análises, de nossas reflexões e contrapontos, indicamos as várias vezes em que a institucionalização das coisas engoliu o Movimento Alfabetiza Belém. Contudo, na institucionalização destas, nunca perdeu a característica do movimentar que funda-se no “pisar na lama”. No adentrar periferias, vielas, rios, florestas, águas. No chegar a associações, centros, igrejas, terreiros, presídios, assentamentos, escolas, casas e afins. No expandir e expor direitos básicos, humanos. No sofrer pela necessidade de seguir burocracias, porém sem esmorecer e ir à luta com os instrumentos que se tinha. Movimento, se faz do verbo movimentar e mesmo de forma limitada, o Alfabetiza Belém foi executando este verbo por haver nele, pessoas comprometidas/os ética, social e culturalmente com as/os jovens, adultas/os e idosas/os belenenses em situação de analfabetismo.

Portanto, é definindo estas características, que apontamos o Alfabetiza Belém como Movimento. Entretanto, ao considerarmos a abrangência e polivalência do conceito de educação popular, arriscamo-nos a afirmar que o Movimento Alfabetiza Belém, em sua roupagem, desempenhou uma educação popular para e não *com* as camadas populares. Esta educação popular destinada a favorecer as camadas

populares, conforme Calado (2021, p.57) refere-se a instituição de “projetos e programas educativos – escolares ou não formais – destinados às “classes menos favorecidas” ou às “camadas carentes da sociedade”, ainda que não contem com sua participação decisiva nos distintos momentos do processo.”

O Movimento Alfabetiza Belém foi instituído, sob esta perspectiva de direcionar-se às camadas populares dos distritos administrativos de Belém. Calado (2021) orienta que não significa duvidar das intenções, mas de questionar o caráter político-pedagógico do processo, (concepção > planejamento > implementação > execução > acompanhamento > avaliação). Para ser movimento de educação popular construído com e não para, seria necessário participação de todas/os, incluindo estas/es outras/os sujeitas/os à quem o Alfabetiza Belém se direcionou e não apenas daquelas/es que o instituíram.

Por fim, o Movimento Alfabetiza Belém não perde suas características de movimento, mesmo em suas dinâmicas de institucionalização. Entretanto, ainda necessita, de inclusões humanas, populares em seus processos para torna-se de fato Movimento de Educação Popular construído com e não para as camadas populares. De nossas janelas, não duvidamos das intenções do Movimento Alfabetiza Belém, mas, como pessoas que para além de o pesquisarem o viveram, questionamos seu processo político-pedagógico, que sim, precisa ser revisto e reconstruído, para que se alcance o seu objetivo.

5. UMA CARTA DE ATÉ LOGO

Oyá (Carica e Prateado)

Oyá
É o povo de cá pedindo pra não sofrer
Nossa gente ilhada precisa sobreviver
E levantam-se as mãos pedindo pra Deus Oyá
Já não se vive sem farinha e pirão não há

Não haveria motivos pra gente desanimar
Se houvesse remédio pra gente remediar
Já vai longe a procura da cura que vai chegar
Lá no céu de Brasília estrelas irão cair
E a poeira de tanta sujeira há de subir

Oyá
Será que a força da fé que carrega nosso viver
Pode mover montanhas e jogar dentro do mar
Tanta gente de bem que só tem mal pra dar

Será que a força da fé que carrega nosso viver
Pode mover montanhas pra gente poder passar
É a nossa oração pedindo pra Deus

Oyá

Queridas/os leitoras/es, mais uma vez nos defrontamos com uma despedida. Deste porto, chamado Alfabetiza Belém, partiremos rumo a novas oportunidades e possibilidades. Nessa partida, que mais significa um até logo, cantamos Oyá.

Oyá é uma divindade da religião afro-brasileira, orixá feminina, representa os ventos, os raios e as tempestades. Oyá é guerreira, valente e ousada, também é protetora e guarda suas filhas/os das tempestades da vida. Oyá, costuma guiar suas/seus seguidoras/es pelo caminho da liberdade. Por isso e por estas/es outras/os sujeitas/os da EJAI, (e aqui não nos limitamos apenas aquelas/es em situação de analfabetismo), em nossas travessias cantamos Oyá.

Cantamos, para lembrar o valor dessas vidas ameaçadas, subalternizadas, que pedem para não sofrer. Cantamos, para ressaltar em nossa despedida a necessidade de buscá-los. Nossa gente estáilhada e precisa sobreviver. Elas/es estão levantando suas mãos pedindo pra Deus olhar (Oyá), pois, farinha e pirão não há. Mas, ainda há esperança em dias melhores, em sociedades melhores. Mesmo com tanta gente de bem só tendo mal pra dar.

Esse dar, camuflado em um para, percorreu boa parte desta pesquisa (travessia) e teve um peso. O peso de evidenciar a ausência do “com”. E está neste com o remédio para remediar as mazelas, precarizações e desumanizações destinadas ao nosso povo, as/os nossas/os outras/os sujeitas/os da EJAI. Essa afirmação é nosso resultado e nele somamos a seguinte junção: busca ativa + reconhecimento + política de permanência. Essa soma, é a tal cura que vai chegar, pra essa doença chamada desumanização, isso porque, os injustos viveres, o analfabetismo, não são a chaga que os desumanos apontam, são desigualdades.

Essas desigualdades, em verdade, nunca deram adeus a este povo, elas resistem às suas re-existências. Por isso, cada um destes movimentos direcionados à alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, simboliza o sopro de esperança desta libertação que também é cura. Este sopro perpassou por PROALFA, MOVA, Alfabetiza Belém. Perpassará por quantos mais? Em nossa carta de até logo, gostaríamos de grifar que enquanto movimentos de base popular, direcionados às classes populares seguirem instituindo para e não com o povo, enquanto não os buscarem efetivamente (nossa gente estáilhada), seguirão apenas criando outros movimentos, projetos e/ou programas e não superarão este retrato do analfabetismo.

Estas constatações, aliás, foram motivos de desânimos em nosso viver com o Movimento Alfabetiza Belém. Desânimos exteriorizados em vivências com as/os companheiras/os do MST por exemplo, que realizaram o processo de alfabetização, por meio do Sim, eu posso! Em momentos distintos. O cronograma de ações não se tornou uma unidade. Mas, se nem mesmo os números de um calendário articularam-se para tornar-se um, teriam as práxis dialogado ao ponto de conseguir tal feito?

Gostaríamos de poder indicar nesta pesquisa a resposta a esta pergunta, contudo, a imersão ao processo de alfabetização gerido pelo Movimento Sem Terra, não cabe neste até logo, elas/es precisam de uma pesquisa inteira, de dissertações

e teses completas para anunciar a força de seus quefazeres pedagógicos e lutas por educação pública, de qualidade, socialmente referenciada e crítica. Diante disso, mesmo não tendo, a pesquisa, dado conta de estudar as práxis pedagógicas do método próprio de alfabetização do MST, instigamos outras/os pesquisadoras/es a lançarem-se a esta tarefa de investigar a experiência do Sim, eu posso! No Movimento Alfabetiza Belém. Afinal, a força da fé que carrega nosso viver, pode mover montanhas pra gente, (da gente), poder passar.

Por fim, queridas/os leitoras/es, gostaríamos de nesta despedida, abrir portas para mais imersões em movimentos de educação popular. A abertura destas portas, representa o contrapoder destas outras pedagogias do oprimido, da libertação, decoloniais, ante as pedagogias desumanizadoras. Representa o contrapoder da força, fé, luta, resistência e re-existência destas/es outras/os sujeitas da EJA! ante a opressão e desumanização “de gente de bem com tanto mal pra dar”. Representa o contrapoder do com, ante os tantos para. Representa a continuidade da marcha, que não se finda ou findará. OYÁ!

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Burocracia e ordem democrática**: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriella. OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018.
- AFONSO, Lúcia; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as Rodas** / Lúcia Afonso & Flávia Lemos Abade. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008. Publicação eletrônica.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da Noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa / Miguel G. Arroyo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- ARROYO, Miguel G. **Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência** / Miguel G. Arroyo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BELÉM DE NOVAS IDEIAS. **Programa de Governo**. Belém, 2020
- BELÉM. **Portaria Conjunta Nº 001/2021** – GAB.P/PMB. Estabelece a composição e as finalidades do Grupo de Trabalho “Centenário de Paulo Freire: Belém, cidade alfabetizada e educadora”. Diário Oficial do Município de Belém. Belém, PA, Nº 14.169, p.2. 01 de Fevereiro de 2021.
- BELÉM, Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Alfabetização**: Belém, cidade alfabetizada, educadora, inclusiva e leitora / Diretoria de Ensino; COEJAI_. Belém, 2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do Menino que lia o mundo** / Carlos Rodrigues Brandão. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- BRANDÃO; Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.
- BORDA, Orlando Fals; RAHMAN, M. Anisur. **La situación actual y las perspectivas de la IAP en el mundo**. Análisis Político. Nº 5. Pág. 14-20. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 1989
- BORDA, Orlando Fals. Por la praxis: **el problema de cómo investigar la realidad para transformarla**. Federación para el Análisis de la realidad Colombiana (FUNDABCO). Bogotá, Colombia. 1978.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação popular** [recurso eletrônico] / Alder Júlio Ferreira Calado. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida. Filosofia e Educação: O ideário humanista em Paulo Freire. In CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida (organizador). **Pedagogia da Resistência: escritos a partir de vida e obra de Paulo Freire**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

DICKMANN, Ivo. **Pedagogia do ser mais**. Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; 04)

FARES, Josebel Akel. Cartografia poética. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (org). **Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas**. Belém: EDUEPA, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**/ Paulo Freire. 48º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**/ Paulo Freire. 70º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança** [recurso eletrônico]: um reencontro com a pedagogia do oprimido / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**/Paulo Freire; [Org. Ana Maria Araújo Freire]. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire; Organização e participação Ana Maria de Araújo Freire. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. 61ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** // Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTA NETO, João Colares da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRV, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA - MST. **Educação de Jovens e Adultos - Sempre é tempo de aprender**. Caderno da Educação. Nº 11, 2003

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Como Trabalhar a mística do MST com as crianças**. Boletim da Educação. Nº 02, 1993

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade /** Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NERY, Carmen. **Censo 2022**: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem, Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Em%202022%2C%20havia%2C%20no%20pa%C3%ADs,%2C0%25%20deste%20contingente%20populacional](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Em%202022%2C%20havia%2C%20no%20pa%C3%ADs,%2C0%25%20deste%20contingente%20populacional.). Acesso em 20 de Setembro de 2024

PAIVA, Jane. **Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de educação. v. 11, n. 33 set.-dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JnTxCJz53HN7zKPK7JMyDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 de Agosto de 2024.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Paulo Freire: gênese da interculturalidade no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; FONSECA, Maria de Jesus C. F; SANTOS, Tânia Regina L. dos. A entrevista na pesquisa educacional. In: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. p.37- 53.

ROMÃO, José Eustáquio; ROMÃO, Natatcha Priscilla. O centenário de Paulo Freire: Com um livro quinquentenário contra os “Gabinetes do ódio”. In CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida (organizador). **Pedagogia da Resistência: escritos a partir de vida e obra de Paulo Freire**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

SOARES, Magda. **Metamemória-memórias**: travessia de uma educadora / Magda Soares. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (coleção educação contemporânea. Série memória da educação)

SEM AUTOR. **O Emaús**: Nossa História. Movimento de Emaús Por uma solidariedade que transforme. Disponível em:

<https://www.movimentodeemaus.org/v2/emaus/?id=118>. Acesso em 22 de Maio de 2024

SOUZA, Isabel Moraes de; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Política de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Belém: Período de 2005-2008. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 2, n. 06, p. 34–57, 2012. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1215>. Acesso em: 11 jun. 2023.

APÊNDICE 1



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM: UM ESTUDO SOBRE OS SABERES E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Pesquisadora responsável: Yandala Amaral Damasceno da Silva

Orientador: Prof. Dr. João Colares da Mota Neto

Nome da participante da pesquisa: _____

RG ou CPF: _____

Telefone para Contato: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

A presente pesquisa “Movimento Alfabetiza Belém: um estudo sobre os saberes e práticas da alfabetização de jovens, adultos e idosos na perspectiva da educação popular” faz parte do Programa de Pós-Graduação e Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). É orientada pelo Prof. Dr. João Colares da Mota Neto e possui como objetivo geral analisar os avanços, desafios e contribuições do Movimento Alfabetiza Belém para superação do analfabetismo na capital paraense. Posto isso, você está sendo convidada/o a participar do estudo, por meio de uma entrevista.

Caso tenha interesse em participar do estudo você deverá assinar ao final do documento. Destacamos, ser necessário assinar duas vias (uma para o entrevistado, outra para a pesquisadora responsável). Ressaltasse ainda, que sua participação neste estudo diz respeito à concessão de entrevista, acerca do

desenvolvimento do Movimento Alfabetiza Belém, perpassando por seus limites, desafios e superações.

Sobre este momento de partilha, fica-se registrado a opção de permitir ou não a citação do nome real, bastando apenas, em caso de escolha de anonimato, indicar a pesquisadora, para que se destaque tal observação no presente termo.

Por fim, fica a pesquisadora Yandala Amaral Damasceno da Silva se coloca à disposição para quaisquer dúvidas.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____
_____ estou ciente e concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora informou e dialogou sobre os processos da pesquisa e a importância de minha participação. Da mesma forma, obtive a garantia que poderei sair da pesquisa a qualquer momento e esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura da Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora Responsável

APÊNDICE 2



ROTEIRO DE ENTREVISTA COLEGIADO MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM

Entrevistada/o: _____

Instituição: _____

1. Como se deu a construção do Programa Alfabetiza Belém? Que desafios foram enfrentados nessa caminhada até aqui?
2. Você acredita ser o Alfabetiza a continuidade do MOVA? Você acredita ter havido superação do que foi o MOVA, ou mesmo se o MOVA foi além do que chegou até agora o Alfabetiza?
3. O MST se une ao Alfabetiza Belém na luta pela superação do analfabetismo na cidade criando assim, duas frentes de alfabetização, a primeira através do método Freireano e a segunda por meio do método cubano, sim eu posso! Pra você é possível esses trabalhos articulados?
4. O método cubano, sim eu posso! pode ser considerado também Freireano? e o quais os resultados esperados da alfabetização através do sim, eu posso?
5. Qual a importância da gestão articulada entre Secretarias da PMB em especial SEMEC, Instituições do Ensino Superior e Movimentos Sociais?
6. Pra você, qual a importância do legado de Paulo Freire se fazer presente no movimento Alfabetiza Belém?

7. Quais os limites encontrados para superar o analfabetismo na cidade (dificuldades pedagógicas, financeiras, de gestão, de mobilização)? Você acha que conseguimos superá-los?

8. Quais os avanços e conquistas já alcançados relacionado ao 1) aprendizado da leitura e escrita, 2) conscientização e politização 3) organização dos trabalhadores 4) matrícula em turmas de EJA 5) ressocialização de presos etc...

9. Por fim, você acredita ser possível não apenas decretar Belém, território livre do analfabetismo, mas, firmar a educação popular como política pública na capital paraense?

APÊNDICE 3



ROTEIRO DE ENTREVISTA ALFABETIZADORAS/ES MOVIMENTO ALFABETIZA BELÉM

Entrevistada/o: _____

Instituição: _____

1. Como foi sua experiência com o Alfabetiza Belém em 2022?
2. Enquanto Alfabetizadora/or qual foi o seu maior desafio no chão das turmas de alfabetização?
3. Esses desafios foram superados ao longo do Movimento? Em caso de sim, de qual forma foram sendo superados? Em caso de não o que você acha que deveria ter sido feito para conseguir supera-los?
4. Em se tratar do processo de alfabetização, você tinha experiência com a metodologia freireana?
5. Como foi pra você esse processo de alfabetizar Jovens, Adultos e Idosos a partir da perspectiva Freireana e da Educação Popular (experiência, desafios, superação)?
6. Pra você qual a importância dessa educação para a liberdade, para a transformação?
7. Você acreditar ser possível superar o analfabetismo na cidade de Belém?



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
TV. DJALMA DUTRA – S/N TELEGRAFO
WWW.UEPA.COM.BR



UEPA-CCSE